

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM ÁREAS DE RISCO SOCIOAMBIENTAL**  
(Um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras)

Rosane Serro

Rio de Janeiro  
2009

Rosane Serro

## **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM ÁREAS DE RISCO SOCIOAMBIENTAL**

(Um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares

Rio de Janeiro  
2009

S489      Serro, Rosane.  
Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental: (um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras) / Rosane Serro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.  
108f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação / Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2009.

Orientador: Raquel Paiva de Araújo Soares.

1. Comunicação no desenvolvimento da comunidade. 2. Comunidade - Desenvolvimento. 3. Globalização. 4. Petrobras. I. Soares, Raquel Paiva de Araújo. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

**CDD:** 307

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Rosane Serro

### **COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM ÁREAS DE RISCO SOCIOAMBIENTAL**

(Um estudo de caso de comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2009.

Banca Examinadora

---

Orientadora: Raquel Paiva de Araújo Soares  
Professora Associada - PPGCOM  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Muniz Sodré de Araújo Cabral  
Livre-Docente e Professor Titular -PPGCOM  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Catherine Prost  
Professora Adjunta - MGEO  
Universidade Federal da Bahia

Para minha mãe, Marly, e meu filho, Pedro,  
pelo amor e pela confiança incondicionais.

Para meu pai, José Aurélio, e para Ruth,  
pela força que move as montanhas de Minas.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Raquel Paiva, pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos, pelo cuidado com que tratou minhas incertezas e por ter me mostrado caminhos sem jamais me tirar do rumo.

Aos professores Muniz Sodré, Catherine Prost, Eduardo Granja Coutinho e Bruno Fuser por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora.

Ao meu revisor Filipe, por sua precisão, dedicação e incansável paciência para com minha busca por sentido nesse trabalho.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Arthur Vinícius da Costa; Jorgina da Silva Costa; Humberto Canuto e Bianca Ventapane, e às bibliotecárias e documentalistas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH/UFRJ), Adriana Almeida Campos e Heloisa Alcantara, pela atenção com que trataram minhas demandas.

Aos amigos Kátia Alexandria, João Antônio Ferreira dos Santos e Gil Vicente, pela acolhida carinhosa e pelo delicioso companheirismo na exploração das terras baianas.

Aos moradores do Moreré André da Conceição; Antonio do Rosário (Santuário); Jorge Luiz Bonfim Gomes; Maria da Hora de Jesus Araújo; Maria dos Santos Pereira de Souza; Nilton Sebastião dos Santos (Pé-de-Bolo); Taciana Muniz dos Santos e todos aqueles que me permitiram presenciar seu cotidiano de luta comunitária no Moreré e em Monte Alegre. Também ao Sr. Silas Dias Pereira, pescador cabista, informante principal da pesquisa de campo em Arraial do Cabo.

Ao Chefe de Gabinete da Presidência da Petrobras Armando Tripodi, pelo apoio e auxílio no entendimento dos processos administrativos. À gerente da Petrobras Glória Menezes, à Ruth Persson e à Patrícia Gavazza, por fornecerem informações e diagnósticos empresariais sobre as comunidades, material fundamental para elaboração deste estudo. E aos gerentes, Luís Fernando Nery, Vânia Meneses e João Carlos Lozovey pela disposição em participar desta pesquisa.

Ao meu chefe José Eduardo Dutra, presidente da Petrobras Distribuidora e um eterno defensor da causa popular, pela tolerância quando minha ausência se fez necessária.

Aos meus colegas de mestrado Talitha Ferraz; João Paulo Malerba; Israel de Oliveira; Fernanda Pereira Ferreira; Nina Quiroga; Marcello Gabbay; Vitor Castro; Priscila Souza; Gabriela Nora; Sofia Zanforlin; Fabiano Ramos; Pedro Aguiar e à amiga de longa data Vera Dantas pelas dicas bibliográficas e pela sempre rica troca de idéias. E à Sonia Aguiar por ter inoculado, em um verão do século passado, a necessidade do Mestrado em meu futuro.

E aos amigos eternos Ana Cristina Duarte; Alessandra Noll; Carlos Alexandre de Camillis; Clélia Müller; Marcelo Mendes; Marco Antonio Monteiro e Tesla Coutinho, verdadeiros geradores contínuos de boas vibrações.

Sem a colaboração de vocês, este trabalho não seria possível. Obrigada!

“Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.”

(Michel Foucault, 1979)

## RESUMO

SERRO, Rosane. **Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental** – Um estudo de caso sobre comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A dissertação tem como objetivo avaliar a importância da comunicação comunitária como instrumento de organização social e de construção da cidadania das comunidades em áreas de risco socioambiental. O objeto de estudo são as comunidades de Moreré e Monte Alegre, situadas na Ilha de Boipeba, no Sul do estado da Bahia, numa área de exploração de gás natural pelo Consórcio Manati, operado pela Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. A pesquisa leva em conta a ameaça do modelo neoliberal globalista à proposta comunitária e sua luta para preservar seus valores de pertencimento. Para refletir sobre a realidade das comunidades em áreas de risco socioambiental, são utilizados os conceitos de modernidade reflexiva; desencaixe das instituições sociais; sociedade de risco; poder; hegemonia e contra-hegemonia; responsabilidade social e leitura crítica. As localidades escolhidas apresentam carência severa de recursos básicos como abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, transporte e telefonia, mas possuem um nível de participação popular que lhes permitiu construir uma representatividade coletiva e negociar suas demandas com os agentes dominantes. A pesquisa avança na análise do uso da comunicação comunitária nesse processo, como prática que envolve o reconhecimento de valores, a identidade, a cultura e construções simbólicas capazes de promover a transformação social de um grupo, através da utilização de meios e técnicas.

## Palavras-Chave

Comunidade; comunicação comunitária; risco socioambiental; globalização; contra-hegemonia.



## ABSTRACT

SERRO, Rosane. **Comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental** – Um estudo de caso sobre comunidades do entorno de empreendimento da Petrobras. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This dissertation intends to evaluate the importance of community communications as social organization and citizenship construction tool for the communities in environmental risk areas. The research focus are the Moreré and Monte Alegre communities, located at Boipeba Island, in South of the state of Bahia, at a gas natural exploitation area by Manati Consortium, lead by Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. The case study shows the global-neoliberal model menace to the community proposal and its struggle to preserve their identity values. In order to think about the reality in communities in environmental risk areas, there will be used concepts as reflexive modernization; disembedding; risk societies; power relations; hegemony; counter-hegemony; social responsibility and critical reading. Those communities are curious examples of this because even showing severe lack of basic need such as water supply, sanitation, cleanup system; transportation and telecommunications, they have a high level of popular participation which allowed them to build a collective representation and to negotiate their needs with the dominant agents. The research analyses the use of community communications in this process as a practice that involves value recognition, identity, culture and symbolic constructions able to promote social transformation of a group through the use of medium and techniques.

## Keywords

Community, community communication, environmental risk, globalization, counter-hegemony

## ILUSTRAÇÕES

1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CAMPO DE MANATI
--

4

## SIGLAS

AGP – Ação Global dos Povos

AMAMOS – Associação de Moradores de Moreré e Monte Alegre

APA - Áreas de Proteção Ambiental

ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos

BCAM-40 – Bacia de Camamu (localização da Plataforma de exploração de gás natural de Manati, no Sul da Bahia)

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPPE/UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra – Coordenação de Pós-Graduação de Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CRED - Centro de Pesquisa de Epidemiologia de Desastres da Universidade Católica de Louvain, Bélgica

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRPE - Diagnóstico Rural Participativo Emancipador

EM-DAT - Banco de Dados de Eventos Emergenciais produzido pelo CRED

G8 – Grupo dos Oito (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia)

GLP - Gás Liquefeito de Petróleo

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

LCC – Leitura Crítica da Comunicação

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OCIC - Oficina Católica Internacional de Cinema

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não-Governamental

PET – Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PIPP - Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati

PLAN-DENI - Plano de Niños: Programa de Educação Alternativa para a Formação do Receptor desde a Infância

PMNT-1 – Plataforma Manati 1

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

REDUC - Refinaria Duque de Caxias (RJ)

REPAR - Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR)

RESEX-MAR - Reserva Extrativista Marinha

UCB - União Cristã Brasileira de Comunicação Social

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>2 SOBRE O SER COMUNITÁRIO E O RISCO</b>	<b>11</b>
2.1 A comunidade, a sociedade global e a presença do risco	11
2.2 A preservação da identidade no processo de modernização	26
<b>3 SOBRE O PODER E O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>33</b>
3.1 Poder, hegemonia e contra-hegemonia	33
3.2 Empresa, responsabilidade social e diálogo	41
<b>4 A EXISTÊNCIA PERANTE A MODERNIDADE</b>	<b>61</b>
4.1 Moreré e Monte Alegre: a vida antes da plataforma	61
4.2 Comunicação comunitária: sobrevivência e transformação social	70
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>87</b>
<b>6 REFERÊNCIAS</b>	<b>91</b>

## 1 Introdução

No evento “As linguagens do conflito - 40 anos do movimento de 68”, realizado na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, em 27 de maio de 2008<sup>1</sup>, o filósofo Gianni Vattimo sustentou que algo significativo deverá acontecer no mundo dos excluídos, num futuro próximo. Segundo ele, vamos começar a construir comunidades humanas além da produtividade, dos juros bancários, da globalização. “Existe uma lógica de uma bolha econômico-produtiva que não nos diz respeito”, constatou em sua palestra.

Vattimo estava varrendo mentalmente os resultados do processo agressivo, excludente, avassalador e totalitário imposto pela globalização (ou globalitarismo, como bem classificou o geógrafo Milton Santos<sup>2</sup>). Por meio de instrumentos como a hipertecnologização, a eliminação de barreiras alfandegárias e o aumento exponencial da velocidade das trocas de capital, esse sistema hegemônico de expansão do sistema capitalista vem promovendo o esvaziamento de identidades e a manipulação dos valores comunitários de acordo com a fome de expansão dos seus mercados.

Gianni Vattimo sabe, no entanto, que este discurso não é único e que a cada dia surgem formas alternativas de sobrevivência a essa proposta societária. Existem grupamentos sociais sem condições de acompanhar esta lógica, mas totalmente empenhados em manter seu espaço, preservar sua existência e lutar pelo interesse público, o que, em última instância, é a garantia da sua força. Tais grupamentos, também chamados comunidades, tentam, de todas as formas, lutar contra o que Muniz Sodré (2002, p.67) chamou de teodicéia do mercado, um fenômeno mítico-religioso suscitado por uma lógica mercantil que troca o antigo bem ético pelo bem-estar individualista, associando salvação e consumo. Apesar do progressivo recalçamento histórico, no seu entender, a vinculação comunitária continua a incidir na realidade.

---

<sup>1</sup> Com realização do Instituto Italiano de Cultura, do Rio de Janeiro (IIC), em colaboração com a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o encontro propôs uma releitura e análise dos reflexos do movimento de 68 no Brasil e na Europa contemporâneos. Além do filósofo italiano Gianni Vattimo, estiveram presentes na mesa-redonda coordenada pelo presidente da ABL, Cícero Sandroni, o professor de Literatura da UFRJ, Andrea Lombardi; o pesquisador e professor de Comunicação da USP, Massimo Di Felice e Yakuy Tupinambá, militante do Movimento Indígena Tupinambá.

<sup>2</sup> ENCONTRO com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tendler. Caliban Produções Cinematográficas Ltda., 2007. (89 min) som, cor, 35mm

As estruturas sociais que sobrevivem à margem desse delírio tecno-capitalista reconhecem a importância do local onde vivem, dos vínculos criados a partir de relações sociais e não baseiam sua identidade na estética do espetáculo globalista. Como não raro esses grupamentos se situam em áreas de pobreza e privação social marcadas pela ausência da ação do Estado, o espaço comum construído por eles leva em conta suas necessidades locais como população excluída, e não a agenda do poder dominante. Ou seja, de acordo com Muniz Sodré, a hipertecnologização propiciou o fortalecimento da vinculação comunitária como um novo tipo de relação intersubjetiva no interior da sociedade individualista moderna. Ela se visibiliza como ordem simbólica, em laços de território, parentesco, compadrio, afinidades eletivas e injeções patrimonialistas (2006, 195) e se torna uma alternativa concreta especialmente em locais onde há maior estratificação social.

Obviamente, não se trata de uma realidade tranqüila. Como reconhecem a necessidade de preservação de seus valores e território, os membros comunitários travam igualmente uma luta para resguardar suas tradições e identidade. Afinal, a força de descaracterização é descomunal e está lá fora, à porta, sempre. Zygmunt Bauman (1999) retratou este movimento há 10 anos:

A privação atinge mais fundo. A “localidade” no novo mundo de alta velocidade não é o que a localidade costumava ser numa época em que a informação movia-se apenas junto com os corpos dos seus portadores; nem a localidade nem a população localizada têm muito em comum com a “comunidade local”. Os espaços públicos – ágoras e fóruns nas suas várias manifestações, lugares onde se estabelecem agendas, onde assuntos privados se tornam públicos, onde opiniões são formadas, testadas, confirmadas, onde se passam julgamentos e veredictos – tais espaços seguiram as elites, soltando-se de suas âncoras locais; são os primeiros a se desterritorializar e mudar para bem além do alcance da capacidade comunicativa meramente de *wetware*<sup>3</sup> de qualquer localidade e seus habitantes. Longe de serem viveiros de comunidades, as populações locais são mais parecidas com feixes frouxos de extremidades soltas. (BAUMAN, 1999, p. 31).

Além de se encontrarem em uma situação de desvantagem em relação ao sistema dominante como todas as comunidades, as comunidades localizadas em área de risco socioambiental, sobretudo no entorno de unidades industriais, têm ainda uma dificuldade fundamental: estão envolvidas em um embate com um agente econômico, tendo sua sobrevivência em jogo. Não se trata apenas de uma luta social e identitária. No confronto

---

<sup>3</sup> O conceito de *wetware* como pensado por Bauman se refere às capacidades humanas manipuladas para percorrer o espaço e o tempo. Esse ferramental se estendia aos bois e cavalos utilizados como extensão da força humana. Posteriormente, ele foi substituído pelo *hardware*, ou seja, utensílios e máquinas construídos pelo homem para ultrapassar seus poderes inatos.

entre essas duas forças desniveladas, luta-se pelo acesso ao alimento, pela segurança ambiental, pelo direito à vida, uma vez que qualquer acidente pode ter conseqüências graves e fatais.

Raquel Paiva cita o filósofo americano Mike Featherstone para marcar a criação de um “espaço dialógico, no qual nações e outros agentes estão presos em teias de interdependência e correlação de poder” (PAIVA, 2003, p. 29). Este espaço é reproduzido em diversas instâncias, inclusive quando uma comunidade e um agente econômico dominante convivem forçosamente motivados por uma atividade industrial e possivelmente lesiva por conta do interesse de uma das partes. Da mais poderosa, naturalmente.

Objetos dessa pesquisa, as comunidades de Monte Alegre e Moreré entraram à revelia neste espaço dialógico. Este trabalho tem como objetivo examinar o estudo de caso das duas comunidades, localizadas na ilha de Boipeba, no litoral sul da Bahia. Elas passaram a esta condição social quando foram inseridas na área de influência da plataforma de exploração e escoamento de gás natural no Campo de Manati (Bloco BCAM-40, previsto para produzir diariamente cerca de seis milhões de metros cúbicos de gás natural), empreendimento gerido em associação pelas empresas Queiroz Galvão Óleo e Gás, Norse Energy e Petrobras, sendo esta também a operadora do consórcio. O campo está localizado na bacia sedimentar de Camamu, justo na costa do município de Cairu, a cerca de 10 km leste da ilha de Tinharé e cerca de 65 km a Sudeste de Salvador. A plataforma (Manati-1 ou PMNT-1) está instalada em águas rasas, em profundidades que variam entre 35 m e 50 m.



**Mapa 1 - Localização do Campo de Manati<sup>4</sup>**

<sup>4</sup> QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS. Dados sobre a exploração do Campo de Manati. Disponível em: < <http://www.qgog.com.br/novoportal/eep/producao/camposmanati.html>>. Acesso em: 18 Out 2009.



As obras foram iniciadas em dezembro de 2004 com o lançamento do duto terrestre e o projeto engloba um gasoduto, que parte da plataforma e percorre os municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde, além da área da Baía de Todos os Santos e a área oceânica em frente a Guaibim e à Ilha de Tinharão.

As tradições e o saber local dessas localidades estão ameaçados pelo avanço do poder econômico. A instalação de uma plataforma de gás, o efeito sobre a atividade pesqueira – como a redução de peixes a partir das explosões de ar comprimido utilizadas pelo trabalho de sísmica para localizar as jazidas de gás - e o aumento das atividades turísticas sem regulação podem gerar sua descaracterização e, em longo prazo, o desaparecimento das mesmas. Por ocasião de lançamento do empreendimento, a Petrobras divulgou que estavam sendo elaborados projetos sociais e ambientais junto às comunidades da região da Bacia de Camamu, entre eles, o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-Ambiental (PIPP), que pretendia preparar as comunidades para a descoberta das potencialidades locais como incentivo ao desenvolvimento.

Marcada por graves acidentes na última década – derramamento de óleo em rios e mares, rompimento de tubulações, explosão de plataforma –, a empresa se dedicou à criação de sistemas de segurança e comunicação de modo a prevenir situações de crise ambiental, institucional ou operacional. No caso do Projeto Manati, de acordo com a Gerente de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Ativo Bahia-Mar, Glória Menezes<sup>5</sup>, “os projetos sociais no entorno do empreendimento têm a proposta de criar ações que não apenas compensem possíveis impactos, mas promovam transformações permanentes na população”. Segundo suas declarações ao Jornal *A Tarde*, em 2006, os projetos na área social são identificados através de uma “metodologia participativa”, isto é, eles são identificados e construídos com a própria comunidade por meio de oficinas de diagnóstico, em um processo de construção coletiva.

De acordo com Glória Menezes, na mesma entrevista, a Petrobras também se comprometia a realizar um trabalho de Comunicação Social com as comunidades, deixando-as “sempre informadas sobre todas as fases da operação”. Além disso, estão em curso projetos de educação e conservação ambiental; monitoramento ambiental dos animais

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida para o suplemento *Especial Manati*, veiculado pelo Jornal baiano *A Tarde*, em Junho de 2006. Disponível em: <[http://www3.atarde.com.br/especiais/manati/projetos\\_ambientais.html](http://www3.atarde.com.br/especiais/manati/projetos_ambientais.html)>. Acesso em: 12 Out 2006.

aquáticos e sedimentos; preservação da atividade pesqueira local e controle da poluição, “reforçando a relação de diálogo, confiança e cooperação firmados.”

Neste cenário, tenho como objetivos de pesquisa:

- (1) Descrever como as comunidades de Moreré e Monte Alegre se formaram, quais são seus indicadores sociais, principais atividades econômicas, costumes, como se organizam para reivindicar seus direitos como sujeitos individuais e coletivos, como lidam com a perspectiva do risco de um acidente;
- (2) Identificar os processos comunicacionais praticados por esses grupos sociais;
- (3) Verificar a aceitação, representatividade e adequação dos diversos projetos de comunicação comunitária mantidos nestas localidades;
- (4) Investigar se a existência de instrumentos de comunicação comunitária na região facilitou a criação de um espaço negocial com o principal agente de risco, isto é, a grande corporação;
- (5) Conferir se o fluxo comunicacional empresa/comunidade/empresa significa o primeiro passo para a cooperação entre esses atores sociais;
- (6) Atestar se essa cooperação é fundamental para a sobrevivência das comunidades das áreas de risco;
- (7) Identificar os instrumentos de comunicação utilizados para a mediação com o maior causador de ameaças à comunidade;
- (8) Avaliar se iniciativas de comunicação comunitária despertam interesse e contam com a participação e a dedicação dos habitantes da localidade;
- (9) Avaliar se a produção coletiva destes projetos de fato promoveu a socialização do conhecimento, a conscientização da população local e se contribuiu para a organização de novas formas de atuação social e para a construção da cidadania de seus habitantes.

A escolha das duas comunidades baianas como estudo de caso, no entanto, não foi imediata. Como jornalista profissional contratada pela Petrobras e, à época, integrante do Sistema de Comunicação de Crise da empresa, me interessei pelo trabalho que deveria ser realizado com as comunidades locais, especialmente por sua condição dupla de informantes e possíveis vítimas em uma “ocorrência” (jargão da comunicação empresarial para designar acidente ou desastre industrial, utilizado nas práticas de divulgação para públicos externos

como Imprensa, comunidades, ONGs, entidades governamentais, investidores e clientes). Por isso, em meu projeto de mestrado cheguei a incluir outras quatro comunidades do entorno de empreendimentos Petrobras (Araucária, no Paraná, nas cercanias da Refinaria Presidente Getúlio Vargas; Praia do Anil, no litoral de Magé, Rio de Janeiro, área de influência da Refinaria Duque de Caxias; a cidade de São Sebastião, no litoral Norte de São Paulo, próximo ao Terminal Marítimo Almirante Barroso e as comunidades ribeirinhas do Alto Solimões, no estado do Amazonas, localizadas no raio de ação do Terminal do Solimões e da Refinaria Isaac Sabbá - Reman), a fim de alinhar o conhecimento de comunicação corporativa na indústria de petróleo e gás já adquirido com uma experiência de campo que verificasse a eficácia da ação empresarial no relacionamento com o chamado “público de interesse”.

Durante o curso de Mestrado, no entanto, a hipótese de pesquisar múltiplos campos foi substituída pelo estudo de único estudo de caso, na certeza de que, desta forma, conseguiria um aprofundamento no contato com os comunitários. Em meu primeiro ano no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em função de um trabalho de comunicação ambiental<sup>6</sup> realizado para a linha de pesquisa “Comunicação ambiental para o desenvolvimento local” - proposta no âmbito do programa “Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Desenvolvimento” apresentado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação da UFRJ<sup>7</sup> ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ COPPE/UFRJ<sup>8</sup> - comecei a pesquisar a comunidade pesqueira de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro. Apesar de o município ter sido designado como Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) pelo Governo Federal desde 1997, o que lhe garantia uma série de

---

<sup>6</sup> Redação final e edição da *Apostila de Comunicação Ambiental* produzida pelo Programa de Educação Tutorial da ECO/UFRJ. (2008, 137 páginas)

<sup>7</sup> Sob a coordenação geral do Prof. Dr. Mohammed ElHajji

<sup>8</sup> A COPPE elaborou, em 2006, um projeto de gestão socioambiental para o ecodesenvolvimento de reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo, a fim de possibilitar a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis - tradicionalmente utilizados para a pesca artesanal pela população extrativista -; conforme foi estabelecido pela criação desta área protegida, em 1997, pelo Governo Federal. O projeto, transdisciplinar, envolve sete linhas de pesquisa (entre elas, a comunicação ambiental, a cargo do Programa da Educação Tutorial (PET) da Escola de Comunicação da UFRJ), e deveria, ao fim de dois anos, criar soluções para os diversos conflitos existentes na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo, através de um plano estratégico que estabeleceria um arranjo institucional para fortalecer sua dinâmica de funcionamento.

benefícios, os pescadores cabistas, por conta de sua desunião e fragmentação, não se organizavam coletivamente de modo a implementar as melhorias socioeconômicas possíveis.

Neste processo, participei do evento I Seminário Situação e Perspectivas da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, realizado em 11 de agosto de 2007, no Centro Cultural Manoel Camargo, em Arraial do Cabo, onde me reuni com os atores sociais e discuti a viabilidade de propostas de atuação. Posteriormente, durante três dias, fiz um trabalho de campo com os pescadores cabistas, acompanhando sua atividade e práticas de interação. Como resultado, produzi os artigos “A reafirmação da identidade na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo (RJ)” e “Pescadores da Ressurgência: um exercício etnográfico”, que serviram de subsídio para esta dissertação e para o trabalho selecionado<sup>9</sup> para o GT04 (Experiências urbanas, comunicação e sociabilidade) do III CONECO – Congresso de Estudantes de Pós-Graduação em Comunicação, ocorrido em 2008, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Porém, o estudo dos pescadores cabistas de Arraial não satisfazia a necessidade de contato com uma comunidade que experimentasse uma verdadeira organização social e tivesse representatividade suficiente para negociar diretamente com os poderes dominantes. Paralelamente, por conta de amigos em comum, surgiu o contato com a filósofa Kátia Alexandria, que há 20 anos possui casa no Moreré e, na última década, tem se dedicado a incentivar a organização da comunidade - justo após os efeitos desastrosos no meio ambiente e nas tradições locais verificados com a explosão turística ocorrida no Morro de São Paulo, a poucos quilômetros dali. Coincidentemente, Moreré e Monte Alegre, as duas comunidades unidas em associação na Ilha de Boipeba, faziam parte da área de influência do Consórcio Manati, operado pela Petrobras. Fechava-se, portanto, o objeto da pesquisa.

Tendo Kátia como informante-guia e munida com os relatórios de diagnóstico e atividades do Projeto Participativo Compensatório de Moreré e Monte Alegre fornecidos pela Gerência de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobras, foram incluídas no projeto múltiplas técnicas de pesquisa para mapear a comunicação praticada pelas duas comunidades na interação com o agente econômico dominante, no caso a Petrobras.

A pesquisa foi concebida ao longo do ano de 2008, quando comecei fazendo a revisão e análise de conteúdo dos relatórios produzidos pela consultoria terceirizada Participar (contratada pela Petrobras para avaliação das comunidades), e comparando os resultados com a realidade local contada pelos próprios moradores do Moreré e Monte Alegre. Foram

---

<sup>9</sup> “A reafirmação da identidade na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo (RJ)”

entrevistados tanto os moradores de Monte Alegre e Moreré quanto os representantes das associações locais, os agentes sociais terceirizados (que operam na interação com os moradores e acabam funcionando como intermediários nesse universo dialógico) e executivos da Petrobras.

O período de pesquisa de campo foi planejado de maneira que ela coincidissem com um dos encontros coletivos da comunidade ou com uma das reuniões de negociação com a Petrobras. Por pura sorte, pude presenciar os dois momentos. A apuração, de viés etnográfico através da observação participante – ou seja, da inserção no grupo com a participação em suas atividades coletivas para entendimento de suas condições e sentimentos (DUARTE e BARROS, 2006, p. 134) - confrontou os conceitos coletados e procurou conferir os efeitos do discurso do agente econômico dominante, assim como as contrapartidas comunicacionais adotadas pelas comunidades.

Vale ressaltar que, apesar de adotar técnicas da pesquisa antropológica, o texto final da dissertação não é um texto etnográfico, pois entendi que necessitava de mais objetividade e informação para articular o pensamento crítico sobre o tema, para além de simplesmente me valer da descrição e do juízo dos acontecimentos. Foram apurados ainda referências, artigos, informações, estudos de caso e dados estatísticos de múltiplas fontes na Internet, a fim de respaldar a argumentação referente ao tema dos riscos socioambientais. Foram também pesquisados os fundamentos das políticas de responsabilidade social, segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras, além de seu manual de comunicação de crise e seu Plano de Comunicação Institucional, buscando as orientações corporativas para o relacionamento comunitário em situações de ocorrências graves.

Também é necessário colocar que o trabalho não se conecta com os estudos de mídia e sim com o aspecto da comunicação comunitária que é a vinculação. Esta escolha se justifica porque o uso da comunicação como ferramenta para a construção da cidadania nas comunidades escolhidas para o estudo de caso ainda se encontra no âmbito de projeto.

A construção do referencial teórico se deu em função dos grandes temas que vêm à tona quando da discussão da sobrevivência de comunidades e do surgimento dos riscos socioambientais: comunidade, globalização, identidade, sociedade de risco, poder, hegemonia, contra-hegemonia e heterotopias. A comunicação comunitária realizada nessas áreas de risco é analisada e comparada com a comunidade de pescadores cabistas, que se encontra na mesma situação de risco socioambiental, mas apresenta organização social diversa. O trabalho mapeia os processos comunicacionais utilizados pelas comunidades tanto

na interação com o agente econômico – afinal, uma informação veiculada a tempo numa situação de desastre pode garantir a sobrevivência de seus integrantes - quanto na preservação de suas trocas sociais.

Sendo assim, a discussão passa obrigatoriamente pela conceituação do que é comunidade, a importância dos veículos comunitários e pelo posicionamento das comunidades no quadro das complexas relações entre a globalização financeira do mundo e a sociedade, como expõe Muniz Sodré (2003). Por isso, é imperativo utilizar a base oferecida pelos estudos dos teóricos Raquel Paiva (2003), Cecilia Peruzzo (2004), Zygmunt Bauman (1998), Yann Moulier-Boutang (2001).

Já a noção de risco segue, naturalmente, a conceituação elaborada por Ulrich Beck (2002) e Anthony Giddens (1995), cujo trabalho também é útil na reflexão sobre o processo de modernidade e suas conseqüências. Bauman e Giddens são novamente úteis quando o tema da identidade é abordado, já que a globalização promove o cancelamento das fronteiras e das identidades, tornando a existência um projeto orientado para um objetivo.

Para seguir nesta direção, Foucault (2004), Chomsky (MITCHELL & SCHOEFFEL, 2005) e Nietzsche (2008) estão presentes para que possamos entender o poder e seu caráter difuso e totalitário, assim como sobre a luta popular e a organização de movimentos que visam combatê-lo. No plano do microcosmo, Livia Barbosa (2002) e Carla Duprat (2005) são mencionadas na elaboração do raciocínio sobre a cultura corporativa, bem como Ramón Zallo (2005), quando o trabalho tratar das políticas para a diversidade e as culturas territoriais em risco pela globalização.

O texto resultante é estruturado em cinco capítulos, sendo o último dedicado às considerações finais. O início tem a apreciação sobre o ser comunitário, a sociedade global e a noção de risco, a formação da comunidade, a presença da sociedade global e a preservação da identidade no processo de modernização em curso. Em seguida, são avaliados os conceitos de poder e autoridade; hegemonia e contra-hegemonia; heterotopias; instituição; cultura corporativa; responsabilidade social e análise do discurso – a partir das considerações de Patrick Charaudeau (2008). O estudo de caso e a pesquisa de campo são apresentados na parte final do trabalho, onde é discutida a forma como a comunicação comunitária é utilizada na garantia da sobrevivência de uma estrutura social comunitária. Nesse ponto, a proposta de leitura crítica desenvolvida por Jose Manuel Moran (1993) é incluída na pesquisa devido ao pragmatismo e aos resultados na participação e organização populares obtidos com sua técnica.

## **2 Sobre o ser comunitário e o risco**

Na construção do modelo neoliberal globalista, as ordenações sociais são o segmento mais afetado pela voracidade do sistema. Afinal, a lógica individualista e competitiva não prevê o atendimento do sujeito coletivo, em geral carente de recursos e à margem do mercado. Por isso, a proposta comunitária (entendida como uma construção social baseada nos agenciamentos interpessoais por meio da experiência comum e do entendimento compartilhado) é, nesse processo, um elemento sob ameaça. E não só porque insiste em uma realidade territorial perante a disposição universalista compulsória. Mas porque o perigo é real, iminente e imediato.

Graças à exacerbação do capital global, a humanidade vive hoje numa sociedade de risco, marcada por acidentes tecnológicos e desastres industriais que custam cada vez mais vidas e a degradação crescente dos recursos ambientais do planeta. Ulrich Beck e Anthony Giddens são os autores invocados para dar sentido ao fenômeno da nova incalculabilidade. Nesse contexto, a comunidade luta para preservar seus valores de pertencimento, já que a lógica atual privilegia a dissociação e fragmentação do sujeito, a desagregação do tempo e do espaço e a liquefação das estruturas e instituições sociais. E sua motivação é única: hoje, para o sujeito contemporâneo o que importa é ter uma identidade – seja ela qual for, antiga ou negociada –, porque identidade significa a segurança do ser e do estar.

### **2.1 A comunidade , a sociedade global e a presença do risco**

O fim do século XX foi marcado por transformações político-econômicas que resultaram em um processo histórico denominado globalização. Trata-se de um conjunto de práticas econômicas e sociais que passaram a nortear as decisões estratégicas da maioria das instituições em nível mundial. Em resumo, a globalização foi um novo movimento de expansão do sistema capitalista, que ganhou ainda mais musculatura após o fim da União Soviética e do bloco socialista.

O mundo globalizado tem características muito claras: supremacia do mercado sobre o Estado; uso intenso de recursos tecnológicos, que gerou a redução das distâncias entre os mercados e a aceleração da mobilidade do capital e de mercadorias; busca pelo barateamento dos custos de produção (aí incluídos a mão-de-obra, os investimentos em desenvolvimento local e os gastos com energia); estímulo à desregulamentação e à privatização; *comoditização*

de bens e serviços; aumento da interdependência entre países, funcionamento em rede e *mundialização*. Suas regras são ainda mais sucintas: garantir produtividade e obter lucratividade crescente para o capital produtivo, comercial e financeiro, eliminando os possíveis obstáculos para tanto.

Essa nova ordem mundial, apesar de se encontrar em um processo de crise e desaceleração<sup>10</sup>, criou um novo sistema de valores. Em lugar do fundamento, valoriza-se a eficácia. Em lugar do conteúdo, sobrepõe-se a velocidade. A técnica é invocada contra a formação teórica intelectual clássica. Na base de tudo, o conceito de produtividade justifica qualquer atitude. Tal transformação do capitalismo histórico foi classificada por Yann Moulier-Boutang como “capitalismo cognitivo”. (2001, p. 25-43):

Nossa tese principal é a de que a natureza mesma do valor, sua forma, o lugar e as modalidades de sua extração foram remodelados integralmente. Trata-se para nós de situar a transformação, *a montante*, de uma mudança de regime de crescimento ou de um paradigma técnico ou regime sociotécnico (Perez, Freeman e Soete). Algum lugar entre uma mudança de regime da acumulação capitalista (escola da regulação) e uma mudança das relações de produção propriamente ditas, isto é, o esboço de uma *transição no interior* do capitalismo, transição comportando mutações tão radicais quanto aquelas que marcaram a passagem do capitalismo mercantil escravagista e absolutista para o capitalismo industrial assalariado e “democrático”. Transição que supõe provavelmente uma metamorfose do trabalho assalariado. (MOULIER-BOUTANG, 2001, p.26).

Os efeitos dessa expansão radical do capitalismo se espalham para além do cenário econômico, atingindo as camadas mais profundas da ordenação social. As relações trabalhistas, o uso das leis e das noções de direito, as formas de comunicação, os meios de transporte e a produção cultural atuais estão impregnadas dessa ideologia do capital marcada pela técnica, velocidade, pelo individualismo, pela competitividade e volatilidade dos vínculos humanos. O pensador Muniz Sodré (2002) endossa tal raciocínio ao enxergar nessa paisagem cognitiva um ordenamento artificial que produz transformações importantes no modo de presença do indivíduo no mundo contemporâneo.

Segundo ele, tais modificações abrangem “a pauta de interesses, costumes e hábitos sociais; as referências simbólicas com que se formam educacionalmente a consciência; os modos operativos desta mesma consciência através dos processos de construção de realidade, da memória e da identificação; as normas; os valores da sociabilidade e os sistemas de

---

<sup>10</sup> Segundo as previsões do Banco Mundial, pela primeira vez desde 1982, o comércio global encolherá, ao registrar, em 2009, uma queda de 2,1% no total das exportações mundiais. Fonte: Revista *Época*, edição nº 559, 2 Fevereiro de 2009, pg.85.



pensamento.” Ou seja, estamos falando de um processo cuja disposição é autoritária e totalizante. (2002, p.9)

Tal e qual as práticas imperialistas adotadas pelo capitalismo industrial no fim do século XIX, o capitalismo cognitivo do início do século XXI também quer dividir para dominar. Essa divisão se verifica no fluxo hipertextual e na fragmentação da informação que elimina a relação causa-efeito e, portanto, abole qualquer perspectiva histórica e a possibilidade de um pensamento crítico. Ou ainda na multiplicidade dos meios de comunicação – utilizados pelo sistema com maestria para efetuar o controle político da sociedade nas formas mais sedutoras e sutis. É flagrante ainda na reconfiguração do tempo: as rotinas não são mais baseadas no tempo produtivo.

Com o advento da sociedade da informação, o tempo é o tempo do funcionamento da rede, ou seja, é imediato, *on line*, *real time*, 24 horas no ar, sem pausas. Tudo é passível de conexão, o que possibilita todo trabalho que venha a ser concluído a qualquer momento. Até as relações interpessoais sucumbem ao novo ritmo, com a proximidade física sendo substituída pela virtualidade da interação mediada por dispositivos digitais. A atenção exclusiva antes dispensada em uma conversa, por exemplo, hoje é fracionada em atividades múltiplas, realizadas em vários ambientes operacionais e que ocorrem simultaneamente ao contato pessoal. O resultado de todas as ações citadas é a maior produtividade para o capital, dono eterno dos meios de produção e do tempo dos trabalhadores, assalariados ou não.

Por fim, numa sofisticação só alcançada por conta da evolução tecnológica sem precedentes, o sistema capitalista conseguiu o impensável no que se refere a métodos de controle: derrubou fronteiras, subverteu o conceito de espaço e relativizou os direitos de propriedade, estabelecendo uma extraterritorialidade que abrange o tanto o ciberespaço instituído pela grande rede mundial, quanto espaços físicos necessários à expansão do capital.

Na construção desse modelo neoliberal globalista, as ordenações sociais são o segmento mais afetado pela voracidade do sistema. Afinal, a lógica individualista e competitiva não prevê o atendimento ao sujeito coletivo, em geral carente de recursos e à margem dos mercados. Portanto, a comunidade – em sua acepção de construção social resultante de agenciamentos interpessoais baseados na experiência comum e no entendimento compartilhado por todos – é, desde o início deste processo, um elemento sob ameaça.

Nesse horizonte negativista, Raquel Paiva e Muniz Sodré enxergam que só há um caminho possível, o da busca de alternativas a esse modelo. Tal busca desembocará na criação de uma “política gerativa”: um conjunto de ações cuja ênfase reside nas práticas do

cotidiano e da localidade, para compensar a ineficiência do Estado em suas áreas de atuação básica (saúde; educação; habitação e segurança).

Assim, para Paiva e Sodré, a comunidade gerativa seria a resposta ao “atomismo social e à razão instrumental que define a política centrada no mercado e no predomínio de um Estado gerencial e burocrático.”<sup>11</sup> Neste sentido, para os dois teóricos, esta idéia seria uma reinterpretação do conceito do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies; uma vez que reúne aspectos como vinculação social e territorial, simultaneamente ao resgate de valores aparentemente abolidos pela era de excessos do neoliberalismo, como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, generosidade e caridade.

A discussão sobre a validade do conceito de comunidade no momento atual é muito oportuna, pois estamos em pleno debate sobre as alternativas que dispomos ao ambiente midiático totalitário vigente. Considerando, que o bios<sup>12</sup> midiático e virtual se constitui em uma nova forma de vida caracterizada pela tecnocultura e pela transformação das formas tradicionais de sociabilização, como alertou Muniz Sodré (2002), é necessário que se estabeleça outra condição existencial. Outra sociabilidade (pode-se dizer) mais humana e real, oposta à antropológica virtual e espectral proposta pela mídia e pelo capital.

O sociólogo Anthony Giddens - que, com Ulrich Beck, se dedicou a examinar os efeitos do que eles classificam de “modernidade reflexiva”, ou seja, da exacerbação da sociedade industrial em seus propósitos numa espiral sem limites - considera que, nos países desenvolvidos, a destruição da comunidade local atingiu seu apogeu. No entender do teórico, essa dissolução não é o mesmo que o desaparecimento da vida local ou de suas práticas e sim uma remodelação da cultura a partir de influências distantes trazidas para a comunidade. Com isso, os costumes locais têm seus significados alterados e se tornam *reliquias* ou *hábitos*.

---

<sup>11</sup> PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. O sequestro da fala comunitária. **Revista InterScience Place**. Disponível em: < [http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter\\_pdf/sequestro\\_da%20\\_fala.pdf](http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter_pdf/sequestro_da%20_fala.pdf)>. Acesso em: 30 Jan 2009.

<sup>12</sup> Segundo a concepção aristotélica, a saber: nas primeiras páginas de *Ética a Nicômaco*, Aristóteles distingue três gêneros de existência (bios) na Polis: bios *theoretikos* (vida contemplativa); bios *politikos* (vida política) e bios *apolaustikos* (vida prazerosa, do corpo). Cada bios é um âmbito onde se desenrola a existência humana, determinado por Aristóteles a partir do Bem e da felicidade aspirados pela comunidade. (SODRÉ, 2002, p.24-25)

Pequenas tradições que sobreviveram ou foram ativamente criadas durante as fases anteriores do desenvolvimento social moderno têm sucumbido cada vez mais às forças do esvaziamento cultural. A divisão entre tradições grandes e pequenas, que em algumas civilizações pré-modernas sobreviveram durante milhares de anos, atualmente está quase desaparecida. É claro que as distinções entre ‘alta e baixa cultura’ ainda existem, e estão associadas à persistência de um certo classicismo na primeira, quando comparada à segunda; mas isso só tem conexões marginais com a tradição do modo como a defini.<sup>13</sup> (GIDDENS, 1995, p.124)

Na visão de Giddens, a integridade da tradição deriva do trabalho contínuo de interpretação para identificar os laços que ligam o presente ao passado. A tradição é um meio de identidade. Na alta modernidade, cujos fluxos dos diversos interesses da sociedade industrial invadem o indivíduo e a comunidade com uma compulsão desintegradora, é cada vez mais difícil manter esses laços e, portanto, as tradições.

Raquel Paiva (2003, p.29) complementa esta abordagem ao invocar, por sua vez, a noção de territorialidade subjacente à discussão. Segundo ela, apesar de serem ordens sociais opostas, a estrutura comunitária e o propósito da globalização se atraem, mesmo seguindo conceitos tão divergentes como a questão do pertencimento territorial. Isto porque a primeira é freqüentemente invocada no ambiente em que impera como tendência e sistema vigente à segunda. Esta atração é, em princípio, contraditória, principalmente considerando-se que algumas de suas características são conceitualmente diferentes, como a questão do pertencimento territorial.

Se no primeiro caso os limites do espaço físico determinam que os iguais, pertencentes à comunidade, partilhem as instituições, os espaços de uso comum e ordens relativas àquele lugar, que lhes imprimem a marca identificatória, no segundo caso, a proposta direciona-se no sentido de eliminar as possibilidades de reconhecimento e identificação. Qualquer resquício que vincule uma ordem (seja uma empresa, um costume ou uma instituição) a um território específico é prontamente substituído por uma disposição universalista.

Assim entendemos que há obrigatoriamente um embate entre as duas formas de organização do mundo. Porém, a própria Raquel Paiva sugere que baixemos nossas lanças e busquemos resgatar o projeto comunitário, em sua perspectiva de ser-em-comum, “em meio à heterogeneidade e à atomização societária reinante na grande cidade.” (PAIVA, 2003, p.79)

---

<sup>13</sup> Para Giddens, tradição está ligada à memória, envolve ritual e se relaciona ao que chama de “noção formular de verdade”. Além disso, ela possui guardiães e dispõe de uma força de aglutinação que se nutre de substância moral e emocional.

Só que graças a uma exacerbação da sociedade industrial, que passou a produzir e legitimar ameaças e se tornou incapaz de controlá-las, passamos a viver dentro de uma sociedade de risco. Ao contrário da Antiguidade, quando, no contexto da relação dos seres humanos com os deuses, o conceito de risco era vinculado tanto à fatalidade quanto à sorte de um indivíduo (Mattedi e Butzke apud PROST, 2001), na época moderna, o risco incorpora uma conotação puramente negativa, uma ameaça para a sociedade, já que deixou de ser individual e migrou para o âmbito coletivo<sup>14</sup>. Catherine Prost, que estuda as populações em situação de risco em região costeira na Costa Norte do Brasil, ressalta que esse movimento de migração se deve às características da modernidade reflexiva (como o conceito de Ulrich Beck, a ser detalhado em seguida), que produz riscos por seus excessos; ao contrário da modernidade tradicional, cujos riscos se deviam às suas deficiências (como, por exemplo, as epidemias causadas por falta de saneamento básico).

A sociedade tem razão em se colocar de prontidão frente aos exageros do capital industrial. Basta lembrar que todos os acidentes tecnológicos<sup>15</sup> das últimas décadas custaram uma quantidade inestimável de vidas humanas e degradação crescente dos recursos ambientais do planeta. As detonações nucleares nos Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França, no período de 1945 a 1962, são considerados os primeiros registros desse tipo de ocorrência. Em 1952, na Austrália, uma chuva de granizo com indícios de radioatividade foi atribuída aos testes realizados na Inglaterra; assim como a chuva ácida detectada em Nova York, no ano seguinte, provavelmente por conta de testes nucleares em Nevada. Em 1954, o teste de uma bomba de hidrogênio norte-americana no Atol de Bikini, pertencente às Ilhas Marshall, contaminou 18.000 km<sup>2</sup> de oceano e sua nuvem radioativa foi calculada em cerca de 400 quilômetros de extensão e 75 quilômetros de largura<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> No artigo "Populações em situação de risco e petróleo em região costeira – discussão sobre a costa Norte". Disponível em: < <http://www.geoambiente.ufba.br/semin%C3%A1rio/Catharine%20Prost.pdf>>. Acesso em: 05 Out 2006.

<sup>15</sup> A definição de acidente tecnológico conforme o World Disaster Report, elaborado pela Federação Internacional da Cruz vermelha e Meia-Lua Vermelha com base nas informações do Banco de Dados de Eventos Emergenciais (EM-DAT) – mantido pelo Centro de Pesquisa de Epidemiologia de Desastres (CRED), da Universidade Católica de Louvain (Bélgica) – são ocorrências como explosões químicas, explosões nucleares, explosões em minas, chuva ácida, contaminação, contaminação química e contaminação atmosférica.

<sup>16</sup> Cronologia dos acidentes ambientais (CAMARGO apud BARBATO, 2004, p. 10-11). Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0644.pdf>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

Em 1956, a cidade japonesa de Minamata atestou o primeiro caso de doença neurológica de causa desconhecida<sup>17</sup>, sendo que, nove anos depois, o mesmo ocorreu na cidade de Nigata. Passaram-se cerca de 12 anos até o diagnóstico conclusivo das dezenas de ocorrências: a fabricante de acetaldeído Chisso Co. Ltd. descarregara metilmercúrio na Baía de Minamata, contaminando águas e os peixes consumidos pela população.

Já em Nigata, a empresa Showa Senko Co. Ltd. foi a responsável pelo descuido. Entre os 23 sintomas apresentados pelos pacientes estavam distúrbios sensoriais profundos, ataxia (descoordenação motora), incapacidade de fala e audição, tremores, rigidez muscular e distúrbios mentais.

A partir da década de 1960, com a expansão da indústria petroleira, contabilizou-se um número crescente de acidentes como derramamento de óleo em rios e mares, rompimento de tubulações, explosões de plataformas. Vale lembrar que, de acordo com a CETESB (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), ligada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo, uma tonelada de petróleo pode, por exemplo, se espalhar por uma superfície de 112 quilômetros quadrados de oceano, mas os hidrocarbonetos podem persistir na água por até uma década, dependendo do volume derramado, das características físico-químicas do óleo, das proporções das manchas de óleo formadas, do hidrodinamismo e da sensibilidade dos ecossistemas atingidos, entre outros fatores. Em 1969, só os Estados Unidos tiveram mais de mil derramamentos de petróleo em águas americanas.

Da década de 1970 em diante, os desastres industriais começaram a tomar maior proporção, tornando-se perigos reais e de consequências em longo prazo. No dia 10 de julho de 1976, uma fábrica de produtos químicos localizada na cidade de Seveso, ao Norte da Itália, foi responsável por um vazamento de TCDD, veneno conhecido como dioxina<sup>18</sup>, que contaminou uma área de 1.800 hectares. A fábrica só foi interditada quando a nuvem tóxica

---

<sup>17</sup> Posteriormente, a enfermidade foi nomeada internacionalmente como “Doença de Minamata”. Há uma tradução da epidemiologia sobre o tema de Yukio Takizawa M.D., do National Institute for Minamata Disease, e Akira Sekikawa M.D., da Escola de Saúde Pública da Universidade de Pittsburgh (EUA). Disponível em: <[http://ekinek.pair.com/tritao/ambicare/downloads/minamata\\_case\\_study.pdf](http://ekinek.pair.com/tritao/ambicare/downloads/minamata_case_study.pdf)>. Acesso em: 20 Jan 2009. Estudo original: Disponível em: <<http://www.pitt.edu/~super1/lecture/lec0361/001.htm>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

<sup>18</sup> Naquele dia, ocorreu um superaquecimento do reator e 41 galões do veneno foram liberados no meio ambiente, por meio de uma válvula defeituosa. A fábrica não dispunha de sistema de advertência nem planos de alarme à população. Aproximadamente 200 gramas de dioxina dissolvidas em água são capazes de provocar a morte de um milhão de pessoas, de acordo com o site da agência de notícias Deutsche Welle. Disponível em: <<http://www.deutsche-welle.de/dw/article/0,2144,871315,00.html>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

atingiu cerca de 30.000 moradores e cerca de 75.000 animais morreram ou foram abatidos. Segundo a agência de notícias Deutsche Welle, o número de vítimas de doenças cardíacas e vasculares em Seveso aumentou drasticamente, os casos de morte por leucemia duplicaram e triplicaram as ocorrências de tumores cerebrais. As estatísticas de câncer de fígado e vesícula foram multiplicados em dez vezes, assim como aumentou o número de mortes em decorrência de doenças da pele.

Em 13 de dezembro de 1984, por sua vez, 40 toneladas de gases letais, entre eles, isocianato de metila e hidrocianeto, vazaram de um tanque da fábrica de agrotóxicos Union Carbide, de sua unidade de produção na cidade indiana de Bhopal. Em três dias, estima-se que cerca de 8.000 pessoas tenham morrido em decorrência da inalação dos gases. Até hoje os sobreviventes do desastre e as autoridades indianas tentam obter da Dow Chemical (que adquiriu a Union Carbide em 2001) a composição desta mistura de gases e seus efeitos na saúde humana, sem obter êxito<sup>19</sup>.

Dois anos depois, na madrugada do dia 26 de abril de 1986, no Norte da Ucrânia (até então, uma das 15 repúblicas da União Soviética), uma sequência de falhas técnicas e humanas provocou o que até hoje é considerado o mais grave acidente nuclear da história. A explosão do reator 4 da central nuclear de Chernobyl espalhou uma nuvem radioativa que atingiu grande parte da Europa por conta da ação do vento, tendo contaminado mais intensamente a região localizada na fronteira entre a Ucrânia, a Rússia e a Bielorrússia.

As consequências foram alarmantes: cerca de 600.000 pessoas foram expostas em maior grau, das quais 4.000 tiveram morte prematura em seguida ao desastre e muitas se tornaram vítimas de câncer provocado por radiação ao longo da vida. Outros 700.000 trabalhadores acionados para a emergência e recuperação do local e cinco milhões de residentes das cidades no entorno do acidente também ficaram na zona de risco e foram atingidos pela radioatividade em níveis considerados “aceitáveis” pelos organismos internacionais de saúde e segurança nuclear<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Mais detalhes sobre o desastre humano e ambiental causado pela Union Carbide no site do Greenpeace. Disponível em: < [http://www.greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal\\_desastre\\_continua.pdf](http://www.greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf)>. Acesso em: 20 Jan 2009.

<sup>20</sup> As conclusões do Chernobyl Forum após anos de estudo foram divulgadas durante o evento “Chernobyl: Looking back to go forwards – A United Nations Consensus on the Effects of the Accident and the Future, realizado em Viena, nos dias 6 e 7 de setembro de 2005. Disponível em: < <http://www-ns.iaea.org/downloads/rw/conferences/chernobyl/chernobyl-conf-conclusions-eng.pdf>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

Além disso, cerca de 4.000 crianças e adolescentes que consumiram leite contaminado com radioiodine em 1986 desenvolveram câncer de tireóide no período de 1992 a 2003. As chamadas “vítimas diretas” do desastre, no entanto, são os 50 trabalhadores que estavam presentes na usina na hora do acidente<sup>21</sup>.

As décadas de 1980 e 1990 também registraram negativamente para a posteridade um número cada vez maior de derramamentos de óleo e explosões decorrentes da exploração, refino e transporte de petróleo e gás. Na Cidade do México, em 1984, aproximadamente 4.000 pessoas ficaram feridas e 500 morreram em decorrência das explosões de tanques de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), em um episódio conhecido como “México City: o dia em que o céu pegou fogo”, devido às gotas incandescentes que atingiram a cidade.

Em 1989, o petroleiro Exxon Valdez, após uma colisão, derramou 40.000 milhões de litros de petróleo. No acidente morreram 260.000 aves, 20 baleias, 200 focas e 3.500 lontras<sup>22</sup>. Em 1993, a colisão do petroleiro Braer derramou 80.000 galões de óleo na costa do Reino Unido. Os casos se sucedem: em 1996, o petroleiro siberiano Sea Empress afunda e provoca um vazamento de 654 mil toneladas de petróleo também no mar da Grã-Bretanha; manchas negras na Baía de Tóquio em 1997, e na Ilha de Amrum do Norte, na Alemanha, em 1998. No ano seguinte, outro vazamento de grande extensão na Nova Zelândia e no nordeste da França, este por conta do naufrágio do petroleiro Érika que poluiu 400 km do litoral francês. E em 2000, no litoral da Cidade do Cabo, África do Sul, um cargueiro panamenho derruba mais de 13.000 toneladas de petróleo no Oceano Atlântico.

---

<sup>21</sup> Segundo o Chernobyl Forum, a área contaminada passava de 200.000 km<sup>2</sup>, dos quais 71% nos três países mais afetados. A maior parte dos radioisótopos de plutônio e estrôncio ficou concentrada em um raio de menos de 100 quilômetros do local da explosão. Informações da reportagem “Chernobyl: uma lição aprendida”, publicada na Revista Brasil Nuclear, edição nº 30, de autoria do jornalista Pedro Aguiar, mestrando do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.aben.com.br/>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

<sup>22</sup> Mais informações sobre os impactos ambientais, econômicos e psicológicos na publicação online “Survivors of the Exxon Valdez Oil Spill” editada pelas vítimas indiretas do acidente, estimadas em 40.000 pessoas. Disponível em: < <http://www.jomiller.com/exxonvaldez/index.html>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

No Brasil, os acidentes e desastres industriais não foram menos drásticos. Em 1980, no Pólo Petroquímico de Cubatão, foram detectados problemas pulmonares<sup>23</sup>, anomalias congênitas e abortos involuntários nos moradores. Em 25 de fevereiro de 1984, na mesma região a 58 km de São Paulo, a explosão de um duto da Petrobras matou 93 pessoas na Favela de Vila Socó. A pressão excessiva do bombeamento causou o vazamento de 700.000 litros de gasolina e, por consequência, o incêndio de cerca de 500 barracos. A Favela de Vila Socó havia sido erguida sobre a área de trajeto do oleoduto. Mais de 400 pessoas ficaram desaparecidas<sup>24</sup>.

Entre 1987 e 1988, durante 16 meses, a unidade da Petroflex – então fábrica de fertilizantes subsidiária da Petrobras – ficou paralisada e queimando ácido sulfídrico (H<sub>2</sub>S) na tocha, enquanto a unidade de reaproveitamento da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) era construída. Segundo pesquisa de Henri Acselrad e Cecília Mello<sup>25</sup>, houve grande impacto ambiental e notícia de precipitação de chuva ácida na serra, de acordo com informações colhidas com sindicalista da Comissão de Saúde da Central Única dos Trabalhadores Rio de Janeiro (CUT-RJ). Os mesmos pesquisadores citam outro acidente ocorrido em março de 1997, quando a “movimentação anormal de um duto no sentido vertical, expondo à tubulação à corrosão, provocou o vazamento de 2.000 toneladas de óleo (segundo o Sindicato dos Petroleiros) e 600 toneladas (segundo a Petrobras).”

No último ano do século, em janeiro de 2000, houve o rompimento de um duto da Petrobras que deveria levar óleo combustível para a REDUC. Por quatro horas, 1,3 milhão de

---

<sup>23</sup> Nas décadas de 1970 e 1980, o pólo industrial de Cubatão, o primeiro do Brasil, era conhecido como a região mais poluída do mundo, com lançamento diário no ar de quase mil toneladas de poluentes que contaminavam todo o ecossistema: a terra, os rios e os manguezais. Em 1984, por meio de parceria entre a administração municipal, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico – Cetesb, as indústrias e a comunidade, desenvolveu-se um rígido programa de despoluição ambiental, no qual as indústrias foram submetidas a um cronograma de controle das fontes poluidoras. Foi detectada a existência de 320 fontes de poluição do ar, das águas e do solo, em um universo de 23 indústrias, caracterizadas segundo o tipo: siderurgia, fertilizantes, minerais não-metálicos, refino de petróleo e química e petroquímica. Assim, nas últimas duas décadas, ocorreu a redução de 97% das fontes de poluição primárias: das 230 fontes de poluição do ar detectadas inicialmente, 207 encontram-se controladas; das 46 fontes de poluição do solo, 44 estão sob controle, o mesmo ocorrendo para todas as 44 fontes de poluição de águas. Além disso, um plano de reflorestamento das encostas foi desenvolvido, paralelamente à despoluição dos mananciais. O reconhecimento do trabalho ocorreu no evento ECO 92, pela ONU, que outorgou o Selo Verde a Cubatão, e escolheu a cidade como símbolo da ecologia e exemplo mundial de recuperação ambiental. (NIEIRO, M.B.P.; ALENCAR, G.P.; BERGAMASCHI, D.P, 2008)

<sup>24</sup> Reportagem da Folha de São Paulo citou outros casos de acidentes entre 1984 e 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u31220.shtml>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

<sup>25</sup> “Conflito social e risco ambiental: o caso de um vazamento de óleo na Baía de Guanabara”. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/numa/especializ/cursos\\_especializacao/2007/Educacao%20Ambiental/gerencia\\_de\\_risco/TEXTO%205\\_4.pdf](http://www.ufpa.br/numa/especializ/cursos_especializacao/2007/Educacao%20Ambiental/gerencia_de_risco/TEXTO%205_4.pdf)>. Acesso em: 03 Out 2006.



litros de óleo se misturou às águas da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, causando danos aos manguezais da região e a morte de peixes, crustáceos e aves marinhas. A mancha se espalhou por cerca de 40 quilômetros quadrados. Numa ação compensatória inicial aos danos causados aos pescadores da região, a Petrobras distribuiu 8.234 cestas básicas aos pescadores daquela região. Além disso, indenizou 9.523 pessoas (num valor total de R\$ 6,7 milhões) que exerciam atividades ligadas à pesca e à captura de caranguejos nas áreas afetadas.

Ainda no ano 2000, outro vazamento em empreendimento Petrobras marcou o pior desastre ambiental da história do estado do Paraná. No dia 16 de julho, houve o vazamento de quatro milhões de litros de petróleo da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no município de Araucária, a 24 quilômetros de Curitiba, e parte do óleo atingiu o Rio Barigui, afluente do Rio Iguaçu. Foi a partir desses acidentes que as comunidades do entorno das operações da Petrobras se tornaram efetivamente um público de interesse estratégico para a empresa e começaram a ser ouvidas nas atividades e projetos que seriam desenvolvidos naquelas áreas.

Ulrich Beck, sociólogo alemão que se dedicou a estudar a questão da pós-modernidade junto com Anthony Giddens, traçou a gênese deste fenômeno. No seu entender, a constituição e fortalecimento da sociedade de risco ocorreram dentro do movimento que Beck e Giddens batizaram de “modernização reflexiva”. Trata-se de uma etapa do capitalismo em que “o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói o outro e o modifica” (GIDDENS; BECK, 1995, p.12).

Falamos de um processo que não permite concessões. A modernização reflexiva, para Beck e Giddens, é a (auto)destruição da sociedade industrial. Esse movimento não significa uma revolução e tampouco uma crise, ele é a própria vitória da modernização ocidental. Ou seja, é a radicalização da modernidade, que está derrubando as premissas anteriores para abrir espaço para outra modernidade, que podemos conceber como uma nova sociedade.

Quando publicaram *Modernização reflexiva*, em 1995, Beck, Giddens e Scott Lash ainda não tinham presenciado a voracidade irrefreável do capitalismo multiplicada pelo advento da Internet, cuja versão comercial acabava de ser oferecida ao público. Mesmo assim, Beck observava que “também o intenso crescimento econômico, a tecnificação rápida e a maior segurança no emprego podem desencadear a tempestade que vai impulsionar ou impelir a sociedade industrial rumo a uma nova era” (1995, p. 13).

A metáfora da tempestade dá conta de como este processo se propõe devastador. Nascida no cerne da sociedade industrial, a modernização reflexiva explode o organismo que o gerou e impõe uma nova realidade. Ou, como explica Beck:

Se, no fundo, a modernização simples (ou ortodoxa) significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais, então a modernização reflexiva significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade. (GIDDENS; BECK, 1995, p.12)

É importante esclarecer que – como afirmam os autores - o adjetivo “reflexiva” utilizado para qualificar a modernidade, não significa reflexão e sim autoconfrontação. Neste sentido, a partir do embate entre duas realidades que se nutrem da mesma raiz, é natural que uma feneça.

Para Ulrich Beck, o processo de inovação autônoma causa a obsolescência da sociedade industrial, e o outro lado dessa obsolescência vem a ser a emergência da sociedade de risco. Com ela, “riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (1995).

A transição da sociedade industrial para a sociedade de risco ocorreu, infelizmente, à nossa revelia. Segundo os autores de *Modernização reflexiva*, ela foi autônoma, indesejada, despercebida e compulsiva e surgiu da continuidade dos processos de modernização autônoma que ignoraram seus próprios efeitos e ameaças. Na sua visão, esses processos produziram de forma latente e cumulativa as ameaças que questionaram e acabaram por destruir as bases da sociedade industrial.

Portanto, é neste ponto que nos encontramos hoje. Somos reféns de uma realidade que não desejamos e sequer construímos, fruto de uma excrescência que aboliu todos os limites, regras e padrões da vida em sociedade. Exatamente como definiu Nietzsche, “é como se tudo estivesse caótico, o antigo se perdesse, o novo nada valesse e ficasse cada vez mais frágil” (2004, p.170). Neste cenário, somos ainda assaltados pelo fim das certezas e pela imposição dos conceitos de perigo, ameaça e risco. É impossível para qualquer instância da existência – seja a sociedade, as comunidades, instituições, para os núcleos familiares e inclusive o indivíduo – ficar imune aos efeitos de tal transformação. Mais uma vez Beck elucida este momento:

O conceito de sociedade de risco provoca transformações notáveis e sistêmicas em três áreas de referência. Primeiro, há o relacionamento da sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura, sobre cuja existência ela é construída, mas que estão sendo dissipados no surgimento de uma modernização amplamente estabelecida. Isto se aplica à natureza não humana e à cultura humana em geral, assim como aos modos de vida culturais específicos (por exemplo, a família nuclear e a ordem baseada na diferença entre os sexos) e aos recursos de trabalho social (por exemplo, o trabalho doméstico da esposa, que convencionalmente não tem sido reconhecido...). Segundo, há o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que por seu lado excedem as bases das idéias sociais de segurança. Por essa razão, assim que as pessoas tomam consciência deles, são capazes de abalar as suposições fundamentais da ordem social convencional. Isto se aplica a componentes da sociedade, como os negócios, o direito e a ciência, mas se torna um problema particular na área da ação política e da tomada de decisões. Terceiro, as fontes de significado coletivas e específicas de grupo (por exemplo, consciência de classe ou crença no progresso) na cultura da sociedade industrial estão sofrendo de exaustão, desintegração e desencantamento. Estas deram apoio às democracias e às sociedades econômicas no decorrer do século XX e sua perda conduz à imposição de todo esforço de definição sobre os indivíduos; é isso que significa o conceito do “processo de individualização”. (GIDDENS; BECK, 1995, p. 17-18)

A individualização citada pelo sociólogo é a transposição do processo de modernização reflexiva ocorrida no âmbito da sociedade global para a vida pessoal do indivíduo. Novamente, trata-se de um procedimento coletivo e involuntário: é a desincorporação dos modos da sociedade industrial e, em seqüência, a reincorporação dos modos de vida da sociedade reflexiva, aos quais os indivíduos precisam adequar suas necessidades, seus sonhos, seus medos, seu destino.

Anthony Giddens prevê que será justamente a relação entre a vida individual e as ordens globais que pautará a nova agenda. “As conexões envolvidas são freqüentemente muito próximas. Coletividades e agrupamentos intermediários de todos os tipos, incluindo o Estado, não desaparecem em consequência disso, mas realmente tendem a ser reorganizados ou reformulados” (1995, p.75). Beck, por sua vez na mesma obra, observa que a vida cotidiana da realidade reflexiva é “culturalmente cega” porque os sentidos em geral anunciam uma normalidade que, na verdade, esconde um perigo. Por isso a vida na sociedade de risco passa a depender do parecer de especialistas. (1995, p. 44)

Dentro dessa perspectiva, a natureza também passa pelo mesmo processo reflexivo, perdendo seu caráter pré-ordenado e se tornando um “produto, a ‘natureza interna’ integral e ajustável (neste sentido) da sociedade pós-industrial”. Porém, no entender de Giddens, quanto mais tentamos colonizar o futuro, maior a probabilidade de ele nos causar surpresas.

Por isso, “quando a natureza é invadida – e até “destruída” – pela socialização, e a tradição é dissolvida, novos tipos de incalculabilidade emergem.”

Por sorte, Beck lembra que a sociedade de risco é também uma sociedade autocrítica e cheia de antagonismos: se os engenheiros de segurança sustentam um risco zero, as seguradoras atestam que é impossível de ser segurado. Empresas químicas, consideradas como agentes poluidores, são contestadas por empresas cujo negócio é o turismo litorâneo. “Na verdade, a questão do risco divide as famílias, grupos profissionais, de trabalhadores químicos especializados em todos os níveis de gerência, e com muita frequência até os próprios indivíduos. O que a cabeça quer e a língua diz pode não ser o que a mão (finalmente) faz” (BECK, 1995, p. 22).

Por outro lado, Beck coloca a questão ecológica como sendo a percepção do mundo no sistema que ele chama de “coordenado do auto-risco ecológico-industrial”. Para ele, todas as questões fundamentais - moralidade, religião, fundamentalismo, desesperança, tragédia, suicídio e a morte, sempre interligados com sua oposição de salvação – se fundem em “um drama universal” e é neste drama cotidiano que, segundo ele, “os negócios estão livres para assumir o papel do vilão e do envenenador ou se revestir do papel do herói e do salvador e comemorar isso publicamente” (1995, p.66).

Beck cita Volker von Prittwitz, que distinguiu duas “constelações” existentes no conflito sócio-econômico de origem ecológica: a primeira é o *bloqueio* – no qual as indústrias poluidoras e os grupos afetados se enfrentam reciprocamente de maneira exclusiva e espetacular. E a segunda surge dentro da primeira, quando “a sociedade industrial se transforma em sociedade industrial com má consciência, que ela se reconhece e se culpa como uma sociedade de risco” (BECK, 1995, p.67). Com isso, seria criada uma brecha para que a questão ecológica viabilize o despertar da sociedade industrial e promova uma “auto-reforma” universal, em que haja um diálogo entre as áreas antes em confronto. A crise ecológica - produzida pelo crescimento econômico incontrolado e intensificada quando suas consequências são ignoradas – pode ser resgatada pela reflexividade da modernidade, que não visa à destruição, mas a modificação das bases da modernização industrial. “Por isso, essa não é uma teoria de crise ou de classe, não é uma teoria do declínio, mas uma teoria de desincorporação e da reincorporação não intencional e latente da sociedade industrial, em virtude do sucesso da modernização ocidental”, resume Beck (1995, p.211).

Sendo assim, deveríamos perceber que pensar a sociedade pós-tradicional é também entender que ela é um espaço indefinido, de crescimento avassalador, cujas ordens anteriores

são incapazes de prever os riscos e as conseqüências que essa nova realidade contém e por isso todas as regras têm que ser renegociadas. Como se trata de uma nova ordem - global e universal - Anthony Giddens considera que os elos sociais têm que ser “feitos e não herdados do passado”: “A sociedade pós-tradicional é um ponto final; mas também é um início, um universo social de ação e experiência verdadeiramente novo.” (1995, p.130)

Giddens é otimista ao afirmar que os choques culturais da sociedade global podem gerar diálogo e não apenas confronto. Para ele, a “democracia dialógica – o reconhecimento da autenticidade do outro, cujas opiniões e idéias estamos preparados para ouvir e debater, como um processo mútuo” (Ibid.) é a única alternativa para a violência nas áreas da ordem social. Ele vê ambiente para que haja uma simetria entre uma “democracia de emoções” no âmbito pessoal e um potencial para a democracia no âmbito da ordem global. Resta saber se em âmbito local, nos países em desenvolvimento, essa tendência é uma possibilidade real ou se trata de uma quimera.

## 2.2 A preservação da identidade no processo de modernização

Vimos no item anterior que o mundo, como o conhecemos, está impregnado de um “auto-risco ecológico-industrial”. Ele possui um crescimento avassalador e, por isso, as ordens anteriores são incapazes de prever os riscos e as consequências dessa nova realidade; o que faz com que todas as regras sociais, portanto, devam ser renegociadas. Tudo leva a crer que, pela ideologia da nova ordem global, não exista espaço para a proposta comunitária. E essa é a questão que se impõe hoje: em um mundo tão perturbador, como sobreviver e preservar sua essência?

O poeta, dramaturgo e romancista paraibano Ariano Suassuna, em aula-espetáculo realizada no Rio de Janeiro, no dia 22 de agosto de 2008, durante o evento Embaixada Pernambuco, vaticinou a respeito dos produtos da indústria cultural que a sociedade globalizada nos impele a consumir: “Eu devo muito a Molière, a Cervantes, a Gogol, mas não é por isso que eu tenho que engolir essas porcarias que querem nos enfiar goela abaixo.”

Com 81 anos e uma sólida obra que ajuda a fincar as tradições populares do Nordeste na formação identitária brasileira, Suassuna afirma que ergue seu trabalho literário como uma fortaleza para defender a nação contra invasão, inclusive cultural. “Eu não tenho poder nenhum, mas tenho uma língua afiada da peste que eu uso a serviço do meu país e do meu povo”, bradou naquela noite.

Ariano Suassuna é um exemplo da tentativa de preservação de uma identidade constantemente ameaçada pela voracidade globalizante. Pois esse é o ponto categórico da modernidade: ela avança modificando estruturas, oferecendo um acelerado desenvolvimento industrial, científico e tecnológico; mas que embute a padronização dos costumes, dos gostos, dos estilos de vida e da fruição da cultura, a fim de facilitar o consumo dos seus produtos fabricados hoje em escala mundial. Anthony Giddens (2002, p.13) alerta que “a modernidade, não se deve esquecer, produz *diferença, exclusão e marginalização*. Afastando a possibilidade de emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização do eu”.

Ou seja, o movimento global para multiplicar as riquezas das grandes corporações solapa iniciativas locais. Quem não se adequar às regras do capitalismo radical está fora do sistema e terá que encontrar suas próprias formas de sobrevivência. Isso vale para pessoas jurídicas, para comunidades (que, segundo Bauman, “são as entidades às quais as identidades se referem como sendo quem as definem”) (2004, p.17) e para os indivíduos. E coloca em

xeque toda a noção de identidade construída pelos homens. Bauman (2004, p.26-30) lembra que a idéia de identidade nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o “deve” e o “é” e o erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade à semelhança da idéia. Nesse processo de dissolução da identidade em curso operado pela nova ordem dominante temos que ter consciência, no entender do sociólogo, “de que ‘pertencimento’ e ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis. Além disso, as decisões que o próprio sujeito toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2004, p.17).

Essa negociação apontada por Bauman, pode-se dizer, é base da manutenção da identidade e do pertencimento em tempos de ultramodernidade. Não se trata de uma operação simples, mas uma rede de condições envolvendo fatores econômicos, sociológicos e até psicológicos que se estabelece para que sociedades e indivíduos coexistam nessa nova realidade. É a negociação entre os interesses da ordem global e as necessidades da comunidade local.

Um dos fatores fundamentais para o estudo da identidade neste período é o impacto da separação dos conceitos de tempo e espaço. Em uma sociedade tradicional, tempo e espaço são determinantes para todas as atividades realizadas pela comunidade. O tempo é o tempo histórico, que flui em um sentido definido, determina a colheita, as atividades econômicas, sociais e a própria ocupação do espaço, que é compartilhado por todos. O espaço é o lugar no qual os indivíduos praticam a socialização e consolidam os hábitos e tradições daquela localidade.

Na dinâmica da modernidade reflexiva globalizante, esses conceitos são relativizados e reorganizados para atender os interesses de multiplicação e circulação do capital. Portanto, em relação ao tempo, por exemplo, a cronologia se desfaz, o tempo é o agora, o aqui, é a simultaneidade ininterrupta que abrange todo e qualquer lugar, sem fusos horários. Neste contexto, o filósofo Marcio Tavares d’Amaral conceitua a era em que vivemos como a da emergência da tecno-logia. Tecno-logia é a união de dois radicais: *logos* - que significa o lugar, a força da verdade, a reunião de tudo que se apresenta e a permissão que se dê ao que se apresenta um nome (e, no ato de nomeá-lo, capture sua essência). E *techné* - que é a capacidade humana de produzir e criar algo que não estava presente - é o ato de instauração

de algo que não havia (AMARAL, 2003, p.19-20). A tecno-logia, portanto, embute um sistema hierárquico no qual a *techné*, ação, o fazer deveria estar submetido ao saber.

Entretanto, a emergência e a supremacia da tecno-logia destruíram essa hierarquia. E por isso a compreensão do mundo deixou de ser baseada na “anterioridade da verdade em relação à transformação” (no passado, essa prerrogativa era considerado o repositório do real estabelecido) e passou a seguir a lógica da simultaneidade. “Um dos efeitos desse movimento é a absorção do futuro como um tempo verdadeiro. E, com a aceleração tecnológica, o futuro se libera da causalidade linear e torna-se o maior valor.” (Ibid. p.20)

O mesmo ocorre com a noção de espaço, definitivamente alterada pela sofisticação tecnológica desenvolvida na modernidade reflexiva. Assim como o tempo, o espaço foi descolado do lugar e virtualizado. Ele deixou de ser a geografia como a conhecemos para ser uma esfera onde habitantes de todas as nações detêm uma paragem, mas sem que sejam de fato seus proprietários.

Anthony Giddens considera que o esvaziamento do tempo e do espaço é crucial para a segunda principal influência sobre o dinamismo da modernidade: o desencaixe das instituições sociais:

Escolho a metáfora do desencaixe em deliberada oposição ao conceito de “diferenciação” algumas vezes adotado por sociólogos como meio de contrastar sistemas sociais pré-modernos e modernos. A diferenciação envolve imagem de uma progressiva separação de funções, como, por exemplo, quando modos de atividade organizados de maneira difusa em sociedades pré-modernas se tornam mais especializados e precisos como advento da modernidade. Sem dúvida, a idéia tem certa validade, mas deixa de captar um elemento essencial da natureza do impacto das instituições modernas – o “descolamento” das relações sociais dos contextos locais e sua rearticulação através de partes indeterminadas do espaço-tempo. Esse “descolamento” é exatamente o que quero dizer com desencaixe, que é a chave para a imensa aceleração no distanciamento entre tempo e espaço trazido pela modernidade. (GIDDENS, 2002, p.23-24)

Os mecanismos de desencaixe decantam as particularidades locais e estabelecem as formas de interação das sociedades com os mecanismos da modernidade reflexiva. Giddens os classifica como sistemas abstratos e os segmenta a partir de “fichas simbólicas” e “sistemas especializados”. As fichas simbólicas são os meios de troca que têm um valor padrão e por isso são intercambiáveis em vários contextos, como o dinheiro, por exemplo.

Já os sistemas especializados oferecem modos de conhecimento técnico que têm validade - independente dos que fazem uso deles (GIDDENS, 2002, p.24). No entender de



Giddens, os dois sistemas especializados devem ser legitimados na confiança. Porém - como verificamos anteriormente -, a confiança é artigo raro em uma sociedade construída sobre a iminência do risco, na qual a ansiedade é gerada justamente pela incerteza da validade desses sistemas abstratos.

O resultado disso é que as identidades até então estruturadas – formadas pela comunhão do “eu” com a sociedade - estão sendo substituídas por um novo comportamento, decorrente das influências globalizantes, da dissociação e fragmentação do sujeito e do esvaziamento e desagregação do tempo e do espaço. Este processo, como é possível prever, guarda em si profunda inquietação.

Stuart Hall captou muito bem este momento, ao descrever o sujeito que previamente possuía uma identidade unificada e estável e agora está se tornando fragmentado, dispondo não apenas de uma, mas de várias identidades - até mesmo contraditórias e não resolvidas. Ele avalia, inclusive, que não apenas o sujeito está fragmentado, mas todo seu ambiente. “As identidades que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático” (HALL, 1992, p.12).

Trata-se do que, em paralelo, Bauman chama de “as forças globais descontroladas e seus efeitos cegos e dolorosos” (2004, p. 95) ou ainda “a acelerada liquefação das estruturas e instituições sociais”, a fase fluida da modernidade em que nada se mantém por muito tempo e nunca sabemos o que esperar. Além disso, a sociedade – antes reguladora – agora é volátil, imprevisível e desnorteadora (BAUMAN, 2004, p.57-58).

Alguns sujeitos e comunidades tentam reagir através da busca por novos signos de identificação, do entendimento da volatilidade contemporânea e da necessidade de negociação com os agentes da modernidade que lhes destruiu o mundo seguro. Outros, no entanto, se recusam a aceitar a nova realidade e se agarram às suas verdades unificadas, o que, em última instância, pode gerar desvalorização social e até a criação de um gueto. Bauman alerta:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-nem-outro’, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, ‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto. (BAUMAN, 2004, p.35)

De todas as formas, o que o sujeito contemporâneo fragmentado e conflitante quer é ter uma identidade - seja ela qual for, a antiga ou a negociada, porque identidade significa a segurança do ser e do estar. Processo similar está sendo vivenciado pela comunidade pesqueira de Arraial do Cabo, cidade do litoral Norte do estado do Rio de Janeiro. Em 1997, um decreto federal determinou que aquele território de 152 km<sup>2</sup> - onde se localiza uma população de 26.842 habitantes, segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006 –, passaria a ser uma Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar, a primeira do país), a fim de preservar o ecossistema local e, particularmente, da atividade pesqueira praticada naquela região. Munidos de botes esculpidos em troncos, remos e intuição, os pescadores tradicionais de Arraial mantêm um saber transmitido por gerações que está a ponto de ser extinto devido a fatores sócio-político-econômicos alheios à sua vontade.

Em 2006, a COPPE/UFRJ, com patrocínio da Petrobras, desenvolveu o Projeto Ressurgência - Projeto de Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento, a fim de estruturar um modelo de co-gerenciamento que permita aos usuários da Reserva obter uma maior eficiência na preservação da biodiversidade e na utilização de seus recursos; já que, em 10 anos de Resex-Mar, os pescadores não se organizaram para negociar suas demandas com o poder dominante. O projeto previa, inclusive, o compartilhamento de responsabilidades e decisões e investigava o ecossistema marinho; as possibilidades de educação, gestão e comunicação ambiental; os valores patrimoniais da cultura da pesca tradicional e as alternativas de sustentabilidade.

A ressurgência é um fenômeno raro que ocorre em alguns pontos do oceano, quando as águas profundas – em geral, frias – vêm à superfície no caminho das correntes do Sul para o Norte. Esse movimento atrai diversas espécies de animais e gera uma pesca farta de peixe, crustáceos e moluscos. Arraial do Cabo teve a sorte de ser um desses pontos de ressurgência

no planeta e, graças a isso, garantiu por séculos a subsistência de sua população, formada originalmente por comunidades pesqueiras (registros de sambaquis mostram que, na pré-história, grupos de pescadores percorriam o trajeto entre Itaipu e Cabo Frio). Elas ainda persistem e, por tradição, mantêm a atividade exatamente como era praticada por seus antepassados: usam canoas construídas artesanalmente a partir de troncos, localizam cardumes com seus próprios olhos, deslocam-se até eles com a utilização de remos e puxam a rede numa experiência coletiva que envolve os membros da equipe, a comunidade do entorno e até os banhistas que estiverem presentes na praia naquele momento.

Entretanto, a última geração de pescadores que foi agraciada pela fartura da ressurgência, seus filhos e, em pouquíssimos casos, seus netos, hoje se encontram ameaçados por fatores que nada têm a ver com a natureza que lhes garante sustento. Inusitadamente, é justo naquele cenário paradisíaco, de águas transparentes, areia branca, montanhas e vegetação de restinga, que eles se defrontam com os piores efeitos do sistema de produção capitalista: poluição; pesca desordenada e predatória; redução do estoque pesqueiro por conta da sobrepesca (gerada pelo desemprego em massa na região, a partir do fechamento da Companhia Nacional de Álcalis em 2006, única produtora de barrilha<sup>26</sup> da América Latina); alteração do ciclo de reprodução dos peixes causada pelos efeitos do aquecimento global; aumento da população local em função da especulação imobiliária e do turismo desenfreado – o que afugenta os cardumes; falta de fiscalização e intensificação da atividade portuária na região graças à ampliação e intensificação da atividade petrolífera no entorno da Bacia de Campos.

O exemplo de imobilismo de Arraial do Cabo pode ser explicado por Scott Lasch, que se dedicou ao estudo da sobrevivência em um mundo perturbador. Ele observou que nas circunstâncias em que os indivíduos sentem possuir pouco ou nenhum controle predomina uma apatia generalizada tanto em relação ao passado, quanto ao futuro, e a regra é viver um dia de cada vez. É a cultura do “sobrevivencialismo”. “A vida moderna passa a ser cada vez mais padronizada segundo as estratégias dos indivíduos forçados a enfrentar situações de grande adversidade onde só existe um ‘eu mínimo’, defensivamente separado do mundo exterior” (GIDDENS, 2002, p.161).

Para este contexto não se apresenta solução única. Giddens (2002, p.198) sugere que, para se conseguir a realização do eu, é necessário adotar a “política-vida”: trata-se de um conjunto de decisões que afetam a própria auto-identidade e promovem a auto-realização no

---

<sup>26</sup> Barrilha (carbonato de sódio) é uma substância alcalina que serve como componente nas indústrias de vidro, química, metalúrgica e siderúrgica.

contexto da interdependência global; desenvolvendo uma ética relativa à pergunta ‘como devemos viver’ segundo a ordem pós-tradicional e contra o pano de fundo das questões existenciais. Uma visão adesista, sem dúvida.

Já Bauman (2004, p.84) considera que identidade é luta. Uma luta que não pode ser eliminada do pensamento e tampouco afastada da experiência humana. Ela é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; “uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado...”. Ele acredita que os malefícios da globalização merecem um enfrentamento à altura e esta estratégia passa pela união:

A globalização atingiu um ponto em que não há volta. Todos nós dependemos uns dos outros, e a única escolha que temos é entre garantir mutuamente a vulnerabilidade de todos e garantir mutuamente a nossa segurança comum. Curto e grosso: ou nadamos juntos ou afundamos juntos. Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto-interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma estratégia. De maldição, a globalização pode até transformar-se em benção: a “humanidade” nunca teve uma oportunidade melhor! Se isso vai acontecer, se a chance será aproveitada antes que se perca, é, porém, uma questão em aberto. A resposta depende de nós. (BAUMAN, 2004, p.95)

De alguma forma, esta proposta de Bauman dialoga com os ideais comunitários como os conhecemos (uma construção social baseada na experiência comum e no entendimento compartilhado por todos). Por isso, arrisco elevar a comunidade à alternativa possível de preservação da identidade no mundo globalizado e neoliberal. Aposto que Suassuna endossaria.

### **3 Sobre o poder e o conceito de desenvolvimento**

Este capítulo retrata como a dominação política do sistema de reprodução do capital global se ampara nas várias formas de construção do poder. Considerando-o uma relação de forças transversais, múltiplas e difusas que ocorrem por meio de ligações móveis e não localizáveis, conforme observou Foucault, verifica-se como alguns exercícios de poder são praticados através da cultura corporativa e da hegemonia. Por pouco a exacerbação do quadro de dominação global não soterra de vez a subjetividade da classe trabalhadora e seus meios tradicionais de luta. Mas, como mostrou Gramsci ao criar o conceito de sociedade civil, existem linhas de fuga capazes de constituir possibilidades de resistência. E a proposta comunitária é uma delas.

As organizações corporativas, moléculas que compõem o sistema capitalista também se fazem presentes neste capítulo. Será possível verificar como elas fixam as regras de subordinação ao poder (sua função principal, no entender de Foucault) desenvolvendo políticas, técnicas de relacionamento e discursos que justificam sua atividade, como ocorreu com o conceito de responsabilidade social. Este surgiu a partir dos mesmos movimentos sociais que mais tarde originaram as múltiplas formas de contra-hegemonia que conhecemos hoje. Desta forma, será mostrado como a Petrobras - a quinta maior empresa de petróleo do mundo em valor de mercado<sup>27</sup> e a maior da América Latina - utiliza a responsabilidade social para se relacionar com as comunidades localizadas no entorno de seus empreendimentos, em especial, com as localidades de Moreré e Monte Alegre, objetos de estudo desta pesquisa. E ver-se-á até que ponto as medidas adotadas equilibram ou não o embate inevitável entre comunidade e empresa.

#### **3.1 Poder, hegemonia e contra-hegemonia**

Como visto no capítulo anterior, mesmo sob ameaça e correndo riscos sobre os quais não têm qualquer controle, as comunidades ainda se colocam como alternativa possível de preservação de uma essência identitária dentro da modernização imperativa. Entretanto, para

---

<sup>27</sup> De acordo com levantamento realizado pela agência de notícias Bloomberg. Ao atingir o patamar de US\$ 208 bilhões, a Petrobras ultrapassou as chinesas China Mobile – maior empresa de telecomunicações do mundo – e a China Construction Bank, da área financeira. A liderança do ranking continua nas mãos da ExxonMobil. Disponível em: < [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091017/not\\_imp451932,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091017/not_imp451932,0.php)>. Acesso em: 18 Out 2009.

que essa realidade seja conquistada, elas precisam interagir com as forças dominantes sob pena de comprometer seriamente a própria sobrevivência. O processo de globalização, como sabemos, é voraz e totalizante, com o desenvolvimento de mecanismos de expansão capazes de garantir ao grande capital o controle crescente sobre os meios de produção, a sociedade e o mundo contemporâneo. A dominação política é exercida através de exercícios sutis de cooptação por parte dos meios de comunicação de massa e da atuação das instituições representativas do capital privado. Tal disposição visa unicamente multiplicar e perpetuar o poder do capital sobre todas as formas de construção da realidade. Só que o poder, como já observou Gilles Deleuze a partir da obra de Foucault, é uma relação de forças. Não é uma diretriz, são forças. Sempre no plural, pois uma relação de poder só se estabelece na medida em que haja uma correspondência, uma implicação mútua de influências: uma com capacidade para afetar e outra para ser afetada. Mesmo assim, não há como relacioná-lo com a violência, ou afirmar que esta o integra. O poder ultrapassa a violência porque ela implica na alteração ou destruição de corpos e seres e o poder não lida com outro objeto que não outra força. É ação sobre ação.

Sendo assim, uma relação de poder apresenta várias categorias: “incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar, tornar mais ou menos provável...” (FOUCAULT apud DELEUZE, 2006; p.79)<sup>28</sup>. Na obra *Vigiar e Punir*, Foucault ainda enumerava as que se apresentavam no século XVIII, como “dividir no espaço”, “ordenar no tempo” e “compor no espaço-tempo”. Neste cenário, Deleuze interpreta que tais categorias fundamentaram as teses de Foucault sobre o poder, que se sustentam sobre três rubricas: “o poder não é essencialmente repressivo (pois ‘incita, suscita e produz’); ele se exerce antes de se possuir (já que só se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado) e passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (uma vez que passa por todas as forças em relação). Além disso, as relações de poder guardam uma peculiaridade muito útil, quando da ocasião de seu desenvolvimento: elas determinam singularidades, afetos (“já que a própria força se define por seu poder de afetar outras forças – com as quais ela está em relação – e de ser afetada por outras forças”). (Ibid.)

Seguindo no caminho da genealogia traçada por Foucault, entendemos que as relações de poder não partem de um ponto único, são transversais, múltiplas, compreendem “inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências.” (Ibid., p.81).

---

<sup>28</sup> “Deux essais sur le sujet et le pouvoir”, in Dreyfus e Rabinow, Michel Foucault, um Parcours Philosophique, Gallimar, 313.

Essas associações não podem ser mapeadas e escapam ao visível e à estabilidade. Elas constituem “estratégias anônimas, são quase mudas e cegas”, são difusas e sua exposição é de difícil captura. Por isso, costuma-se dizer que “as relações de poder não são conhecidas”. Já em relação à sua prática, o poder tramita na ordem da microfísica. Não se trata de uma miniaturização da sua esfera de movimentação, e sim do conceito criado por Foucault para determinar um novo tipo de domínio, formado por ligações móveis e não-localizáveis. Esse é o habitat do poder.

As formas de integração das relações de poder são as instituições: o Estado, a família, a religião, o sistema produtivo, o mercado, a arte e a moral, entre outras. São elas que fazem convergir as singularidades, alinhando-as; o que não significa que elas sejam reunidas em ato contínuo. Neste caso, também entram em cena as relações parciais e suas respectivas interações. Apesar desse intenso movimento, no entanto, as instituições carecem de essência porque não explicam o poder e nem sua origem. Elas são apenas exercícios para fixação das suas regras de subordinação. São práticas de função reprodutora, vazias de vocação criativa. Com sua aura difusa e dissimulada, o poder dá suporte e legitima o regime hegemônico do capital global, até porque, como mostra Foucault, ele se perpetua através de todas as formas de organização humana:

O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força. Questão: se o poder se exerce, o que é este exercício, em que consiste, qual é sua mecânica? Uma primeira resposta que se encontra em várias análises atuais consiste em dizer: o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe. [...] As relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra. E se é verdade que o poder político acaba na guerra, tenta impor a paz na sociedade civil, não é para suspender os efeitos da guerra ou neutralizar os desequilíbrios que se manifestaram na batalha final, mas para reinscrever perpetuamente estas relações de força, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos. (FOUCAULT, 2008, p.175-176)

A soma do poder com dominação é capaz de produzir uma infinidade de recursos que realimentam continuamente esse organismo. Há uma sedução visível na quantidade de utilidades criadas para que fiquemos dependentes deste sistema. Noam Chomsky, em suas considerações sobre o poder, diz ser fácil ser sugado pela cultura dominante, uma vez que ela sabe ser muito atraente. “Há recompensa aos montes. E tem mais: as pessoas que você

conhece não parecem más – você não sente vontade de sentar-se e insultá-las. Talvez vocês até fiquem amigos. Bem, você começa a se conformar, a se adaptar, a aparar as arestas – e rapidinho a coisa simplesmente aconteceu, ela como se infiltra em você.” (MITCHELL & SCHOEFFEL, 2005, p.323)

Outro artifício é a hegemonia. Muniz Sodré definiu-a como “a imposição de valores que conformam os interesses da cidadania e concorrem para a direção moral e intelectual de representações sociais com vistas a um consenso, não isento de resistências, de conflitos, de movimentações ‘contra-hegemônicas’” (COUTINHO, 2007, p.27). As técnicas utilizadas para sua conquista e manutenção acompanham o homem por séculos. Basta lembrar Nicolau Maquiavel, que, em 1513, publicou *O Príncipe* como um manual de ação política para Lorenzo, jovem soberano filho de Piero de Médicis. Mesmo sendo um tratado para o uso do poder do Estado, as lições do Secretário da Segunda Chancelaria de Florença inspiram até hoje instruções para o uso do poder em todas as instâncias.

Se pensarmos, como afirmou Foucault, que as relações de força se reinscrevem perpetuamente, é possível imaginar que os ensinamentos de Maquiavel inspiram várias práticas corporativas que embasam o funcionamento da modernidade reflexiva. Elas guardam semelhanças com o que foi sugerido pelo pensador italiano, especialmente no que se refere à conquista de novos mercados, ao gerenciamento dos recursos humanos necessários à produção e ao controle de seus públicos de interesse, como na passagem:

Os príncipes devem demonstrar também apreço pelas virtudes, dar oportunidade aos mais capazes e honrar os excelentes em cada arte. Devem, além disso, incentivar os cidadãos a praticar pacificamente sua atividade – no comércio, na agricultura, ou em qualquer outro ramo profissional. Assim, que uns não deixem de aumentar seu patrimônio pelo temor que lhes seja retirado o que possuem, e outros não deixem de iniciar um comércio, com medo dos tributos, devem os príncipes, ao contrário, instituir prêmios para quem é ativo e procurar de um modo ou de outro melhorar sua cidade ou estado. Além disso, precisam manter o povo entretido com festas e espetáculos, nas épocas convenientes; e como toda cidade se divide em corporações ou em classes, devem dar atenção a todos esses grupos, reunir-se com seus membros de tempos em tempos, dando-lhes um exemplo de sua solidariedade e munificência – guardando sempre, contudo, sua dignidade majestosa, que não deve faltar em nenhum momento. (MAQUIAVEL, 2005, p.134-135)

As recomendações do burocrata florentino são um discurso pronto e articulado para obter a anuência das classes subordinadas ao exercício do poder hegemônico. O incentivo da prática pacífica das atividades dos cidadãos para que “uns não deixem de aumentar seu



patrimônio pelo temor que lhes seja retirado o que possuem” ou manter o povo entretido com festas e espetáculos em “épocas convenientes”, dando-lhes “um exemplo de sua solidariedade e munificência” são táticas bastante atuais de manutenção de imagem institucional praticadas por qualquer organização privada - que, em última instância, reproduzem de forma atomizada o poder e a ideologia do sistema dominante.

Sobre esse universo, Livia Barbosa lembra que a cultura organizacional é uma das principais práticas e representações do poder e da política. Nesse último segmento, se encontra a enunciação da realidade por um determinado grupo perante os demais e as resistências que se formam ao redor para legitimá-la ou desqualificá-la. Já as “tecnologias gerenciais” dão conta das complexas interseções entre o poder simbólico, as práticas gerenciais, a liderança e as questões relacionadas à sobrevivência humana e organizacional. (BARBOSA, 2002, p.33). Ou seja, até mesmo nas dimensões reduzidas das instituições, o jogo se reproduz: em qualquer situação de dominação, portanto, haverá o imbricamento de uma força diretiva e outra receptiva. A capacidade desta, no entanto, será sempre refreada pela primeira.

Ampliando o ângulo de visão e examinando-o de acordo com uma perspectiva histórica, ousou fazer uma conexão entre a movimentação do poder e a relação de subordinação entre capital e trabalho na Idade Contemporânea. No fim do século XIX, tais forças foram examinadas pela economia política proposta por Karl Marx e Friedrich Engels, que instituíram conceitos fundamentais como a luta de classes e a mais valia e expuseram os elementos formadores da nova sociedade; marcada pela aniquilação dos meios individuais de produção por conta do sistema de apropriação capitalista. Afirmando até que Marx, em *O Capital*, chegou a preconizar os efeitos da acumulação crescente do capital - nos moldes que vemos hoje - ao afirmar que “a importância histórica e a razão de ser do capitalista residem no fato de que ele constrange impiedosamente a Humanidade a produzir por produzir e a obriga assim a desenvolver as forças produtivas da sociedade.” (MARX, 1979, p.133)

Ao longo do século XX, verificamos como este processo criou condições para a ofensiva global do capital. Rodrigo Dantas (2008, p.103), em seu trabalho sobre hegemonia e contra-hegemonia, mostra que a sequência de acontecimentos colocou na defensiva a classe trabalhadora e suas organizações, “abrindo espaço para a reestruturação da ordem de dominação global do capital, que busca agora suprimir todos os limites e barreiras à sua reprodução ampliada, ativando assim, de forma cada vez mais clara, o espectro da insustentabilidade e da incontrollabilidade totais.”

A questão fundamental desta hegemonia é que a exacerbação do quadro de dominação global e do movimento orgânico do capital de se deslocar, ampliar seus limites e multiplicar suas frentes pode provocar a extinção das condições de toda forma coletiva de existência, como já alertou Ulrich Beck ao tratar da instalação da sociedade de risco. Dantas igualmente alerta para tal destino, mas abre uma perspectiva ao levantar a possibilidade de um “declínio inevitável”:

Neste quadro, a longa ascendência histórica do sistema do capital – materializada em sua capacidade de deslocar continuamente seus próprios limites, antagonismos e contradições estruturais, de sobreviver a suas crises periódicas e às intensas pressões da luta de classes, incorporando continuamente novos territórios, populações, mercados e fontes de matéria-prima e de força de trabalho barata e abundante, e subordinando, progressivamente todas as atividades produtivas e reprodutivas ao processo de sua reprodução ampliada, no quadro de um desenvolvimento contínuo das forças produtivas e de um consumo sempre ampliado – terá, doravante, de se confrontar com seus limites absolutos e com as condições estruturais de seu declínio inevitável, numa época em que o imperativo do controle social consciente da totalidade histórica da produção e da reprodução social da vida e de seu intercâmbio metabólico com a natureza entra em contradição com as premissas estruturais do processo de reprodução ampliada do capital, colocando em risco, pela primeira vez na história, a própria sobrevivência da humanidade. (DANTAS, In: COUTINHO E. (Org.), 2007, p.104)

Sabemos que, até o momento dessa decadência, estaremos sujeitos às consequências destrutivas do sistema hegemônico global. Entretanto, vale perguntar se uma ação conjunta de forças anti-hegemônicas seria suficiente para refrear ou estancar este processo antes que a humanidade tenha que tomar rumo tão drástico. Afinal, como afirma Michel Foucault na entrevista concedida a Bernard Henri-Lévy, publicada em *Microfísica do Poder*; “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.” (2008, p.241)

A polarização da luta de classes visualizada por Marx e Engels certamente não mais dá conta da complexidade e das consequências do sistema hipertecnologizado e supra-industrializado do capital global. A subjetividade da classe trabalhadora foi soterrada pelos mecanismos de controle dos meios de comunicação de massa e seus meios tradicionais de luta se tornaram gradativamente inócuos perante a mundialização dos processos produtivos. Por outro lado, no último século, o movimento reivindicatório da classe dominada se

fragmentou em lutas sociais populares de caráter político, mas também civil, identitário, racial, cultural, ambiental e social.

Essas linhas de fuga podem ser observadas à luz das considerações de Antonio Gramsci, que pela primeira vez – após a citação de Karl Marx<sup>29</sup> – identificou na filosofia o conceito de sociedade civil. Gramsci entendia que a supremacia de um grupo social pode se manifestar como domínio e como “direção intelectual e moral”. Mas na sociedade civil, por outro lado, haveria uma distinção por conta da socialização política e da auto-organização dos grupos sociais (COUTINHO, 2007, p.131), e a prioridade seria o respeito ao bem comum, sem a dominação de uma classe sobre outra. Com isso, a prática da organização alcançada pela sociedade civil consolidaria uma alternativa viável de resistência ao sistema hegemônico do capital.

Dentro deste contexto, afirmo que a estrutura comunitária pode ser encarada como uma possibilidade de resistência e descentralização do poder, como verifica Raquel Paiva (2007), a partir de sua estratégia de participação efetiva nos dispositivos sociais e seu propósito de atuar como instrumento de pressão. “Mais do que transpor um conceito, falar de comunidade significa necessariamente aportar numa postura política. Eleger a possibilidade comunitária quer dizer opor-se, ou pelo menos, não aceitar incondicionalmente o ideal societário, no qual a globalização traz como lógica os princípios de hegemonia e exclusão.” (2007, p.123).

O poder, a ordem e a autoridade fazem parte da gênese da prática comunitária tanto quanto a solidariedade, o pertencimento e o comprometimento. O embate com agentes externos é intrínseco à experiência em comunidade; afinal este tipo de estrutura social costuma decorrer da insatisfação coletiva com os poderes públicos, ou com o poder privado corporativo, cujos relacionamentos embutem vulnerabilidade e risco. O questionamento é a base de seu funcionamento.

Além disso, uma vez transformadas em formas representativas de organização e pressão, as comunidades também passam a constituir um poder local e se tornam interlocutores dos poderes globais. Novamente cito Raquel Paiva, que destacou a análise do

---

<sup>29</sup> Norberto Bobbio descreve que o conceito de sociedade civil esteve presente na obra de Marx desde sua juventude, quando a colocava como “algo que se estende a toda a vida social pré-estatal, como momento do desenvolvimento das relações econômicas, que precede e determina o momento político e, portanto, como um dos dois termos da antítese sociedade-Estado.” O mesmo se verifica em Engels, em um ensaio sobre Feuerbach: “O Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, ao passo que a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo.” Para Bobbio, a avaliação de Marx foi o ponto de partida para a análise do conceito de sociedade civil construída por Gramsci, como considera em *Ensaio sobre Gramsci e o conceito da sociedade civil*. (2002; 53-54)

economista Ladislau Dowbor sobre as formas de intervenção no processo de transformação social e identificou a necessidade de recuperação do controle por parte do cidadão, no seu bairro e na sua comunidade.

A questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como *local authority* em inglês, *communautés locales* em francês, ou ainda como espaço local, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas. (DOWBOR *apud* PAIVA, 2007, p.123)

Assim, entendemos que o poder e o reconhecimento conquistados pelas organizações populares podem não ser hegemônicos, mas sem dúvida, as credenciam como uma alternativa ao sistema societário hipertecnologizado e regido pela lógica *comoditizadora* do mundo globalizado. Em resumo: mesmo vivendo sob o manto das relações difusas do poder, que se proliferam e reorganizam conforme as necessidades regulares de disciplina e controle, as comunidades dão continuidade à luta para ampliar os domínios do poder popular e derrubar centros de concentração de poder; o que, na visão de Chomsky, representa grande parte da história humana. (2002, p.359)

### 3.2 Empresa, responsabilidade social e diálogo

Foucault afirmou que as instituições são as formas de integração das relações de poder que fazem convergir as singularidades e se caracterizam como exercícios para a fixação de suas regras de subordinação (DELEUZE, 2006, p.83). No âmbito da sociedade global, as organizações corporativas são as moléculas que compõem a matéria necessária ao funcionamento do sistema capitalista. São estruturas vivas formadas por indivíduos – que, neste universo, abdicam de sua identidade de origem para assumir o papel de “ser corporativo” – guiados por leis e normas de ação e comportamento. Uma empresa também é uma entidade que mantém relacionamentos com públicos de interesse externos como investidores; fornecedores; poder público; consumidores; especialistas (analistas técnicos e de mercado); imprensa; comunidades e terceiro setor.

A fim de assegurar sua competitividade – em geral, construída sobre o desenvolvimento tecnológico, a excelência de produtos e serviços e a qualificação de seus recursos humanos - as corporações costumam ainda moldar para si uma imagem de credibilidade. Para tanto, se valem de uma política de comunicação capaz de reforçar suas características positivas e anular as negativas. Os instrumentos variam de acordo com as respectivas necessidades (publicidade; relação com os investidores; assessoria de Imprensa; comunicação com as comunidades; eventos de relacionamento institucional; patrocínio), mas pelo menos um tipo tem capacidade de gerar impacto imediato na percepção dos investidores e nos resultados financeiros de uma empresa: as ações de responsabilidade social.

Diferentemente dos primórdios do capitalismo, quando a jornada de trabalho costumava durar 14 horas ou mais (HUBERMAN, 1986, p.177) e havia a exploração desenfreada de recursos naturais não-renováveis, hoje as corporações buscam uma atitude “socialmente responsável” que promova o desenvolvimento sustentável e demonstre preocupação com o ambiente que as cerca. Isso nada tem a ver com a prática de filantropia exercida por algumas instituições até então. Trata-se do resultado de um processo de transformação iniciado há apenas quatro décadas, quando os movimentos sociais surgidos no fim dos anos 60 reivindicaram melhor qualidade de vida em várias instâncias da sociedade. Este período foi igualmente seminal para o aparecimento das organizações não-governamentais, por exemplo. No âmbito corporativo, essa onda se traduziu por uma necessidade de transparência e ética nas ações institucionais, em especial nas questões trabalhistas, sociais e ambientais.

Tal conceito, no entanto, não foi adotado de imediato, ao contrário. A pressão das sociedades inglesa, francesa e alemã foi fundamental para o processo de disseminação da nova mentalidade. Tanto que, em todo o mundo, as primeiras empresas a mostrarem suas atividades sociais de acordo com as regras desse novo tempo foram a alemã STEAG e a filial francesa da americana Singer, que elaborou, em 1972, o primeiro relatório reconhecido como “Balanço Social”. Em 1977, ainda na França, após várias situações que demonstraram ser necessária uma avaliação mais ordenada das ações sociais corporativas, foi aprovada a Lei 77.769, que tornava obrigatória a realização de Balanços Sociais periódicos para todas as empresas com mais de 700 funcionários (número reduzido, posteriormente, para 300).

No Brasil, a tendência só começou a se impor a partir da década de 90, quando a atuação das organizações não-governamentais ganhou força e houve maior interação do setor privado com os projetos governamentais. Vale destacar, no mesmo período, o movimento, lançado em 1997 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) de incentivo às empresas para divulgação voluntária de seus balanços sociais consolidados. No ano seguinte, a criação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social visou despertar e sensibilizar as empresas para o gerenciamento de negócios de modo responsável e convocar sua participação em uma sociedade mais justa e sustentável.

Já em 1999, a Dow Jones, provedora americana de conteúdo e serviços da área financeira, lançou o primeiro índice global de sustentabilidade empresarial do mercado financeiro mundial. Em nove anos de atividade, somente oito empresas brasileiras – Aracruz Celulose, Banco Bradesco, Banco Itaú, Cemig, Itaúsa, Petrobras, Usiminas e Votorantim – passaram pela rigorosa avaliação de desempenho financeira, ambiental e social da entidade, que funciona como uma recomendação para investidores em escala mundial<sup>30</sup>. De acordo com o último relatório emitido pelo Social Investment Forum<sup>31</sup>, no período 2005-2007, os investimentos em fundos formados por empresas com ações de responsabilidade social nos Estados Unidos cresceram 18,3%, ao passarem de US\$ 2,29 trilhões para US\$ 2,71 trilhões - enquanto os investimentos em fundos de outro perfil cresceram apenas 3% no mesmo período. No fim de 2007, o total dessas aplicações representava 10,7% dos US\$ 25,1 trilhões investidos na indústria de fundos daquele país.

---

<sup>30</sup> Dow Jones Sustainability Indexes Annual Review 2008 – Results. Disponível em: <[http://www.sustainability-indexes.com/07\\_html/reviews/review2008.html](http://www.sustainability-indexes.com/07_html/reviews/review2008.html)>. Acesso em: 27 Dez 2008.

<sup>31</sup> Press Release do Social Investment Forum divulgado em 5 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.socialinvest.org/news/releases/pressrelease.cfm?id=108>>. Acesso em: 28 Dez 2008

Após seis anos, em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), baseada nas experiências internacionais, criou igualmente o ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, formado apenas por ações de empresas com destaque por sua atuação social. A inclusão dessas companhias ao índice, no entanto, é aprovada por um conselho - formado pela Bovespa, associações empresariais e organizações não-governamentais - que avalia o desempenho das instituições de acordo com as boas práticas no relacionamento com empregados, fornecedores e a comunidade, sua governança corporativa e o impacto ambiental de suas atividades<sup>32</sup>. Das 109 empresas convidadas para participar do processo de seleção para composição do índice em 2009, apenas 38 empresas foram consideradas aptas para serem ofertadas até novembro deste ano<sup>33</sup> – uma vez que a validade do ISE se renova anualmente. As companhias que compõem o Índice de Sustentabilidade da Bovespa possuem, juntas, R\$ 372 bilhões em valor de mercado ou 31% do total de capitalização das empresas com ações negociadas na Bolsa de São Paulo. Esse montante mostra o quanto a ação social das organizações brasileiras ganhou importância na composição do valor intrínseco de suas marcas. De acordo com a última edição da Pesquisa Ação Social das Empresas, divulgada em 2006 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>34</sup>, houve, em todo Brasil, entre os anos de 2000 e 2004, um crescimento de 10 pontos percentuais na proporção de empresas privadas nacionais que adotaram medidas de

---

<sup>32</sup> Critérios de avaliação do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE). Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/Indices/ResumoISENovo.pdf>>. Acesso em: 26 Dez 2008

<sup>33</sup> A Petrobras, foco do estudo de caso desta dissertação foi, no entanto, excluída do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa em 2008, por conta de uma divergência em relação ao não cumprimento da Resolução 315 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama, 29.10.2002) que determina a adequação dos combustíveis comercializados à redução dos níveis de emissão de poluentes estabelecidos pela nova etapa do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve). Para a Bovespa, a Petrobras não reduziu o teor de enxofre do diesel comercializado no país, conforme seria recomendado pela resolução. Já no entender da empresa, que se manifestou por meio de nota pública, a determinação do Conselho federal não trata da composição de combustíveis e tampouco do teor de enxofre no diesel, portanto não poderia descumpri-la. A controvérsia que provocou a saída da Petrobras do ISE rendeu ainda a suspensão por 12 meses da representação do Instituto Ethos no Conselho do órgão (pelo fato de Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, ter revelado os detalhes da decisão) e também o desligamento da Petrobras do Instituto Ethos. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/default.asp?periodo=&palavra=Petrobras>> e <[http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/materia.asp?id\\_editoria=8&id\\_noticia=5932](http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/materia.asp?id_editoria=8&id_noticia=5932)>. Acesso em: 28 Dez 2008

<sup>34</sup> Esta é a segunda edição da Pesquisa, sendo que a partir dos resultados apurados, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada iniciou a construção da série histórica que permitirá o acompanhamento da evolução do comportamento da iniciativa privada na área social, a partir do fim da década de 1990. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id\\_article=244](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id_article=244)>. Acesso em: 15 Dez 2008.

responsabilidade social em benefício de comunidades, passando de 59% para 69%. Aproximadamente 600 mil empresas aplicaram, em 2004, cerca de R\$ 4,7 bilhões em ações sociais ou 0,27% do Produto Interno Bruto apurado naquele ano.

Na mesma direção, a Pesquisa sobre a Percepção do Consumidor Brasileiro<sup>35</sup> desenvolvida pelos Instituto Akatu e Ethos mostra em sua edição 2006-2007 que 77% de 800 entrevistados em oito capitais do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília) declararam ter muito interesse em saber como as empresas tentam ser socialmente responsáveis. Já 63% dos entrevistados têm alta expectativa quanto às empresas demonstrarem responsabilidade cidadã, ou seja, em sua opinião as corporações devem ajudar a resolver problemas sociais fora dos seus domínios (tais como criminalidade, pobreza e baixa educação); devem buscar a redução da distância entre ricos e pobres, apoiar políticas e leis favoráveis à maioria da população e reduzir a violação de direitos humanos no mundo.

Essa pesquisa corrobora a noção de que empresas que apóiam financeiramente projetos sociais obtêm benefícios diretos como a melhoria do relacionamento com a comunidade; a melhoria de imagem junto aos colaboradores; a criação de uma imagem positiva com seus públicos de relacionamento; a construção de parcerias importantes e a diferenciação de sua marca no mercado, como explica Carla Duprat em seu guia para apoiar a implantação de programas estratégicos de atuação social corporativa. “Há evidências de que as empresas socialmente responsáveis possuem um grau mais elevados de maturidade, refletido em sua lucratividade, imagem, custos e relacionamento com clientes, entre outros aspectos.” (DUPRAT, 2005, p.27-28).

Em resumo, pode-se concluir que, nos últimos anos, o objetivo final das empresas continuou sendo a maximização dos lucros, mas a constatação de que a transparência das operações se tornou um atributo valioso para a competitividade empresarial concorreu, sem dúvida, para difundir a adoção da responsabilidade social no universo corporativo.

Com presença em 27 países, um lucro líquido de R\$ 26,5 bilhões nos acumulado nos primeiros nove meses do ano de 2008; reservas estimadas em 11,7 bilhões de barris de óleo e gás equivalente (boe); 14.194 poços produtores; 70 sondas de produção, 109 plataformas; 23.142 km de dutos de transporte; 15 refinarias; 154 navios (dos quais 55 próprios), 5.973 postos de comercialização de combustíveis e valor de mercado estimado em R\$ 429,9 bilhões

---

<sup>35</sup> O sumário de conclusões da Pesquisa Percepção do Consumidor Brasileiro está disponível em: [http://www.akatu.org.br/akatu\\_acao/publicacoes/responsabilidade-social-empresarial/rse-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2006-e-2007](http://www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/responsabilidade-social-empresarial/rse-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2006-e-2007)>. Acesso em: 15 Dez 2008.



em 2007 (86,6% maior do que no ano anterior), a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras é a 7ª maior empresa de petróleo do mundo, segundo a Petroleum Intelligence Weekly<sup>36</sup>. Tal posição a torna igualmente uma das principais investidoras em ações sociais do país.

Em 2007, segundo dados divulgados publicamente, a Petrobras investiu R\$ 585,8 milhões em um total de 1.178 projetos sociais, ambientais, culturais e esportivos. Entretanto, essa disposição foi incorporada à atuação da empresa de forma gradativa. Em 2003, ela aderiu aos princípios do Pacto Global da ONU<sup>37</sup> que, entre outros compromissos, previa uma declaração pública de apoio ao Pacto e às 10 normas de seu programa de desenvolvimento corporativo e sua inclusão na missão da companhia. Em 2004, a empresa incluiu o tema em seu planejamento estratégico, depois de passar alguns anos concentrando suas iniciativas sociais apenas no patrocínio de projetos.

O conceito foi adotado através do estabelecimento de diretrizes de atuação: na área social, por exemplo, elas foram agrupadas no Programa Desenvolvimento & Cidadania Petrobras (criado em 2007 e sucessor do Petrobras Fome Zero) e assumem a priorização da juventude; o estímulo ao protagonismo social, à co-responsabilidade, o associativismo, o cooperativismo e o trabalho em rede; a contribuição para a erradicação do analfabetismo e a colaboração para o desenvolvimento local nas áreas de influência do Sistema Petrobras. As linhas de atuação do programa são a geração de renda e oportunidade de trabalho, a educação para a qualificação profissional e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Até 2012, este programa deverá receber R\$ 1,3 bilhão, que será investido em projetos destinados à redução da pobreza e a desigualdade social no Brasil<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> A PIW é publicada desde 1961 pela editora inglesa Energy Intelligence Group, Inc., e é responsável pelo ranking anual das maiores empresas do mercado mundial de energia.

<sup>37</sup> O Pacto Global das Organizações das Nações Unidas visa incentivar as empresas, em âmbito mundial, a adotarem valores relacionados aos direitos humanos, às relações de trabalho, ao combate à corrupção e ao meio ambiente em suas práticas de negócios. Seus 10 princípios recomendam que as organizações devem apoiar e respeitar a proteção aos direitos humanos reconhecidos internacionalmente; garantir sua não violação desses direitos; apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva; eliminar todas as formas de trabalho compulsório, forçado e também o trabalho infantil; eliminar a discriminação no emprego; apoiar uma abordagem preventiva dos desafios ambientais; criar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental; incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis e combater todas as formas de corrupção, inclusive a extorsão e a propina. Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/dezPrincipios.aspx>>. Acesso em 03 Jan 2009.

<sup>38</sup> Mensagem do Presidente do Sistema Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Disponível em <<http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/relat07/port/rao2007.htm>>. Acesso em: 03 Jan 2009.

Já na área ambiental, as diretrizes estão organizadas nas ações do Programa Petrobras Ambiental, que se orientam pela noção de desenvolvimento sustentável. São elas: preservar e manter os recursos naturais, com respeito ao ser humano; apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente; formar líderes da causa ambiental; estimular a formação de redes de relacionamento, trabalho e a participação das comunidades no desenvolvimento das ações e estimular a adoção de novos padrões de produção e consumo. Com a adaptação dos seus procedimentos de operação e o patrocínio de projetos externos, a Petrobras investiu R\$ 1,976 bilhão em ações ambientais, no ano de 2007.

Mas além do financiamento de projetos sociais e da adequação de seus processos de produção aos princípios do Pacto Global, a Petrobras decidiu incorporar o conceito de responsabilidade social também à sua governança. Em 2005, a empresa instaurou o Comitê de Gestão de Responsabilidade Social e incluiu em sua rotina a discussão de como gerir a companhia, tendo como foco permanente a responsabilidade social. De acordo com o Gerente de Responsabilidade Social da Petrobras, Luiz Fernando Nery<sup>39</sup>, vários processos internos da empresa já adicionaram a temática à sua agenda, a exemplo das áreas de Recursos Humanos, Engenharia, Comunicação e diversos empreendimentos das unidades de negócio. No seu entender, porém, ainda se trata de “um processo em aperfeiçoamento”; uma vez que a gestão com foco nas questões sociais pressupõe uma cultura corporativa que a Petrobras ainda não possui em todas as instâncias. Por isso, a empresa tem utilizado a Universidade Petrobras para capacitar sua força de trabalho e seu corpo gerencial. Hoje, cerca de 3.000 profissionais são treinados anualmente na incorporação dos conceitos de responsabilidade social em seus procedimentos de produção e gestão. Em 2009, um programa de formação elaborado em parceria com o Pacto Global da ONU será aplicado ao corpo diretivo e às altas lideranças da companhia como gerentes executivos e gerentes gerais.

Outra medida adotada pela Petrobras para se tornar uma empresa cidadã é a auto-declaração<sup>40</sup>, modelo já aprovado pelo Comitê de Responsabilidade Social e que deverá ser submetido à aprovação da direção do Sistema no início de 2009. Com a auto-declaração, a

---

<sup>39</sup> Entrevista realizada em 29 de Dezembro de 2008.

<sup>40</sup> De acordo com a Petrobras, o modelo de auto-declaração será adotado enquanto a norma internacional de responsabilidade social ISO 26000 não for concluída. O compromisso da empresa reúne diretrizes oriundas de outras normas técnicas como a AS 8000 (relativa aos direitos humanos e do trabalho), a AA 1000 (gestão corporativa), a ISO 14000 (gerenciamento ambiental) e a NBR 16000 (ética nas relações institucionais). Disponível em: < [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)>. Acesso em: 05 Jan 2009

empresa afirma quais são seus requisitos de gestão, quantos deles pretende cumprir e contrata, anualmente, entidades certificadoras para verificar se suas metas foram atingidas ou não, além de sugerir melhorias. O Gerente de Responsabilidade Social, Luís Fernando Nery, explica que o novo modelo servirá como uma norma certificadora para todas as empresas do Sistema Petrobras e informa que o relacionamento com as comunidades está entre os requisitos de gestão previstos.

Esse é um ponto fundamental para esta pesquisa. Pensando nos modos de organização do discurso sugeridos por Patrick Charaudeau, podemos considerar que para se estabelecer uma comunicação comunitária como situação comunicacional dialogal é necessário um enunciador (a comunidade) e um destinatário (a empresa) dispostos em um mesmo espaço, com a mesma instância de fala. Desta forma, o interlocutor fala “organizando o discurso em função da sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já foi dito” (CHARAUDEAU, 2008, p.76). Mas o destinatário, por sua vez, deve ter um canal aberto ou estabelecer um espaço para que essa comunicação se complete. Assim, a partir do conceito estipulado por Foucault, é possível pensar que também o estabelecimento de uma comunicação comunitária embute - ou é ela mesma - uma expressão de um conjunto encadeado de forças que constitui uma relação de poder. Como tal, compreenderá inflexões e resistências.

A Petrobras, apesar do compromisso manifesto de aderência aos valores intrínsecos à responsabilidade social em sua governança, ainda não estabeleceu de fato esse espaço ao não possuir um padrão de relacionamento com comunidade que seja válido para todas as empresas do sistema. Na página 94 do seu Balanço Social e Ambiental de 2007, no capítulo intitulado “Relacionamento com as partes interessadas” e no qual a instituição especifica os canais de comunicação estabelecidos com seus públicos de interesse, a relação com as comunidades está descrita em três linhas: “com as comunidades, a Petrobras realiza reuniões, audiências públicas, programa de visitas e produz material impresso no início da implantação de seus empreendimentos.”<sup>41</sup>

Ao contrário de outras áreas da sua ação social em que há programas e editais reguladores que são coordenados diretamente pela Gerência de Responsabilidade Social, subordinada à Gerência Executiva de Comunicação Institucional, - responsável pela elaboração da política de comunicação da empresa – o contato da Petrobras com as

---

<sup>41</sup> Íntegra do último Balanço Social e Ambiental divulgado pela a Petrobras. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/pdf/BSA2007.pdf>>. Acesso em: 05 Jan 2009.

comunidades do entorno de seus empreendimentos é descentralizado e realizado através de suas unidades de negócio locais. São elas que determinam com que movimentos sociais a empresa deverá estreitar sua ligação e como ocorrerá esse vínculo. Essa configuração pode gerar distorções, uma vez que nem sempre o que é recomendado pela instância superior é seguido pela ponta. Mas esse cenário, tal como foi descrito, acredita-se, deverá mudar com a entrada em vigor da auto-declaração proposta pela empresa.

O trabalho de relacionamento efetuado nas comunidades do Moreré e de Monte Alegre - situadas na Ilha de Boipeba, Município de Cairu, na chamada região do Baixo Sul da Bahia -, objeto desta pesquisa, teve início em 2007. Os contatos iniciais ocorreram no ano anterior, quando o consórcio formado por Queiroz Galvão Óleo e Gás, Norse Energy e Petrobras (que também é a operadora e, portanto, responsável pelos projetos sociais e medidas compensatórias a serem aplicadas na região) começara a implantação da plataforma Manati-1 ou PMNT-1. Instalada em águas rasas, em profundidades que variam entre 35 m e 50 m, a estrutura tem capacidade para produzir seis milhões de metros cúbicos de gás natural diários no Campo de Manati (Bloco BCAM-40), localizado na bacia sedimentar de Camamu, na costa do município de Cairu, a 10 km leste da ilha de Tinharé e a cerca de 65 km à Sudeste de Salvador. As obras do empreendimento, no entanto, tiveram seu início em dezembro de 2004, com o lançamento do duto terrestre que compõe o gasoduto que percorre os municípios de Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas da Margarida e São Francisco do Conde, além da Baía de Todos os Santos e da área oceânica em frente a Guaibim e à ilha de Tinharão.

Como a instalação do sistema de produção e escoamento do Campo de Manati oferecia conseqüências às atividades pesqueira e turística desenvolvidas no Baixo Sul do Estado da Bahia, as diretrizes fixadas pela Licença de Instalação nº 317/2005 concedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA determinavam que fossem desenvolvidos planos de compensação e medidas mitigatórias<sup>42</sup> através de projetos socioambientais na região. Desta forma, para atender as especificações técnicas do Parecer CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 072/05, o Ativo de Produção Bahia-Mar (unidade de negócio da Petrobras no local) contratou a consultoria Participar Ltda. para executar o Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati – PIPP. O objetivo do plano era o de orientar as ações sociais para que ganhassem caráter participativo, bem como o de efetuar as intervenções para que gerassem resultados duradouros nas localidades inseridas na área de

---

<sup>42</sup> As medidas mitigatórias seriam estipuladas a partir das consultas públicas e do diagnóstico elaborado pelas operadoras do Consórcio em conjunto com as comunidades locais.

influência do Campo de Manati. O PIPP também pretendia preparar e incentivar as comunidades para a “descoberta de suas potencialidades”, a fim de que pudessem explorá-las de forma sustentável posteriormente.

Pelo diagnóstico do Projeto Participativo Compensatório elaborado pela Petrobras, as comunidades de Moreré e Monte Alegre possuem cinco problemáticas fundamentais: redução da renda familiar do pescador, falta de exercício pleno da cidadania, baixo aproveitamento do potencial turístico da região, precariedade da infraestrutura pública e comprometimento dos recursos ambientais. De acordo com o relatório da empresa – e que confere com outros estudos realizados na região<sup>43</sup> - carências nas áreas de educação, cultura e infraestrutura pública ocasionaram as deficiências das atividades de pesca e turismo. Além disso, no entender da Petrobras (a partir do documento elaborado pela consultoria Participar), há “pouca organização comunitária, o que provoca a falta de cooperação”. A incredulidade dos moradores potencializa a desestruturação das associações e termina por dificultar o atendimento das necessidades locais, na medida em que não há uma fiscalização e tampouco um processo de cobrança sistemática aos órgãos públicos. Já a desestruturação familiar seria provocada pelo alto índice de alcoolismo e pela violência causada pela falta de segurança pública. Os outros fatores que concorrem para este quadro são as falhas do sistema educacional, a falta de trabalho e a falta de opções de lazer e esportes para os jovens. O comprometimento dos recursos naturais, por sua vez, é associado à ausência de uma rede de esgoto e de política de limpeza pública, ao crescimento desordenado, ao desmatamento e ao uso irregular do ambiente e do solo. O descaso do poder público se estende ainda à carência de infraestrutura médico-hospitalar (não há sequer um posto médico na Ilha de Boipeba) e à falta de um sistema de abastecimento de água canalizada e tratada.

O desenvolvimento econômico, na visão da Petrobras, está sendo prejudicado nos segmentos de turismo e pesca, principais vocações das duas comunidades. O turismo é lesado por pouca valorização das tradições locais, falta de infra-estrutura de estradas e de transporte; falta de capacitação profissional, falta de divulgação pelos órgãos oficiais e desarticulação dos empresários do setor atuantes na região. A pesca está sendo afetada pela destruição dos manguezais, atividade predatória, a precariedade de estrutura básica (embarcações de melhor qualidade e maior capacidade, recursos técnicos, câmaras frigoríficas), a falta de fiscalização do IBAMA e deficiências na política do seguro defeso. Os pescadores sofrem ainda com a desorganização da categoria, as relações conturbadas com os donos de barco e atravessadores

---

<sup>43</sup> SANTOS, João Antonio F dos et al. **Plano de Desenvolvimento Turístico para o Município de Cairu**. Salvador, 2007. Monografia. Curso de Graduação em Turismo, Faculdade da Cidade de Salvador, 2007.

e com a falta de registro pessoal e documentos que poderiam ser utilizados na obtenção de financiamentos.

Nesse contexto, a consultoria Participar realizou, no período de 18 de maio a 10 de junho de 2007, na Pousada Aliseés Moreré, oficinas de diagnóstico com moradores, trabalhadores e lideranças locais, a fim de buscar possibilidades de solução para tais problemas. Apesar de ser uma consultoria terceirizada, a percepção dos moradores – expressa, inclusive, nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo para esta pesquisa – era a de estar estabelecendo um diálogo direto com a Petrobras. Segundo o relatório de atividades do PIPP - fornecido pela área de Exploração e Produção para consulta para esta pesquisa -, a Participar empregou “técnicas de Moderação e Visualização Móvel, acompanhado por ferramentas didáticas (painéis, tarjetas e pincéis atômicos), registros fotográficos e descritivos.” Além disso, para obter o mapeamento das potencialidades e da problemática das duas comunidades, a consultoria utilizou as metodologias “Diagnóstico Rural Participativo Emancipador” (DRPE) e “Planejamento de Projeto Orientado por Objetivo” (ZOPP) para interagir com os membros da comunidade, que se valeram das seguintes atividades coletivas assim nomeadas pela empresa: “entrevistas; mapa falado”; pontos de encontro; “caminhada transversal”; calendário sazonal; análise de envolvimento; árvore de problemas e de objetivos; construção do marco lógico (matriz de planejamento); diagrama de fluxo; rotina diária e diário de bordo”.

Depois de alguns dias de atividades coletivas, os participantes identificaram soluções que envolviam o poder público, a própria comunidade e o Consórcio Manati. A medida compensatória escolhida pela comunidade para ser fornecida pelo Consórcio foi a instalação de um sistema de abastecimento de água para Monte Alegre e Moreré. Porém, como as organizações corporativas não se responsabilizam pelo fornecimento de serviços públicos – ao contrário, fazem questão de se eximir desta tarefa, lembrando a responsabilidade do Estado - as comunidades optaram pela construção de uma sede para a AMAMOS – Associação de Moradores de Monte Alegre e Moreré, localizada no Moreré, e um centro comunitário no alto de Monte Alegre.

Os relatórios sobre o processo de negociação entre empresa e comunidade a respeito das medidas mitigatórias e do plano de compensação exigidos pelo IBAMA revelam, no entanto, algo mais sobre os dois atores sociais de portes distintos envolvidos nesta negociação. Em primeiro lugar, a visão quase missionária atribuída à Petrobras no relatório produzido pela Participar. Em muitos momentos, o documento resultante da terceira revisão

do PIPP, datado de novembro de 2006<sup>44</sup>, afirma que o Programa “vai promover uma prática transformadora que vincule as comunidades com soluções que resultem em menos impactos ambientais e em maior qualidade de vida para elas” e que a Petrobras “conduzirá o processo de construção e disseminação de conhecimentos que possam despertar nos participantes do Programa o sujeito que existe dentro de cada um e a capacidade de provocar mudanças na realidade”. Ou ainda que “o que se propõe é um movimento capaz de provocar a construção de um processo de cidadania ativa.”

É curioso que um trabalho tão meticuloso não tenha apurado a importância da AMAMOS como principal entidade representativa comunitária local – afirmando, ao contrário, que “há pouca organização comunitária, o que provoca falta de cooperação”. Isto porque a última revisão do PIPP foi concluída em 2006 e a AMAMOS foi fundada em 2002, ou seja, quatro anos antes do Consórcio Manati avaliar o potencial daquelas localidades. Portanto, por que não aceitar que a conscientização do cidadão pode vir da própria vivência em comunidade, sem que seja necessária a iluminação superior de um agente econômico externo e dominante? Durante minha permanência no Moreré para a pesquisa de campo, presenciei a mobilização dos moradores em torno do mutirão para limpeza e preparação do terreno onde será construída a estação de tratamento do primeiro sistema de abastecimento de água potável das localidades. Esse compromisso coletivo foi firmado - em uma reunião, realizada no dia 29 de outubro de 2008 e coordenada pela AMAMOS - apenas por moradores.

O encontro foi resultado de uma convocação feita no dia anterior, quando a relações públicas da Associação, Kátia Alexandria, percorreu as 30 casas de alvenaria e 15 de reboco que integram a comunidade do Moreré, e convidou um a um os 44 moradores que encontrou pelo caminho e solicitou que passassem adiante a informação do encontro. Atualmente, a população do Moreré está estimada em cerca de 200 pessoas. Além disso, Kátia designou quatro interlocutores para, numa rede de colaboração, dar conta de convocar os 110 moradores de Monte Alegre. As duas comunidades estão separadas por apenas três quilômetros e por seu perfil socioeconômico: o Moreré é habitado por pescadores e marisqueiros que sobrevivem da pesca artesanal e do turismo; enquanto que Monte Alegre sobrevive da prática agrícola de subsistência e guarda uma tradição cultural muito forte, uma vez que todos os moradores descendem de uma única família formada pelo líder religioso

---

<sup>44</sup> Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati (Divulgação interna, 2006, pg.1)

José Caetano. Apesar das diferenças, no entanto, elas se unem a fim de alcançar algum nível de inserção social.

Outra observação inevitável sobre este processo é que as empresas do Consórcio Manati ou a Petrobras (enquanto operadora do Consórcio e responsável pela execução das ações mitigatórias), não têm contato direto com as comunidades de Moreré e Monte Alegre, que podem vir a sofrer as consequências da sua atividade econômica na região. Ou seja, a interferência naquela localidade, a aferição das necessidades, a negociação e o relacionamento com as comunidades – que são consideradas um público tão estratégico quanto os investidores e a força de trabalho nas empresas – são terceirizados. Além disso, o uso de termos técnicos na aplicação das metodologias dificulta esse diálogo e contribui para o afastamento e a não-participação dos comunitários.

Do ponto de vista das comunidades, essa constatação se reflete na percepção negativa que elas mantêm a respeito da Petrobras, captada, inclusive, por uma das análises das Oficinas Participativas de Diagnóstico. Segundo os moradores, a empresa “é muito lenta para tratar de questões sociais e não sabe lidar com as comunidades”:

A comunidade vê a Petrobras como um ente que pode e deve contribuir com o desenvolvimento do lugar, através dos recursos financeiros e das possibilidades de articulação com outras esferas de poder da sociedade, como o poder público e o segundo setor. Reconheceram, contudo, que a empresa é muito lenta para tratar de questões sociais, além disso, não sabe lidar com as comunidades. Consideraram que a Petrobras precisa rever suas práticas no trato com o social para que possa de fato contribuir com o desenvolvimento da localidade. (Relatório de Atividades – Oficinas Participativas de Diagnóstico e Elaboração de Projetos Produtivos de Moreré-Monte Alegre, Divulgação interna do Sistema de Produção e Escoamento de Gás Natural do Campo de Manati, 2007, p.33)

Em 2008, um ano depois das oficinas ministradas pela Petrobras/Participar, a disposição para esse relacionamento já era outra. Empresa e comunidades tiveram encontros esparsos através de vários assistentes sociais para dar prosseguimento às demandas estipuladas como medidas mitigatórias - no caso, a construção da sede da Associação de Moradores e de um centro comunitário. Mas, segundo os atuais dirigentes da comunidade, a proposta de aproximação com a empresa não se concretizou e eles não sentem que haja um canal aberto de comunicação que permita a construção de um relacionamento de parceria. A falta de um interlocutor fixo e constante favorece o aumento do sentimento de desconfiança e de iminência do risco, uma vez que, para os moradores, a empresa carece de uma representatividade sólida no local. No período de outubro a novembro de 2008, durante



quando realizei parte da pesquisa de campo, pude ouvir alguns depoimentos de moradores e lideranças locais sobre a questão:

**Morador 1**

“Quando as empresas chegaram aqui, eles não informaram o que ia acontecer. Quando a gente viu, a plataforma já estava aí, a que perfura. A gente fica assim, impotente, para brigar. Porque não se pode se aproximar como eles fazem. Parece até que os órgãos que cuidam dessa área ficam mais do lado da empresa. Por que o que a gente pensa? A gente ouve que os Estados Unidos destruíram o Iraque por causa de petróleo. O mundo é regido por isso. A gente fica assim, nesse fim de mundo. A falta de informação incomoda. Acho que eles não têm tanto respeito porque eles fizeram aqui aquelas oficinas e foram perguntando o que queríamos. As pessoas se empolgaram e diziam: ‘posto de saúde’, ‘água’. Mas depois disseram que a Petrobras não poderia fazer nada. Eles iludiram o povo, as pessoas que estavam lá. Eles são muito técnicos.”

**Morador 2**

“Faltou eles chegarem e dizerem: ‘a Petrobras só pode fazer isso. Mas isso, a Petrobras não faz.’” [sic]

**Morador 3**

“Eu acho interessante e até tenho confiança na Petrobras porque de primeiro as pessoas vinham aqui, conversavam, jogavam conversa fora, depois sumiam, iam embora. E eu tenho visto, desde as oficinas, que a Petrobras está com interesse em fazer um trabalho sério com a comunidade. Nós fizemos aquelas oficinas todas com eles ensinando que é para não dar errado e o povo ficar dizendo ‘a Petrobras veio aqui, fez uma porcaria e largou.’” [sic]

**Morador 4**

“Nós queremos o melhor para a nossa ilha. Primeiro a Petrobras veio fazer a pesquisa. Aí começaram um estrondo medonho que ninguém conseguia dormir, em 2002. O tempo inteiro soltando bomba aí para dentro. Depois vieram e conversaram com a gente que a pesquisa era na região pesqueira e o pessoal não poderia mais pescar. Aí o pessoal começou a ficar revoltado. Mas nós somos umas pessoas pequenas, ela é uma empresa forte, tem os empresários lá fora querendo colocar dinheiro no Brasil e a gente, pequenininho, tem que aceitar o que eles querem mesmo. Até que eles disseram que dariam uma compensação desde

que a gente ficasse retirado do pesqueiro. Por isso estamos até hoje com reunião em cima de reunião, é hoje, é amanhã. Completamos seis anos de reunião com essa Petrobras para esperar essa compensação e até agora não conseguimos nada. Por isso o pessoal já está ficando desacreditado e pedindo que a gente não assine mais ata, não compareça mais à reunião porque é só um blá-blá-blá. E cada vez é uma pessoa. Vai passando um tempo, é uma pessoa, passa outro, é outra pessoa diferente. Aquilo que o primeiro fez não está certo, o outro também não. ‘Vamos marcar uma reunião...’ O pessoal começa a ficar sem esperança porque se pergunta: ‘afinal de contas, essa compensação é obrigatória eles darem pra gente ou eles estão dando por livre vontade? É obrigatório. Mas por que tanta dificuldade para essa compensação chegar até nós? A gente fica perdido.’”

Além da falta de proximidade, há ainda ajustes a serem feitos na interação empresa-comunidade, quando ela acontece. Em função da não administração dos conflitos, o trabalho de comunicação pode ser comprometido; o que provoca a retomada do sentimento de desconfiança por parte da comunidade e desgasta a imagem da empresa. Vale lembrar que uma relação saudável e um sistema de comunicação azeitado entre empresa e comunidade são fundamentais para que ambas enfrentem com segurança os momentos de risco e crise.

No dia 30 de novembro, testemunhei e gravei (com o consentimento geral) uma reunião da Petrobras com os moradores. Realizado na Escola Municipal Stela Pacheco Pacheco e contando com um total de 30 moradores das duas comunidades, o encontro se destinava a obter um consenso na adoção de um programa de capacitação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em construção civil, através do qual, após treinados, os moradores poderiam ajudar a erguer a sede da associação e do Centro Comunitário – benefícios escolhidos como medida compensatória para a localidade.

O que deveria ser um encontro rotineiro, quase burocrático, uma vez que se tratava de um assunto nada polêmico, se tornou um momento de embate e tensão. Parte dos moradores criticava duramente a representante da Petrobras por conta do atraso do processo de compensação, já que um ano havia se passado desde que ficara acertado nas oficinas de diagnóstico que as comunidades receberiam as duas construções. Esse pequeno grupo tentava, inclusive, fazer com que o restante dos moradores não assinasse a lista de presenças e nem permitisse que a assistente social fizesse o registro fotográfico – segundo ela necessário, por exigência do Ibama – de modo a invalidar o encontro. Três moradores dormiram durante a reunião.

O fato é que a reunião da Petrobras com os moradores das comunidades do Moreré e de Monte Alegre ocorreu em um momento de desgaste, após uma longa negociação (mais de 12 meses), com muitas idas e vindas para aprovação do que se estabeleceu como sendo as demandas compensatórias daquelas localidades. Durante a realização das oficinas de diagnóstico participativo, os moradores solicitaram como medida compensatória a instalação de um sistema de abastecimento de água para as localidades. A Petrobras, atuando como operadora e representante das outras empresas do consórcio, se negou a realizar o pedido, alegando que a natureza de sua atividade não era a prestação de serviços públicos.

As comunidades encaminharam, então, o pedido de construção de uma sede para a AMAMOS no Moreré e a construção de um centro comunitário no Alto de Monte Alegre e, para adiantar o processo, resolveram encomendar um projeto arquitetônico a um morador da área. O pedido foi aceito, mas o projeto foi rejeitado por não se enquadrar nos limites territoriais disponíveis para a edificação. A reunião marcada para o dia 30 de novembro de 2008, portanto, se destinava à votação da contraproposta oferecida pela Petrobras de construir as duas unidades de acordo com um projeto elaborado pela Universidade Federal da Bahia (UNEB) e utilizando mão-de-obra local, que seria capacitada por um programa de treinamento também da UNEB.

Nesse contexto, a assistente social que representava a Petrobras mantinha uma atitude hostil e de enfrentamento com parte da audiência, que ficava ainda mais evidente quando tratava outros moradores de forma cordial e aparentando intimidade. Tal procedimento se manifestava através do seu tom de voz quase irritado e da postura corporal retesada. O conflito também estava presente em seu discurso, pois eram priorizadas as nomenclaturas corporativas e a preocupação com a gestão do projeto. A reunião começou em clima de confronto e só entrou no seu objetivo na metade final. Além disso, Kátia Alexandria (relações públicas da AMAMOS) teve que traduzir aos moradores as expressões e a intenção da representante da Petrobras duas vezes durante o processo. A representante da Petrobras não parecia muito disposta a aceitar a fala comunitária e nada indicava um tom conciliatório. Ao contrário, em alguns momentos houve até críticas expressas ao comportamento de moradores. A animosidade permeou o encontro, como pode ser conferido em alguns trechos da gravação [grifos da autora]:

### **Sobre a demora de execução da Petrobras<sup>45</sup>**

Morador do Moreré - “O retrato que tinha que ser tirado é esse: vocês duas e ele dormindo. Porque toda reunião é isso, um blá-blá-blá. Para certo nível de entendimento, eu me esforço e me concentro. Mas essa lógica para todo mundo é difícilíssima. Quem vai entender tudo o que ela está falando, direitinho, certinho? Siga esse passo-a-passo simples, básico, do beabá.

Representante da Petrobras – “Veja só: *a minha obrigação é responder* e eu quero responder: são 20 anos que podem chegar a 25 e cada ciclo são três anos para cumprir cada ação. Nós estamos no prazo. Nós estamos no primeiro ano que foi o período de construção do diagnóstico participativo. O primeiro ano foi um ano de estudo da comunidade e a partir desse diagnóstico é feito o que é chamado de devolutiva com o que vocês negociaram.

### **Sobre o relacionamento comunidade-empresa (quando uma moradora apóia a proposta de não fotografar reunião para boicotar o registro exigido pelo Ibama)<sup>46</sup>**

Representante da Petrobras – *Eu vou lhe interromper mesmo, pelo seguinte: você não vem acompanhando esse processo daqui.* Hoje, nós estamos aqui para tomar uma decisão muito importante e eu acho completamente importante, como você, que Jorge e qualquer outra pessoa se manifeste e demonstre sua insatisfação e essas insatisfações são registradas por mim, que tem essa responsabilidade com vocês de traduzir todo esse sentimento. Então esse sentimento que vocês passam para mim e *eu tenho obrigação de escutar representando a empresa*, eu transmito para a empresa, certo? Agora, o que ocorre é o seguinte, e aqui eu estou falando como uma profissional que trabalha há 20 anos com comunidade. Uma comunidade só anda a partir do momento que olha para frente e que – vamos fazer todas as reuniões, são cansativas? São. Como esse processo é cansativo? Porque a mobilização e construção participativa é muito novo [*sic*]. Antes nós nos queixávamos do que? Estou falando de nós, cidadãos brasileiros, nos queixávamos que essas compensações vinham direto, negociando com o poder público, que a comunidade não tomava conhecimento, que a comunidade não escolhia nada. Não era isso? A gente se queixava disso. Aí o órgão público, que é nosso fiscal, determina uma nova forma de trabalho que é um experimento – porque isso aqui que nós estamos fazendo é pioneiro no Brasil, já tem outras experiências várias,

<sup>45</sup> Reprodução da gravação da reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre realizada no dia 30 de novembro de 2008 (aos 9 min 58s).

<sup>46</sup> Reprodução da gravação da reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre realizada no dia 30 de novembro de 2008 (aos 13 min 40s).

mas Manati é uma experiência pioneira dentro do processo de peculiaridades. E é uma proposta ousada, mas é extremamente desafiadora porque a gente está aprendendo muito. *A comunidade não estava habituada a se reunir para tomar suas decisões porque não é só decidir e pedir, é assumir responsabilidades também, em conjunto. E se não assumir, se cada um não fizer sua parte, não anda.* Eu não estou falando dessa ou daquela comunidade especificamente não. *Hoje, nós não estamos aqui para mais um encontro para eu ver vocês e vocês me verem, simplesmente. Esse processo está andando sim.* Nós estamos aqui [sendo retrucada pela moradora]... *mas porque você está falando uma coisa que você não está conhecendo.*

### **Sobre a reivindicação da comunidade<sup>47</sup>**

Morador do Moreré - Eu não duvido de que esse projeto vai ser concreto, vai mudar a vida das pessoas.

Representante da Petrobras – Então porque a gente não avança, só fica na queixa?

### **Sobre a demora da comunidade de tomar suas decisões<sup>48</sup>**

Representante da Petrobras – Toda reunião o que acontece? *Agora quem vai se queixar sou eu: a gente quer avançar e toda a vez que a gente chega aqui, volta lá para mil novecentos e antigamente para discutir as mesmas coisas e a gente perde o tempo de discutir o que a gente veio fazer hoje. Então naquela última reunião em que o Grupo Taba estava aqui com a gente, eu fiquei extremamente constrangida porque vocês – algumas pessoas, não são todas, de forma nenhuma – inclusive você [dirigindo-se a um morador], você se portou com uma grande desconfiança e ironia. Assim, nós temos a convicção e a certeza de que este período satura a todo mundo, inclusive a nós. Não pense vocês que para nós não seria muito mais interessante ver a coisa caminhando a passos largos. Nós trabalhamos com isso há anos e nós gostamos de ver as coisas dando certo e andando rápido. Só que a gente depende mais porque como a gente está nisso há anos e é nosso trabalho a gente acaba tendo um pouco mais de paciência, mas nem tanto.*

---

<sup>47</sup> Reprodução da gravação da reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre realizada no dia 30 de novembro de 2008 (aos 17 min 55s).

<sup>48</sup> Reprodução da gravação da reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre realizada no dia 30 de novembro de 2008 (aos 27 min 30s).

### **Sobre a obrigação do representante da Petrobras<sup>49</sup>**

Morador do Moreré - Eu, por mim, também sou a favor da decisão [de participar do curso de capacitação oferecido pela Petrobras]. Eu só queria que você entendesse, que essa reação é meio natural. Todo esse bololô que se cria é porque... [sendo interrompido pela representante da Petrobras]

Representante da Petrobras – A gente precisa avançar. A Petrobras precisa avançar e a comunidade precisa avançar. Sair do lugar da queixa, né? É que volta a toda hora.

Morador do Moreré - Não é que volta, há um ano, antes do verão, a gente pediu, latinhas, cesta de lixo e nada. Quando a Petrobras falou que ia construir a sede (da AMAMOS), a gente falou, vamos adiantar, vamos começar a fazer o projeto. E aí dá um desânimo, não dá um desânimo? Você entende isso?

Representante da Petrobras – Entendo. *Eu tenho obrigação de entender*. Assim como eu tenho a obrigação de incentivar a comunidade a avançar. Eu não posso alimentar, em vocês, a queixa. Eu tenho a obrigação de alimentar em vocês a inquietação porque é essa inquietação que faz a gente andar. Tanto eu quanto vocês. Mas se a gente só fica se queixando, indo para trás, e não olha para frente, a gente perde tempo.

Na perspectiva da análise do discurso, a reunião ocorrida entre as comunidades de Moreré e Monte Alegre e a representante da Petrobras, operadora do Consórcio Manati, teve um agir comunicacional pleno de relevância, que pode ser interpretado de várias maneiras. Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau mostram que é possível ter diferentes maneiras de considerar e tratar a ação. Entre elas, a consideração de um agir comunicacional como “um comportamento linguageiro que constrói um universo de influência entre os parceiros desse ato e que tende a modificar seus estados intelectivos e emocionais” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.27).

No encontro de negociação entre a Petrobras e a população, o evento comunicativo era determinante para que a empresa conseguisse o seu objetivo. Entretanto, a negociação não se limitava à fixação de um acordo entre as partes. Ela se estendia à linguagem e todos os seus elementos vocais e posturais. De acordo com Kerbrat e Orecchioni, há muito mais do que interesses em jogo: numa negociação, entram na mesa “o ‘script’ geral da troca, a

---

<sup>49</sup> Reprodução da gravação da reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre realizada no dia 30 de novembro de 2008 (aos 45 min 23s).

alternância dos turnos de fala, os temas tratados, os signos manipulados, o valor semântico e pragmático dos enunciados trocados, as opiniões expressas, o momento do fechamento, as identidades mútuas, a relação interpessoal, etc.” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.345).

Uma das finalidades da pesquisa sobre a comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental era justamente aferir se a existência de instrumentos de comunicação popular na região enfocada facilitou a criação de um espaço negocial com o principal agente de risco, a grande corporação. Na reunião realizada no dia 30 de outubro de 2008, a metodologia utilizada por mim foi a coleta de dados a partir de uma observação participante e a análise das diferentes funções dos comportamentos comunicativos - conforme a teoria da etnografia da comunicação concebida na década de 60 pelos antropólogos John Gumperz e Dell Hymes. E o que comprovei é que havia uma dissonância entre a meta da Petrobras (alcançar a anuência da comunidade para implantação de um projeto) e o modo de expressão utilizado por sua representante. Se o resultado perseguido era a conciliação, o discurso jamais poderia transmitir cobrança, melindre e ressentimento. A análise dos elementos da fala e da circunstâncias de comunicação são válidos para a pesquisa científica, como demonstram, mais uma vez, os lingüistas e especialistas em análise do discurso, Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau:

As relações entre esses componentes permitem especificar os esquemas comunicativos próprios a uma comunidade, esquemas estudados em diferentes níveis: a unidade global é a **situação\* de comunicação** – uma cerimônia ou um almoço, por exemplo – em que se isolam **eventos\* de comunicação** – por exemplo, uma conversa privada durante uma cerimônia. (...) A análise desses processos repousa sobre a noção de **contextualização**: “o uso, por locutores-ouvintes, de signos verbais e não-verbais que ligam o que se diz a um dado momento e a um determinado lugar em seu conhecimento do mundo. O objetivo é detectar as pressuposições sobre as quais eles se apóiam para manter seu engajamento conversacional e avaliar o que se pretende dizer” (Gumperz, 1989b, p.211). Esses procedimentos inferenciais são guiados pela presença de **índices de contextualização**: ‘características superficiais da forma da mensagem (Gumperz, 1989a, p.28) como, por exemplo, uma entonação, uma mudança de ritmo ou uma alternância de código. Entretanto, ‘se a maior parte deles é utilizada e percebida na vida de todos os dias, eles não são imediatamente notados e quase nunca são objeto de discussões explícitas’ (IBID). É por isso que podem estar na origem de interpretações divergentes e provocar mal-entendidos’, sobretudo na comunicação intercultural. (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p.223-224).

Considerando, portanto, que a interação comunicacional é atravessada por contextos, entonações, construções, signos verbais e não-verbais era de se esperar que a relação institucional entre corporação e suas “comunidades da área de influência” tivesse um tratamento especial no tocante ao discurso utilizado. Ou seja, que o trabalho de acompanhamento das medidas compensatórias fosse realizado tanto por assistentes sociais quanto por profissionais de comunicação, para que não houvesse uma discordância entre intenções e discurso – que provocaria desgaste na imagem institucional da empresa e poderia originar problemas futuros.

Em entrevista concedida em 12 de janeiro de 2009, a Gerente de Comunicação e Segurança da Informação da Unidade de Negócios da Bahia da Petrobras, Vânia Lima de Meneses, classificou as dificuldades de comunicação existentes entre as comunidades de Monte Alegre e Moreré como um passivo decorrente dos discursos equivocados formulados pelas empresas contratadas para fazer o diagnóstico das comunidades por ocasião da implantação da plataforma de Manati. “As lideranças eram mapeadas como vítimas e a Petrobras era colocada no papel de algoz e isso prejudicou muito a companhia”, afirmou.

Ela informou que a contratação de consultorias externas para o trabalho de mapeamento das necessidades das comunidades do entorno das áreas de exploração era uma exigência do Ibama. Como tais empresas não seguiam o mesmo compromisso corporativo de responsabilidade social da Petrobras, o relacionamento com as comunidades sofreu distorções. De acordo com Vânia Meneses, as consultorias prometiam prazos e recursos sem o conhecimento da Petrobras, e até hoje a empresa precisa lidar com essa contradição. “O discurso das consultorias era: ‘o mundo vai ser diferente, os milhões vão chegar’ e como o tempo da comunidade não é o tempo cronológico, o prazo que estamos levando para implantar as medidas é interpretado como mentira, ludibriação”, lamenta a Gerente da Petrobras, que dispõe de 40 profissionais (entre assistentes sociais e profissionais de comunicação) para executar o relacionamento com as comunidades do Baixo Sul da Bahia, ou seja: fazer o contato inicial; verificar suas demandas; atestar a possibilidade de atendimento por parte da empresa; articular o cumprimento das medidas compensatórias com outras entidades, quando for o caso, e voltar às comunidades para negociar o que foi pedido. Sua esperança é que, em longo prazo, seja possível unificar discurso e prática da companhia.



## **4 Existência perante a modernidade**

Para aferir como as comunidades localizadas em áreas de risco ambiental negociam suas demandas sociais, o presente estudo fechou o foco sobre das comunidades de Moreré e Monte Alegre, situadas na Ilha de Boipeba, no Sul da Bahia, numa área agora movimentada por conta da exploração de gás natural pelo Consórcio Manati, operado pela Petrobras. As comunidades baianas são um exemplo curioso, porque, mesmo apresentando carência severa de recursos básicos como abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, transporte e telefonia, elas possuem um nível de participação popular que lhes permitiu construir uma representatividade coletiva e transacionar com os agentes dominantes. Ao caso de Moreré e Monte Alegre é contraposto o da comunidade pesqueira de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, também sob grande ameaça de risco socioambiental, mas cuja desunião e fragmentação impedem a luta sistemática por sua sobrevivência.

Por fim, a pesquisa avança na análise da importância da comunicação comunitária como prática que envolve o reconhecimento de valores, a identidade, a cultura e construções simbólicas capazes de promover a transformação social de um grupo, através da utilização de meios e técnicas. A comunicação popular é um elemento fundamental no contexto atual de luta entre o poder hegemônico e contra-hegemônico, mas que precisa ser estimulada porque não se autoproduz. É necessário que os comunicadores utilizem estratégias educativas para incentivar essa postura. E um dos métodos mais utilizados de decodificação da dinâmica social através da comunicação é o da leitura crítica. A pesquisa também descreve os recursos comunicacionais usados nas comunidades do Moreré e Monte Alegre e avalia como eles foram empregados para despertar o pensamento crítico e a capacidade coletiva de construção da cidadania.

### **4.1 Moreré e Monte Alegre: a vida antes da plataforma**

Até agora a dissertação girou em torno de como as comunidades estão ameaçadas pelo avanço da exacerbação da sociedade industrial, sobre a formação da sociedade global e o conceito de risco causado pela radicalização da modernidade que está provocando a desintegração das fontes de significado coletivas. Foi abordada ainda a preservação da identidade dentro desse contexto e sobre as forças hegemônicas e contra-hegemônicas que se embatem e propiciam o surgimento de estruturas sociais comunitárias – em geral, concebidas

como linhas de fuga, lugares da recusa e da resistência, resultado da insatisfação coletiva para com o poder dominante. A origem do conceito de responsabilidade social e o modo como as organizações corporativas o utilizam para blindar sua imagem institucional foram igualmente verificados. Além disso, a pesquisa também abrangeu as formas de relacionamento empregadas pela Petrobras para negociar as demandas das comunidades do entorno dos seus empreendimentos, consideradas “público estratégico” ou “público de interesse” em seu planejamento corporativo.

A partir deste capítulo, será detalhado o objeto de estudo dessa dissertação que é o papel da comunicação comunitária na sobrevivência de comunidades localizadas em área de risco socioambiental. Para tanto, será usado como base o caso de duas comunidades no Sul da Bahia que se encontram na área de influência do campo de gás natural de Manati; explorado pelas empresas Queiroz Galvão Óleo e Gás, Norse Energy e Petrobras (também operadora do Consórcio e, portanto, responsável pela condução das ações sociais e compensatórias para as comunidades do entorno).

Tendo a cidade de Salvador como ponto de partida, para se chegar às comunidades de Moreré e Monte Alegre - Áreas de Proteção Ambiental (APA) da ilha de Boipeba, localizada na foz do Rio Inferno; no arquipélago de Tinharé, no litoral sul do estado da Bahia -, há que ter disposição. Todo o périplo leva cerca de seis horas para ser percorrido. Quem optar pelo transporte público, deve se deslocar por ferry boat de Salvador até a Ilha de Itaparica, onde um ônibus o levará até Valença. Do porto de Valença, busca-se uma lancha (“rápida”, pois há outra embarcação maior e mais lenta) que fará baldeação na cidade de Cairu, antes de chegar a Boipeba. O acesso fluvial é o mais comum, apesar da pouca profundidade. Por isso, paradas por conta de bancos de areia e da maré baixa são comuns no trajeto.

Apesar do desembarque no pequeno porto, isto ainda não significa o ponto final. Monte Alegre fica no alto e Moreré no lado leste da praia que dá nome à ilha. Formada por areia e vegetação remanescente Mata Atlântica, Boipeba possui tráfego apenas possível com tratores ou veículos de tração nas quatro rodas. Como os últimos foram repudiados pelos moradores – que entenderam que estes não se destinariam ao transporte popular – restam os tratores, ainda que muitos cruzem o caminho a pé.

Moreré e Monte Alegre fazem parte do município de Cairu, o único município arquipélago do Brasil. Com um total de 451 km<sup>2</sup> e formado por 26 ilhas – das quais apenas três são habitáveis: Boipeba (constituída pelos povoados de Velha Boipeba, Moreré, Monte Alegre e São Sebastião, mais conhecido como Cova da Onça); Tinharé (onde se localiza o

Distrito de Morro de São Paulo) e a ilha sede, que é Cairu – o município é conhecido por seu forte potencial turístico, graças à sua condição de terceira vila fundada pelos portugueses no Brasil Colônia<sup>50</sup>. Já segundo registros locais e orais, Boipeba foi fundada por jesuítas em 1565 e teria sido habitada por índios Aimoré. Atualmente, Monte Alegre e Moreré reúnem cerca de 200 pessoas.

O distanciamento dos povoados não é só geográfico, é ainda social, econômico e tecnológico. Em Moreré e Monte Alegre não há rede de água e esgoto, saneamento básico, posto de saúde ou hospital. Quando falta trator, já houve caso de o doente ser carregado em uma rede apoiada nos ombros de toda comunidade, que se revezou no trajeto a pé até o porto de Boipeba (para que de lá fosse conduzido ao hospital em Valença). Não há telefonia fixa, nem celular, e tampouco distribuição de jornais e revistas. E somente os proprietários de antenas parabólicas captam as transmissões televisivas. Entretanto, a falta de recursos básicos e infraestrutura é compensada por uma natureza exuberante, também fonte de sobrevivência dos moradores. O Moreré – uma enseada com mar de água morna e transparente - em sua “área nobre”, cercada por coqueirais e amendoeiras, abriga não mais do que dez casas rústicas e coloridas fincadas na própria areia. O restante da comunidade se espalha ao redor, explorando os caminhos da vegetação da Ilha.

Os “beradeiros” (como se auto-denominam), ou seja, pescadores e marisqueiros que praticam a pesca de subsistência, são o principal grupamento social do Moreré. Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, eles usam seus barcos para o turismo, a fim de obter receita para sobreviver durante o inverno, tempo de maré seca e pouca pesca. Já Monte Alegre - comunidade remanescente quilombola integrada por descendentes do líder espiritual José Caetano, que escolheu o alto de Boipeba para moradia no fim do século XIX -, usufrui de uma visão exclusiva e privilegiada da Mata Atlântica. Os moradores praticam a agricultura familiar e compartilham suas carências com os habitantes do Moreré.

Há 10 anos, as localidades começaram a sofrer os efeitos da invasão turística que tomou Morro de São Paulo, alguns quilômetros acima, e da eleição do Moreré como a “12ª praia mais bonita do Brasil” pela revista *Quatro Rodas*. Com isso, o verão se tornou a temporada dos subempregos que garantem aos moradores alguma receita além da

---

<sup>50</sup> SANTOS, J. A. F dos et al. **Plano de Desenvolvimento Turístico para o Município de Cairu**. Salvador, 2007. Monografia. Curso de Graduação em Turismo, Faculdade da Cidade de Salvador, 2007. O objetivo deste projeto era desenvolver o turismo no município de forma sustentável, gerando emprego e renda e possibilitando o aumento da arrecadação de impostos – o que, por conseguinte, deveria melhorar as condições de vida da população local.

subsistência; sempre insuficientes para gerar renda e impulsionar a criação de infraestrutura para o local. Pois foram justamente a carência de recursos, a necessidade de preservação de seu território e de ter acesso às instâncias de negociação com o poder público o que motivou os moradores a criar a AMAMOS – Associação de Moradores de Moreré e Monte Alegre, em maio de 2002.

Os debates promovidos pela associação possibilitaram que a comunidade amadurecesse suas formas de atuação coletiva e ganhasse visibilidade. Os recados enviados pelos moradores ao administrador local e os abaixo-assinados para reivindicar serviços públicos foram substituídos por uma entidade representativa e participante, reconhecida por órgãos do governo e organizações não-governamentais, consultada em projetos e empreendimentos de qualquer iniciativa que venha a ser implantada em suas áreas. Além disso, a organização popular promovida pela associação está possibilitando a criação de cooperativas a fim de gerar uma fonte de renda estável para os comunitários. É o caso da Cooperativa Mista de Doces Caseiros do Moreré, estabelecida através de uma parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), já em legalização. Atualmente em fase experimental, os cinco integrantes se preparam para fornecer produtos que serão distribuídos nas merendas das escolas regionais. Também está em estudo a criação de outras cooperativas, desta vez para pesca e comercialização de marisco *in natura* e catado e para a produção de artesanato.

A experiência do Moreré e de Monte Alegre se encaixa no arcabouço teórico que Cicilia Peruzzo classificou de “as novas estruturas sociais”. São os movimentos sociais populares que substituem as formas tradicionais de representação e participação, como os partidos políticos e os sindicatos, quando estas não dão mais conta de absorver suas reivindicações. Especialmente por conta de sua natureza específica e local, como questões relacionadas à moradia, melhorias de condições de vida, acesso a bens de consumo coletivo (saúde, ensino e transporte) e serviços de infra-estrutura. No entender de Peruzzo, tais movimentos são reconhecidos como “núcleos políticos”:

Nessas estruturas sociais exercita-se a experiência no que diz respeito à gestão de processos reivindicatórios, à organização e à conscientização em geral no nível de bairro ou de município. Formadas a partir do não-atendimento ou do atendimento precário às necessidades da população, elas são constituídas pelas associações de moradores (centros comunitários), pelos conselhos populares, pelas comissões e pelas federações, que exercem, em conjunto com seus filiados, a gestão de um bairro ou parte dele. Desenvolvem de fato, a administração local, em nível de bairro. Por outro lado, relacionam-se com o poder público municipal e estadual,

impingindo-lhe práticas participativas pluralistas e apresentando-se enquanto entidades representativas (e não mais como “fulano de tal”). E assim vão alterando o *status quo* local. [...] Essas novas estruturas que, elaboradas pelos movimentos sociais representam um movimento de mudança por dentro da sociedade. Muito embora não se apresentem como forças dominantes e dirigentes nesse momento histórico, estão aí construindo um novo tipo de poder e ajudando a democratizar a sociedade. (PERUZZO, 2004, p.56).

A forma de mobilização encontrada pelos moradores de Moreré e Monte Alegre para organizarem suas demandas econômicas e sociais revela um processo de orgânico e gradual de conscientização dos seus direitos, de sua representatividade, autonomia e do seu poder de pressão. Isso se reflete no modo como são encaminhadas as necessidades e estabelecidas as prioridades da ação coletiva. Periodicamente, os moradores se reúnem e levam para a assembléia as questões pendentes.

Um assunto fundamental como a instalação de uma rede de abastecimento de água, por exemplo, merece um encontro exclusivo. O último – presenciado pela pesquisadora durante o trabalho de campo - ocorreu no dia 29 de outubro, quando 25 moradores compareceram para deliberar sobre a aceitação de uma linha de financiamento do governo estadual. No dia anterior, cerca de 40 pessoas foram convocadas. O assunto merecia atenção, afinal, na última tentativa de a comunidade ter acesso coletivo à água, a empreiteira escolhida recebeu os recursos e não iniciou a obra. Desta vez, o projeto aceito pelo governo prevê a contratação de um engenheiro e não uma empresa para a supervisão das obras, mas elas devem ser conduzidas pela própria comunidade.

A decisão coletiva envolvia, portanto, o compromisso com o governo no Estado e a concordância com o formato proposto do trabalho em regime de mutirão. Mesmo havendo uma hierarquia formal na constituição da associação, através dos cargos de presidentes, diretores e secretário-geral, não existe protocolo: todos têm o direito à opinião e a propor debates. Todos são agentes e colaboradores do mesmo processo decisório. Justo como conceitua Cicilia Peruzzo, quando afirma que este “é um processo educativo de uma cidadania que vai além do direito de votar e ser votado nos moldes da democracia representativa, que não nos permite controlar a ação do eleito. Este não é o caso dos movimentos populares, onde a diretoria, por exemplo, se torna facilitadora da ação coletiva.” (PERUZZO, 2004, p.62).

Em outra esfera, os moradores do Moreré e Monte Alegre exercitam ainda seu espírito de solidariedade. No momento em que se dão conta de sua dimensão como cidadãos e sua

capacidade de negociar e reivindicar a melhorias; eles também reconhecem que compartilham as mesmas condições precárias e que não pode haver bem comum se não houver o bem de todos. E no caso deles, o bem maior a ser preservado é o território onde se localizam e de onde tiram seu sustento. O objetivo comum é criar uma infra-estrutura básica que lhes permita usufruir da terra que consideram “um paraíso”.

Neste sentido, é perfeitamente aplicável o conceito de comunidade definido por Ferdinand Tönnies, como relata Raquel Paiva (2007). Tönnies centrou sua definição de comunidade na máxima de que “a vida em comunidade consiste na posse e prazer mútuos, assim como na posse e gozo dos bens comuns” e criou, entre outros, um modelo baseado na idéia de território e vizinhança, como lembra Paiva:

Comunidade significa dividir o mesmo espaço físico. Entretanto, apesar de lhe ser comumente atribuída a exigência de partilha do espaço, pode-se perceber em seu extenso trabalho que em determinados momentos cogita-se a existência de comunidade com indivíduos distantes uns dos outros. Isto é expresso, por exemplo, no tratamento que dispensa a casa. Para ele a casa é a sede e o corpo da comunidade, porque ali se vive junto, alimenta-se dos mesmos víveres e veneram-se os mesmos mortos. A casa é a corporificação das relações, certo; mas não se pode confinar as relações aos muros da casa, já que os laços fortes entre os indivíduos sobrepõem-se à distância. É verdade, Tönnies admite isso, para em seguida argumentar que ainda assim ‘busca-se ao máximo a proximidade física, e lhes causa tristeza a separação, já que só a proximidade satisfaz plenamente o desejo afetivo. (PAIVA, 2007, p.95)

É curioso encontrar em plena era globalitária - cuja manutenção se baseia no intenso uso de recursos tecnológicos e na abolição dos limites territoriais -, um grupo de cidadãos que privilegia sua terra e os recursos naturais e que não tenha qualquer ligação com a tecnologia. Essas características conferem aos moradores de Moreré e Monte Alegre, inquestionavelmente, uma aura simbólica de sociedade intocada que ainda pode ser construída como alternativa possível à voracidade artificial do mundo contemporâneo. A sabedoria de ambas comunidades consistirá em trilhar este caminho através de um processo endógeno e autônomo, preservando suas verdades e identidade mesmo quando confrontadas com agentes externos de grande poder político e econômico.

Entretanto, na visão de Ramón Zallo (2005), o embate da comunidade com o poder globalizante será sempre desvantajoso. Segundo ele, a globalização, o unilateralismo, o modelo de utilização das novas comunicações e tecnologias colocam em risco as culturas territoriais. “Os territórios são os espaços de identidade gerados pela história e cultura

comuns – dando lugar aos sentidos de identificação, pertencimento e diferença – e como projeto cultural, além disso, aberto e respeitoso com as opções individuais.” (ZALLO, 2005, p.231). O teórico segue enumerando oportunidades de risco e sugerindo estratégias e ferramentas para a defesa da identidade cultural perante o processo de globalização, porém, todas se referem a um estágio posterior de desenvolvimento comunitário, em que os integrantes já têm suas necessidades básicas atendidas. Hoje, antes do risco cultural, as comunidades do Moreré e de Monte Alegre se preocupam com o risco da própria sobrevivência, já abalada por efeitos decorrentes da industrialização avassaladora. Na região, eles temem que a ameaça seja o Consórcio Manati - formado pela Petrobras, Queiroz Galvão Óleo e Gás e Norse Energy para instalar uma plataforma de produção e escoamento de gás natural no Campo de Manati (Bloco BCAM-40), situado na costa da Ilha de Tinharé (Morro de São Paulo).

Em 2003, antes mesmo do início das atividades do consórcio, os moradores do Moreré acordaram uma manhã com um derramamento de parafina em sua costa e ninguém sabia explicar de que produto e quais suas conseqüências para o ecossistema local até que representantes da Petrobras aparecerem na Ilha de Boipeba se identificando como responsáveis e recompensando financeiramente alguns pescadores. Em 2006, o contato inesperado se repetiu: durante o trabalho de sísmica (exploração do subsolo com poderosos aparelhos acústicos para mapear as bacias geológicas no mar, durante a qual os pescadores eram aconselhados a não trabalhar) para a instalação da Plataforma de Manati, houve uma grande mortandade de peixes na região. Os moradores relacionaram os estrondos que ouviam – inclusive durante a noite – ao acidente ambiental. A Petrobras não assumiu a responsabilidade pela ocorrência e enviou biólogos para estudar o problema. Os moradores eram estimulados a coletar amostras de pescado a enviar para laboratórios. Segundo eles, nenhum relatório foi conclusivo e a causa acabou não sendo apurada até o fim.

Esses casos concorreram para que os moradores da Ilha de Boipeba tomassem consciência da fragilidade da sua condição de comunidade excluída economicamente e exposta a riscos socioambientais que podem comprometer seriamente sua sobrevivência. Ou seja, eles tiveram a percepção do risco de forma empírica, comprovando o impacto em seu próprio cotidiano. Catherine Prost lembra que um acidente de grande porte significaria uma limitação dos direitos à vida e ao trabalho e que “uma catástrofe ambiental implicaria na ameaça às condições materiais e culturais das populações, podendo levar à perda de

sociodiversidade: a ruptura dos laços íntimos com o meio ambiente.”<sup>51</sup> Nesse aspecto, podemos afirmar que a aceleração do processo de mobilização das comunidades de Moreré e Monte Alegre em torno da idéia de uma associação de moradores ocorreu como consequência da intervenção da Petrobras na Bacia de Cairu. Afinal, eles se conscientizaram de que, para defender seus espaço e sua sobrevivência, um movimento coletivo e representativo teria mais relevância social do que as vozes isoladas e individuais de cada pescador.

O curioso é que este movimento foi inicialmente minimizado pela empresa e seus sócios nos projetos para a área<sup>52</sup>. Há apenas dois anos, em 2007, nos estudos realizados pelo Consórcio Manati para a criação do Programa Integrado de Projetos Produtivos (PIPP) - conjunto de planos de desenvolvimento sócio ambiental com comunidades da área de influência direta do Projeto Manati; inclusive com previsão de medida compensatório para Moreré e Monte Alegre - as duas comunidades receberam a seguinte avaliação:

A localidade de Moreré-Monte Alegre apresenta um número bastante reduzido de organizações locais, reflexo da incipiente cultura do associativismo que predomina em todo o município. Apesar dos problemas e conflitos da região, essencialmente quanto à atividade pesqueira, infraestrutura pública, saúde e educação, percebe-se que as comunidades apresentam baixa capacidade organizativa, na medida em que há pouca noção de participação e prática de cidadania pelas entidades existentes. Dentre as organizações locais de Moreré-Monte Alegre, destaca-se a Associação de Moradores e Amigos de Moreré e Monte Alegre; Associação dos Pescadores e Marisqueiras de Moreré e Monte Alegre e Associação de Quilombolas de Monte Alegre. (CONSÓRCIO MANATI – PROJETO PARTICIPATIVO COMPENSATÓRIO DE MORERÉ-MONTE ALEGRE, 2007, p.14)

Os estudos, que também identificaram erroneamente Moreré e Monte Alegre como se fossem uma única localidade e comunidade, foram elaborados pela empresa Participar – Desenvolvimento e Avaliação de Projetos – e passaram a ser adotados pelos consorciados do Projeto Manati. Hoje esse equívoco foi solucionado, há um reconhecimento das entidades

---

<sup>51</sup> Artigo disponível em: <<http://www.geoambiente.ufba.br/semin%C3%A1rio/Catharine%20Prost.pdf>>. Acesso em: 16 Out 2006.

<sup>52</sup> Para conceder a licença de instalação (LI) nº 317/2005 para o Consórcio Manati, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) determinou medidas de compensação e desenvolvimento de projetos ambientais para as comunidades daquela região; em função da interferência que a exploração do Campo gasífero causaria nas atividades pesqueiras e turísticas lá praticadas.



associativas das duas comunidades e o Consórcio tem mantido interlocução com seus representantes.

Além da aplicação do conceito de risco sobre a vivência experimentada pelas comunidades de Moreré e Monte Alegre, podemos avaliá-la segundo a concepção de heterotopia elaborada por Michel Foucault. Em conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967<sup>53</sup>, o filósofo fez uma avaliação da época em que vivia – que, a rigor, já se encontrava dentro do contexto de evolução do capitalismo industrial e suas formas de controle – e historiografou o conceito de espaço. Ele concluiu que, na atualidade, vivemos numa extensão que nos leva para fora de nós mesmos, que “nos mói, e também, em si próprio, um espaço heterogêneo”; numa série de relações que “delineiam sítios decididamente irreduzíveis uns aos outros e que não se podem sobre-impor.” Esses espaços se encadeiam uns nos outros ao mesmo tempo em que contradizem todos os outros. E são classificados em dois tipos principais: as utopias e as heterotopias.

Na visão de Foucault, as utopias são sítios sem lugar real. Já as heterotopias são o seu contraste, ou seja, espaços reais, diferentes de qualquer outro, que refletem e discutem as utopias e funcionam como “contra-sítios”. São “espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos.”

Assim ocorre com as comunidades de Moreré e Monte Alegre: mesmo dentro de um sistema hegemônico altamente industrializado e tecnológico, em que tempo e espaço são eliminados em nome da nova ordem da simultaneidade, elas permanecem como locais aparentemente intocados e preservados, voltados para moradia e subsistência. Ao mesmo tempo em que são - por seus valores, sua luta e capacidade de negociação - um local de resistência, um contraponto possível à lógica mecanicista e mercadológica do sistema de reprodução do capital global. Elas até podem demonstrar insegurança e apreensão em relação ao futuro, mas hoje se impõem como uma alternativa real de existência.

---

<sup>53</sup> “De outros espaços”, publicada em *Architecture, Movement, Continuité*, 5, de 1984. Tradução de Pedro Moura. Disponível em: <[http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault\\_pt.html](http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html)>. Acesso em: 08 Nov 2008.

## 4.2 Comunicação comunitária: sobrevivência e transformação social

Como vimos anteriormente, a atual dinâmica vertiginosa do sistema global de reprodução do capital está se caracterizando por uma exacerbação de sua perspectiva hipertecnológica e supraindustrial, o que alguns teóricos consideram que possa ser o caminho de sua autodestruição. Alguns sintomas já podem ser constatados: o crescimento dos desastres industriais ambientais e o aumento das catástrofes naturais, originadas por conta do desequilíbrio causado pelo desmatamento, degradação do solo e pela poluição decorrentes dos avanços da modernização disciplinar.

De acordo com a última edição do World Disaster Report (2007)<sup>54</sup>, elaborado pela Federação Internacional da Cruz Vermelha e Meia-Lua Vermelha, no período de 1997 a 2006, foram contabilizados 6.806 desastres em todo mundo, dos quais 3.670 naturais (inundações, terremotos, tsunamis, furacões, tornados, erupções vulcânicas e outros) e 3.136 tecnológicos (assim consideradas ocorrências como explosões químicas, explosões nucleares, explosões em minas, chuva ácida, contaminação, contaminação química e contaminação atmosférica) – sendo que 1.296 ocorreram no continente americano. As informações do Banco de Dados de Eventos Emergenciais (EM-DAT)<sup>55</sup> - mantido pelo Centro de Pesquisa de Epidemiologia de Desastres (CRED)<sup>56</sup>, da Universidade Católica de Louvain (Bélgica) e utilizado pelo relatório - mostram ainda que, nos 10 anos entre 1997 e 2006, esses acidentes

---

<sup>54</sup> Informação a respeito dos dados e levantamentos do World Disasters Report (2007; 185-192). Disponível em: <<http://www.ifrc.org/Docs/pubs/disasters/wdr2007/WDR2007-English.pdf>>. Acesso em: 11 Jan 2009.

<sup>55</sup> O Banco de Dados EM-DAT é uma referência internacional no que se refere a ocorrências que prejudicam a vida humana em grande escala. Ele foi desenvolvido em 1988 e é mantido pelo Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED). O EM-DAT contém dados sobre o impacto de aproximadamente 16.000 desastres naturais e tecnológicos em âmbito mundial de 1900 até os dias atuais. Seu principal objetivo é fornecer evidências para a atuação e desenvolvimento de atores humanitários em nível mundial. Ele utiliza várias fontes, incluindo agências das Nações Unidas, ONGs, seguradoras, institutos de pesquisa e veículos da mídia. São quatro os critérios para a inclusão de um acidente no EM-DAT: se houve 10 ou mais mortes; se 100 ou mais pessoas foram afetadas; a declaração de estado de emergência e um pedido de ajuda às entidades de assistência internacional. O EM-DAT também identifica áreas e populações de risco e elege prioridades na prevenção e na mitigação posterior aos desastres. Disponível em: < <http://www.emdat.be/>>. Acesso em: 11 Jan 2009.

<sup>56</sup> O Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED) foi criado em 1973 como uma entidade sem fins lucrativos com status internacional sob a Lei belga. Ele funciona dentro da Escola de Saúde Pública da Universidade Católica de Louvain (UCL), em Bruxelas. O CRED se tornou um Centro de Colaboração e Organização de Saúde Mundial e expandiu sua atuação para o WHO Global Programme for Emergency Preparedness and Response, além de outras organizações internacionais de ações humanitárias. Disponível em: < <http://www.cred.be/cred1/who.htm>>. Acesso em: 12 Jan 2009.

provocaram a morte de 1,209 milhão de pessoas e afetaram outras 2,679 bilhões de vidas. Desse total, 1,494 milhão foram prejudicadas por acidentes industriais.

Por ocasião da divulgação do relatório, em janeiro de 2008, o secretário geral da Federação, Makku Niskala, alertou que as mudanças climáticas e o degelo dos pólos deixaram de ser uma discussão apenas científica ou política e se tornaram, sobretudo, uma questão humanitária. Segundo ele, as alterações meteorológicas agravam a ameaça aos recursos hídricos e à agricultura e contribuem para a proliferação de doenças como a dengue e a malária. "Não tenho dúvidas de que as alterações climáticas constituem uma das mais graves ameaças para a humanidade em seu conjunto", disse ele durante a coletiva de imprensa<sup>57</sup>, ao lembrar que, nos anos 90, foram registrados 200 desastres por ano, em média. Depois, passaram a somar 300, e nos últimos dois anos, os casos ultrapassaram os 400, conforme mostra o World Disaster Report.

Dentro desse cenário, é necessário ressaltar que a hipertecnologização do sistema produtivo industrial e a velocidade das trocas de capital promovidas pela globalização e incentivadas pelo neoliberalismo não se instauraram sem obstáculos. Podemos afirmar que os movimentos civis na década de 60, os processos de descolonização e redemocratização ocorridos em diversos países na década de 70 e a emergência e consolidação da luta sindical no cenário político brasileiro nos anos 80 do século passado serviram de sustentáculo para os movimentos sociais populares que vieram a seguir e se tornaram a principal força antagônica ao globalitarismo vigente. Uma revolta coletiva, de palavras de ordem múltiplas e uma prática descentralizada que não obedece a hierarquias, partidos políticos ou entidades de classe. Uma turba ruidosa quando sai às ruas para protesto e silenciosa quando se organiza para ação através de redes de informação e estratégia, que se conectam e multiplicam utilizando a mesma ferramenta que hoje manipula e reproduz o capital.

Esses grupos, fundados na era da midiaticização como espetáculo, que agem em sintonia com esse ambiente e frequentemente promovem suas formas de atuação visando o aparecimento na mídia, foram classificados por Raquel Paiva como “minorias flutuantes”; em função “do jogo de aparecimento/ocultamento que determina sua ação social”. Nesse mesmo contexto, na visão de Paiva, surgiram também as “minorias passionais”, que possuem uma estrutura diferente dos movimentos sociais e podem assumir um formato radical, optando por atitudes violentas e “terroristas”. O conceito de terrorismo aqui como o entendido por

---

<sup>57</sup> Entrevista do secretário geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha, Makku Niskala. Disponível em: <<http://www.ansa.it/ansalatinabr/notizie/fdg/200801211836302453/200801211836302453.html>>. Acesso em: 11 Jan 2009.

Baudrillard, ou seja: “o ato que restitui uma singularidade irreduzível no centro de um sistema de trocas generalizada [...]” (BAUDRILLARD, 2001, p.16, apud PAIVA, 2005). Na maioria das vezes, atuações violentas caracterizadas por explosões verbais e procedimentos impetuosos que não ultrapassam o ambiente da espetacularização midiática.

Pois esse poder contrário, fragmentado e flutuante, formado por indivíduos e não por corporações, soube manipular a retórica midiática e ganhar espaço dentro do próprio sistema dominante. Basta pensar que os 50 mil ativistas que se reuniram em Seattle, em 1999, para protestar contra a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC) semearam os atos contra o Fundo Monetário Internacional em Praga, no ano seguinte, e contra o G8 em Gênova, em 2001. O mesmo instinto de reforma do *status quo* orientou ainda a criação do Fórum Social Mundial<sup>58</sup> - também em 2001 - e fortaleceu, na ocasião, a ação de entidades como a francesa ATTAC<sup>59</sup>, um movimento internacional para o controle democrático dos mercados financeiros; a Jubilee South<sup>60</sup> que advoga a anulação da dívida dos países do terceiro mundo; a AGP<sup>61</sup>, coordenadora da resistência contra a OMC e o livre comércio e a Via Camponesa<sup>62</sup>, que reúne mais de uma centena de associações agrárias em âmbito mundial. A esse movimento global e antiglobalizante somaram-se organizações de atuação em favor dos direitos fundamentais à vida como o Greenpeace<sup>63</sup>, a Anistia Internacional<sup>64</sup> e o MST<sup>65</sup>. Sejam demandas locais ou lutas globais, esses movimentos têm em comum o mesmo clamor pela justiça social, pela defesa dos direitos humanos e pela adoção de uma economia solidária por parte dos países.

---

<sup>58</sup> Informação sobre as ações do Fórum Social Mundial: “Um outro mundo é possível”. Disponível em: < <http://www.forumsocialmundial.org.br/>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>59</sup> ATTAC - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos: “O mundo não está à venda”. Disponível em: < <http://www.attac.org/>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>60</sup> Informação sobre as ações do Jubilee South: “Nós não devemos, nós não pagamos”. Disponível em: < <http://www.jubileesouth.org/index.php?lang=en>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>61</sup> Informação sobre as ações promovidas pela AGP – Ação Global dos Povos. Disponível em: < <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>62</sup> Informação sobre as ações da Via Campesina: “Produção: assim defendemos a terra”. Disponível em: < [http://www.viacampesina.org/main\\_sp/index.php](http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php)>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>63</sup> Informação sobre as ações do movimento Greenpeace: “Faça a diferença”. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>64</sup> AI. Disponível em: < <http://www.amnesty.org/>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

<sup>65</sup> Informação sobre as ações MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/mst/home.php>>. Acesso em: 13 Jan 2009.

É possível aproximar o fortalecimento dos movimentos comunitários dessa tendência aglutinadora e oposicionista, verificada internacionalmente a partir dos anos 90. Mesmo sendo historicamente anteriores, eles guardam similitudes com as ações antiglobalização no que diz respeito à luta pelos direitos humanos e pela melhoria das condições de vida em sociedade. As raízes das estruturas sociais comunitárias, segundo Cicilia Peruzzo, foram fincadas no vácuo das instituições públicas e privadas e dos meios tradicionais de participação, como os sindicatos e os partidos políticos. “Os movimentos ocupam um espaço cujas expectativas e reivindicações os canais vigentes não estavam conseguindo absorver.” (PERUZZO, 2004, p.54).

Aliás, este é o mesmo caminho apresentado por Muniz Sodré (2002) quando afirma que a comunidade designa um tipo de relação intersubjetiva que pode acontecer no interior da sociedade individualista moderna, de modo mais forte onde seja maior a estratificação social. Como ocorre nas favelas do Rio de Janeiro. Ali, em meio à precariedade, “a reciprocidade e solidariedade, características da comunalização ensejadas por identidades localistas ou por formas de cultura popular, comparecem para mediar determinadas relações de convivência social possível.” (SODRÉ, 2002, p.195). Ou seja, de acordo com seu conceito, devemos entender a comunidade como o imaginário de um modo do agrupamento humano, a constituição simbólica de um padrão identitário presente nas relações de contigüidade entre os cidadãos que se instalam em um determinado espaço.

Há ainda outra visão de que os excessos da industrialização, a modernização reflexiva – como pensaram Beck, Giddens e Scott Lash (1995) – chegaram a um ponto de ruptura. E a maneira com que o capitalismo reagiu a essa crise foi justamente permitir a emergência das lutas sociais. Michael Hardt e Antonio Negri afirmam que foi o início de um jogo para “mudar a própria composição do proletariado e, dessa maneira, a integrar, dominar e a obter lucros com suas novas práticas e formas.” Ou seja, “o capital teve que enfrentar a nova produção de subjetividade do proletariado e a ela reagir” (2006, p.289-290). Para fundamentar a gênese de movimentos como as estruturas sociais comunitárias, podemos utilizar ainda outro conceito de Hardt e Negri que é a idéia de multidão. No entender deles, a grande novidade da globalização imperial é justamente o aparecimento dos conflitos sociais que formaram um poder político de confronto sem mediação. A multidão é um sujeito político, uma nova subjetividade insurgente contra o poder imperial, um movimento que designa novos espaços:

Quando a multidão trabalha, ela produz autonomamente e reproduz todo o mundo da vida. Produzir e reproduzir autonomamente significa construir uma nova realidade ontológica. Com efeito, ao trabalhar, a multidão se produz a si mesma como singularidade. É uma singularidade que estabelece um novo lugar no não-lugar do Império, uma singularidade muito real produzida por cooperação, representada pela comunidade lingüística e desenvolvida pelos movimentos de hibridização. A multidão afirma sua singularidade invertendo a ilusão ideológica de que todos os seres humanos nas superfícies globais do mercado mundial são permutáveis. Pondo a ideologia do mercado de pé, a multidão promove com seu trabalho as singularizações biopolíticas<sup>66</sup> de grupos e conjuntos de humanidade, em todos e cada um de nós da permuta global. (HARDT e NEGRI, 2006, p.419).

Uma das armas utilizadas na construção dessas linhas de fuga do sistema dominante que estabelecem o lugar da recusa e da resistência é justamente a comunicação. Ela é a ferramenta capturada pelos movimentos para informar e negociar suas demandas, mobilizar os comunitários e conscientizá-los sobre suas condições e necessidades. São práticas que envolvem o reconhecimento de valores, a identidade, a cultura e construções simbólicas que podem promover a transformação social de um grupo, através da utilização de meios e técnicas.

Em uma definição citada por Raquel Paiva em sua obra *O Espírito Comum* como sendo um dos mais claros textos sobre o tema, Ciro Marcondes explica que a comunicação comunitária, antes de qualquer premissa, demanda comprometimento político:

O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe. [...] Um jornal comunitário [...] é elaborado por membros de uma comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo. (2003, p.136)

Raquel Paiva mostra que, neste caso, o que funciona como elemento diferenciador da comunicação popular é a vinculação que a comunidade possui com o veículo e sua inserção total na gestão do sistema adotado: “quanto mais estreita for a relação entre o veículo e os propósitos e objetivos duma comunidade, mais seus membros vão estar envolvidos em sua

---

<sup>66</sup> O conceito de biopolítica está aplicado como o formalizado por Foucault, ou seja, uma forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando. (HARDT e NEGRI: 2006; 43).

produção e proporcionalmente maiores serão suas representatividade e reconhecimento como veículo comunitário.” (PAIVA, 2003, p.137).

A autora também coloca que uma proposta comunicacional alternativa deve passar, antes de sua estruturação, por um processo de análise e leitura crítica das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Essa etapa contribui para o reconhecimento e a percepção, por parte da comunidade, da falta de conexão entre o que é noticiado pelo sistema dominante e sua realidade cotidiana (2003, p.138). A partir daí, somente importará a reflexão, a força política e a representatividade dos veículo comunitários escolhidos, que podem ser um jornal, uma rádio, o “boca-de-ferro” (microfone e alto-falantes), eventos, cartazes, uma roda de conversa ou uma *home page*. A rigor, o uso dos suportes técnicos de comunicação para a expressão da subjetividade comunitária depende dos recursos financeiros, da disponibilidade de materiais, da logística, das necessidades de informação e dos objetivos a que o movimento se propõe.

Isto porque - segundo Raquel Paiva e Muniz Sodré no artigo *O seqüestro da fala comunitária*<sup>67</sup> - não há comunicação comunitária sem um pressuposto político<sup>68</sup>. Toda produção midiática parte de um conjunto de demandas sociais, que possam estar inclusive em processo de atendimento. Ou seja, o veículo, qualquer que seja ele, faz parte de uma política de comunicação comunitária, mesmo que esta não esteja explícita. A presença dos veículos de comunicação comunitária atesta, assim, o reconhecimento coletivo de uma insatisfação. A matéria-prima desses veículos é a vida cotidiana, que, uma vez precária, gera insatisfação – força motriz das mensagens veiculadas pela mídia comunitária. Sendo assim, a comunicação comunitária visa intervir no cotidiano da população e, como projeto de longo prazo, atua como instrumento de formação de pensamento crítico e atuação política daqueles que representa. Os veículos comunitários também podem ser classificados como uma das formas

---

<sup>67</sup> PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. O sequestro da fala comunitária. **Revista InterScience Place**, da Universidade Salgado de Oliveira. Disponível em: <[http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter\\_pdf/sequestro\\_da%20\\_fala.pdf](http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter_pdf/sequestro_da%20_fala.pdf)>. Acesso em: 30 Jan 2009.

<sup>68</sup> Vale o questionamento: poderíamos incluir nesta categoria as práticas de comunicação das minorias flutuantes? Por exemplo, os protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorridos em Seattle, em 1999, dispuseram de um aparato digno das melhores guerrilhas, totalmente a serviço do propósito político de impedir o avanço das práticas globalista: um centro de comunicações (instalado a partir de um painel solar) monitorava as freqüências de rádio das autoridades locais, intervinha na comunicação da polícia e coordenava as ações dos ativistas em vários pontos da cidade. Rádios de dois canais, scanners, celulares e aparelhos Nextel foram empregados na estratégia. O coordenador da ação, John Parnell contou que, um pouco antes das manifestações, a polícia de Seattle vendeu seus rádios de comunicação velhos em leilão, arrematados pelos ativistas. Informação sobre a possibilidade de comunicação e as armas dos adversários ao sistema globalitário ver artigo da revista **Rizoma.net**, “Ruckus Society: escola para rebeldes”. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=191&secao=intervencao>>. Acesso em 11 Jan 2009.

de funcionamento de uma comunidade gerativa, presente no sistema atual como alternativa à lógica tecnomercadológica a que estamos submetidos desde o advento da globalização.

Podemos usar como exemplo de adequação dos suportes técnicos às demandas sociais o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão, que optou por organizar eventos<sup>69</sup> de modo a propagar, no conjunto de favelas que compõe o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, a luta pela hegemonia na divulgação dos temas de interesse das favelas e periferias cariocas. Em sua quinta edição, o “Circulando” estabelece a criação da possibilidade de criação de veículos de mídia alternativos, voltados para a comunicação dialógica e contra-hegemônica<sup>70</sup>.

Comunicação, segundo José Manuel Moran, é um processo de expressão da participação social, que “estuda a produção, a veiculação e a recepção das mensagens e a interação dos emissores/receptores numa determinada conformação econômica, política e cultural, num determinado tempo e espaço, onde se liga o factual do cotidiano com o conjuntural e o estrutural.” (1993, p.15). Ou seja, é um aspecto que nos permite formar um retrato acurado e instantâneo da realidade comunitária dentro de um território compartilhado. Seja através de pequenas iniciativas como uma rádio comunitária ou de empreendimentos de maior porte, como uma agência de notícias com relações sociais mediadas por computador, a comunicação popular estará sempre a serviço da construção da cidadania, da participação e do desenvolvimento social. Na visão de Sergio Tagle, jornalista e coordenador da área de Comunicação Popular da Escola de Ciências da Informação da Universidade Nacional de Córdoba, no entanto, ela nunca será neutra, pois uma comunicação desadjetivada “oculta sua natureza política.”

Tagle lembra que não existe nem educação e nem comunicação fora das lutas de poder e que a função objetivamente política determina a intenção dos indivíduos. Sendo assim, “um posicionamento político que se adote em uma formação social estruturada verticalmente com cúpulas e bases possuidoras e despossuídas de poder e riquezas, coloca o comunicador numa opção dilemática: a de escolher a favor do que e de quem ou contra o que e quem ele desenvolverá o seu trabalho.” (PERUZZO; COGO; KAPLÚN, 2002, p.338).

Esse posicionamento político, ainda de acordo com o autor, seria justamente a capacidade de a comunicação propiciar a transformação das relações de poder dentro e entre grupos e organizações sociais nos respectivos espaços negociais através de sua função

---

<sup>69</sup> O “Circulando”, em parceria com o Grupo Sócio Cultural Raíces em Movimento e o Observatório de Favelas.

<sup>70</sup> Pesquisa do jornalista Vitor Monteiro de Castro, mestrando da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentada no Coneco 3 – Congresso de Estudantes de Pós-Graduação, realizado de 26 a 28 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro.



democrática. Só que essas estratégias locais e globais não se autoproduzem. Por isso é necessário que os comunicadores utilizem uma estratégia educativa que edifique essa postura. Isso é alcançado através de “uma pedagogia do diálogo que trabalhe os movimentos de proximidade e distanciamento, percepção e valoração presentes nos públicos e setores com os quais se quer fundar um novo ordenamento social.” (TAGLE, 2002, p.343-344).

A construção dessas relações comunitárias a partir da comunicação ocorre como outras tantas decisões coletivas nessa estrutura social, ou seja, através de um consenso em um regime de escolha democrática. A importância da adoção de uma política de comunicação popular é a oportunidade de os agentes comunitários experimentarem várias formas de organização e participação antes limitadas a outras formas de poder. Sendo assim, uma comunidade que opte por dar visibilidade à sua luta terá que planejar suas ações de comunicação, selecionar a mídia e os aparatos técnicos que serão empregados, formalizar o conteúdo da mensagem e o discurso que será utilizado para transmiti-lo e ser capaz de gerir a produção contínua de informações.

Cada etapa desse processo contará com a participação de seus integrantes, que funcionarão em um regime de trabalho colaborativo. Os resultados de uma experiência essa são muitos: a construção de uma mídia democrática e alternativa ao sistema de comunicação de massa vigente, a capacitação de recursos humanos para a produção e o uso das tecnologias de comunicação, a criação de um espaço real de participação popular e o estabelecimento de uma educação para a cidadania que favorece a conscientização coletiva, como explica Cicilia Peruzzo:

Os veículos de comunicação produzidos por setores organizados das classes subalternas, ou a elas organicamente ligados, acabam por criar um campo propício para o desenvolvimento da educação para a cidadania. As relações entre educação e comunicação se explicitam, pois as pessoas envolvidas em tais processos desenvolvem seu conhecimento e mudam o seu modo de ver e relacionar-se com a sociedade e com o próprio sistema dos meios de comunicação de massa. Apropriam-se das técnicas e de instrumentos tecnológicos de comunicação, adquirem uma visão mais crítica, tanto pelas informações que recebem quanto pelo que aprendem através da vivência, da própria prática. Por exemplo, a seleção de notícias que a pessoa se vê obrigada a fazer na hora de montar o noticiário na rádio comunitária, bem como os demais mecanismos que condicionam o processo de produzir e transmitir mensagens com os quais se depara cotidianamente, lhe tiram a ingenuidade sobre as estratégias e as possibilidades de manipulação de mensagens pelos grandes meios de comunicação de massa. Ela passa a conhecer as possibilidades de seleção de mensagens, os conflitos de interesses que condicionam a informação ou a programação, a dinâmica do mercado publicitário, além da força que tem um veículo de comunicação, tal

como o rádio, o jornal, a televisão etc. (PERUZZO, PCLA, Volume 4 - número 1, 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>). Acesso em: 08 Out 2008 e 15 Jan 2009)

Um dos métodos mais difundidos de decodificação da dinâmica social através de processos educacionais e comunicacionais é a leitura crítica. Considerando que o ato de leitura é um processo de percepção, compreensão e sensibilização e que a realidade só é captada quando experimentada e interpretada por nós, a leitura crítica se posiciona como um processo educativo de interação com o mundo. Ela ajuda a aperfeiçoar a capacidade de organização do mundo a partir do ajuste no sistema de valores e nos fragmentos da vida pessoal e do uso da consciência crítica<sup>71</sup>. Ou, como explica Moran, na leitura crítica “é fundamental desenvolver a perspectiva histórica, diacrônica que acompanhe o surgimento e o desenvolvimento dessas contradições internas dos fenômenos, como se entrelaçam e a que desfechos conduzem. É uma leitura que deve *partir da práxis. Mas a práxis não gera, necessariamente, a consciência*”. (1993, p.31).

A leitura crítica originou uma disciplina específica que é a leitura dos meios de comunicação. Este arcabouço teórico acabou por servir de base a várias experiências na América Latina desde o fim dos anos 60. A primeira, o PLAN-DENI (Plano de Niños) – Programa de Educação Alternativa para a Formação do Receptor desde a Infância, foi implantada em 1968, em Quito (Equador) e em Lima (Peru), pelo Secretariado Latino-Americano da Oficina Católica Internacional de Cinema (OCIC). O PLAN-DENI buscava o desenvolvimento da percepção crítica das crianças através da espectação cinematográfica e das atividades criativas a partir da análise fílmica de títulos de ficção e documentários. Em 1985, cerca de 12.000 alunos já tinham utilizado o método na América Latina (além do Peru e do Equador, Brasil, Uruguai e Bolívia adotaram a sistemática)<sup>72</sup>.

No Brasil, a experiência do Projeto LCC – Leitura Crítica da Comunicação, criado em 1979 pela União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCB) a partir dos seus debates e apoiado no referencial teórico e metodológico de Paulo Freire e da Teologia da Libertação<sup>73</sup> -

---

<sup>71</sup> A consciência crítica busca a interpretação profunda e os princípios causais no exame dos problemas, evitando deformações, posições quietistas e a segurança na argumentação. A consciência crítica se alimenta do diálogo e não da pura polêmica, da receptividade tanto do novo quanto do velho pela validade de ambos e sempre se dispõe a revisões. (MORAN, 1993; 30)

<sup>72</sup> (Ibid., p.104)

<sup>73</sup> (MORAN: 1993; 13)

pretendeu inverter o enfoque estabelecido pela comunicação de massa e promover a participação popular a partir de uma visão política transformadora das relações, no âmbito da educação popular. Tal o ideário da leitura crítica, o LCC é um projeto de conhecimento da realidade a partir da perspectiva comunicacional e, segundo a UCBC, já capacitou mais de 40.000 pessoas em seus cursos<sup>74</sup>.

A utilização da comunicação como educação popular de forma abrangente pode auxiliar a uma comunidade a decodificar tanto o *modus operandi* da sociedade hegemônica e seus instrumentos de dominação (como os meios de comunicação de massa) quanto as relações moleculares ou microfísicas<sup>75</sup> entre as instituições. Neste sentido, uma estrutura social mais organizada poderia obter um resultado mais produtivo do que outra, que ainda não optou pela transformação de suas relações sócio-econômicas.

As comunidades de Monte Alegre e Moreré, objeto de estudo desta pesquisa, não se encontram em um estágio de uso das tecnologias de comunicação oferecidas atualmente, mas possuem um nível elevado de articulação e pensamento crítico devido à organização política estruturada para a negociação de suas demandas. Desde a criação da Associação de Moradores de Monte Alegre e Moreré (AMAMOS), todas as deficiências e necessidades de ambas passaram a ser discutidas coletivamente e as soluções são votadas de forma democrática, em um exercício contínuo de cidadania e aprendizado da sua representação social. Com isso, as formas de experiência comunitária utilizadas têm se adequadado à organização e à disponibilidade de recursos dos moradores.

Esse núcleo de transformação social é suportado por uma comunicação “corpo-a-corpo”, como classifica Kátia Alexandria, relações públicas da AMAMOS. Kátia é formada em filosofia e terapeuta corporal há mais de 30 anos. Foi bailarina e trabalhou com a coreógrafa e professora de dança Angel Vianna, no Rio de Janeiro. Tem residência em Salvador, mas divide sua rotina com o Moreré, onde mantém uma casa há 20 anos e costuma passar quatro dos sete dias da semana. Ela se engajou na luta pela preservação daquele trecho

---

<sup>74</sup> A UCBC é uma associação civil, sem fins lucrativos, que congrega agentes de Pastoral da Comunicação das Igrejas Cristãs, profissionais, professores, pesquisadores, estudantes, empresas, escolas e entidades de Comunicação Social. A entidade se pretende um espaço para o encontro e para a definição de políticas e processos comunicacionais e para a educação para a comunicação. Disponível em: <<http://www.ucbc.org.br>> e <<http://www.ajudabrasil.org/dadosentidade.asp?identidade=269>>. Acesso em: 15 Jan 2009.

<sup>75</sup> Emprega-se aqui o conceito de microfísica como o estabelecido por Foucault, ou seja, “micro” não é uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não localizáveis. (DELEUZE, 2006, p.82).

da Ilha de Boipeba e pelas melhores condições de sobrevivência dos seus habitantes, sendo uma das fundadoras da AMAMOS.

Para ela, a localidade, Monte Alegre – cujo processo de reconhecimento como comunidade remanescente quilombola ela auxiliou -, seus moradores e sua luta de resistência são sua “paixão”. “Ali na frente mora quem se deu bem. Pode notar que o perfil é completamente diferente. Aqui, de frente para o mar, é o Moreré *chique*, tem água, tem casa bonita, tem essa beleza. Mas lá atrás não é isso não. Lá atrás fica o povo por quem temos que lutar. E eles só aparecem a uma reunião de discussão social se for em um lugar em que eles se sintam muito bem”, afirma.

Por isso, Kátia informa que todas as convocações e comunicação de conteúdo são feitas *tête-à-tête*. O chamamento para os encontros ocorre a partir de visitas em casa em casa ou através de uma rede de informação entre vizinhos. Os informes são dados nas reuniões periódicas, nas quais todos os moradores podem levar suas questões. Em alguns casos específicos, eles utilizam cartazes produzidos pelos próprios associados que são espalhados nos principais pontos das comunidades e da Ilha de Boipeba. “Aqui a comunicação é confiança”, atesta a fundadora da AMAMOS.

Apesar de funcional, a comunicação praticada pelos moradores do Moreré e de Monte Alegre não se enquadra no método de comunicação comunitária, uma vez que eles não utilizam qualquer mídia para dar visibilidade às suas demandas sociais prementes. Poderíamos chamá-la então de “comunicação vinculativa”, a partir da idéia de vinculação como observada por Muniz Sodré (2006) ao examinar o conceito de C. S. Peirce sobre mediação. Em seus estudos, o teórico verificou que a semiose (processo de produção de significado que “articula relações de determinação e representação”) é, a rigor, possibilitada pelo a priori de um comum, pela pressuposição de uma dimensão comunitária.

Com isso, ele se certificou que, na verdade, Peirce descreveu o processo individualizado da comunicação linguística:

Ao invocar o conceito de comunidade (ação recíproca entre agente e paciente, portanto comunicação enquanto ser-em-comum, vinculação fusional entre um eu e um outro), ele dá margem à expansão de seu escopo para a dimensão coletiva, onde a vinculação aparece como a radicalidade da diferenciação e da aproximação entre os seres humanos, e daí como estratégia sensível que institui a essência do processo comunicativo, este que John Dewey chamava de “interação comunal”. (SODRÉ, 2006, p. 92-93)

Desta forma, no entender do teórico brasileiro, se reinterpretarmos o conceito de Peirce, à luz da genealogia de um grupo social organizado, podemos concluir que as instituições nascem justamente da vinculação, ou seja, do processo de entrelaçamento econômico, político, cultural e afetivo que contribui para a formação do ser social, “ou, em outras palavras, a condição de possibilidade do sujeito.” (SODRÉ, 2006, p.93). Portanto, a vinculação, como concebe Muniz Sodré, é muito mais do que um processo interativo, uma vez que pressupõe a inserção social e existencial do indivíduo desde a dimensão imaginária até as deliberações perante o conjunto de valores que lhe serve de guia. “A vinculação é propriamente simbólica, no sentido de uma exigência radical de partilha da existência com o Outro, portanto dentro de uma lógica profunda de *deveres* para com o *socius*, para além de qualquer racionalismo instrumental ou de qualquer funcionalidade sectária”, explica Sodré.

Neste sentido, durante a pesquisa de campo no Moreré, foi comprovada a eficiência da vinculação como instrumento de percepção da realidade e construção do ser social. No dia 29 de outubro, no período de 7h às 9h30min, a relações públicas da AMAMOS, Kátia Alexandria, percorreu os poucos quilômetros que delimitam a localidade do Moreré e onde se localizam as 30 casas de alvenaria e 15 de reboco que integram a comunidade, avisando 41 dos 200 moradores sobre a realização de uma reunião, naquele mesmo dia, às 17h30min. O objetivo do encontro era a discussão de uma proposta de construção da rede de abastecimento de água para as duas comunidades que teria financiamento estadual, mas requeria que a comunidade atuasse como administradora direta da obra. A reunião trataria ainda da possibilidade de realizar a obra em regime de mutirão (o que reduziria os custos) e da oferta da Petrobras de incluir 10 moradores<sup>76</sup> de Monte Alegre e Moreré em um programa de capacitação em construção civil ministrado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – o que acabaria por trazer consequências positivas para o projeto da rede de abastecimento, uma vez que não há mão-de-obra qualificada nas comunidades que dê conta de executar o mutirão, tal como previsto.

Os moradores foram encontrados em suas casas, a caminho do trabalho, lavando roupa no rio, levando crianças para o trabalho. A estratégia de arregimentação incluía uma técnica de convencimento que incluía o cotidiano da comunidade e incitava à participação, em um apelo claro ao sentimento de “*deveres* para com o *socius*” já plantado na comunidade:

- “Hoje, às 17h30min, teremos uma reunião para anunciar duas coisas sérias e boas.”

<sup>76</sup> Posteriormente, a Petrobras resolveu oferecer 28 vagas para as duas comunidades, com especializações de alvenaria, carpintaria, elétrica, pintura e iluminação.

- “É por isso que nós queremos todo mundo na reunião porque é para todo mundo ajudar. Se não ajudar, não teremos água.”
- “O projeto da água era para abastecer 94 casas há cinco anos, mas a comunidade cresceu.”
- “Teremos uma proposta boa de trabalho para todo mundo, apareça.”
- “Tem reunião às 17h30min lá em casa, vá e avise ao povo. É sobre a água.”
- “Tem proposta de trabalho de futuro, para homem e para mulher. Vá passando para as outras pessoas porque talvez eu não consiga avisar para todo mundo.”
- “Para evitar que a reunião com a Petrobras tenha 3h de duração, vamos nos reunir hoje para discutir o que queremos.”
- “E aí, melhorou da coluna? Amanhã teremos reunião com a Petrobras, mas precisamos falar antes.”
- “Quem sabe o que é bom para a gente é a gente. Vamos à reunião hoje, se encontrar o pessoal, avise.”

Das 41 pessoas avisadas, 25 compareceram e deliberaram que a comunidade aceitaria receber o dinheiro do financiamento e fazer a obra em mutirão, além de concordar em indicar 10 moradores para o curso de capacitação em construção civil proposto pela Petrobras. Talvez se houvesse um dispositivo técnico que multiplicasse o poder de comunicação da comunidade, o quorum seria outro.

De acordo com Kátia Alexandria, já houve uma tentativa de implantação de uma rádio comunitária em Monte Alegre, em 2003, com proposta de veiculação para toda a ilha de Boipeba e com alcance até o município de Cairu. A Fundação Onda Azul havia ganho um projeto de atividades na região e incluiu a instalação da rádio. Porém, por desconhecimento técnico e divergências em relação à capacitação de pessoal, o projeto não foi adiante. “A Fundação Onda Azul alugou uma casa, ofereceu a capacitação e nós questionamos: ‘você sabem que todas as pessoas que vieram fazer o curso são evangélicos? Isso não vai ser uma rádio comunitária’, lembra Kátia, ao informar que, quando instalaram o transmissor no bairro de Areal, de localização inadequada para a atividade, ligava-se a TV, mas ouvia-se a rádio. “Levaram o aparelho para consertar e ele continua lá, em Salvador”, conta ela. Hoje, há uma outra proposta de rádio popular, cujo projeto os moradores esperam que – ao contrário do primeiro – seja elaborado em conjunto e de acordo com as necessidades das associações de moradores. “As ONGs pensam uma coisa para a comunidade e lançam. Vendem para as

empresas, elas acreditam e pronto: jogam para a comunidade”, avalia a relações públicas da AMAMOS.

A forma de educação popular e desenvolvimento da cidadania utilizada organicamente pelas comunidades de Monte Alegre e Moreré já demonstrou o quanto pode auxiliar a conquista da autonomia e da representatividade política de seus moradores. Durante as reuniões preliminares para a concessão de medidas compensatórias para as localidades da região da Bacia de Cairu, por conta da implantação da Plataforma de Manati, as comunidades de Monte Alegre e Moreré não estavam na lista de contempladas com as futuras ações sociais. De acordo com relatos dos moradores do Moreré, um dos consultores contratados pela Petrobras, em uma reunião na cidade de Valença, chegou a afirmar que as comunidades não seriam beneficiadas porque lá “eram umas cabaninhas, não tinha ninguém morando” [sic]. A AMAMOS se mobilizou, reivindicou a visita dos consultores, recebeu os representantes do Consórcio Manati nas comunidades, mostrou suas condições de existência e conseguiram a classificação de localidades eleitas para participar das medidas mitigatórias exigidas pelo Ibama às empresas de exploração do gás de Manati. Ou seja, a partir de sua prática de exercício da cidadania, os moradores organizados em associação desbravaram e conquistaram um espaço de negociação com a grande corporação, autonomamente, de acordo com os seus interesses.

Essa iniciativa marcou o início do relacionamento com o agente econômico externo que se tornou uma referência quase sempre negativa, segundo os comunitários entrevistados, por conta da ameaça de suas atividades ao ecossistema da região. Mesmo que a extração de gás não implique em um risco tão alto como a exploração de petróleo (em caso de vazamento, o gás se dissolve, pois é mais leve que o ar), os pescadores, por exemplo, foram os primeiros a sentir o impacto dessa atividade na Bacia de Cairu. Segundo eles, durante o período de exploração do Campo de Manati, as explosões utilizadas pelo trabalho de sísmica<sup>77</sup> provocaram uma mortandade de peixes durante um par de dias. Esse fato contribuiu para disseminar uma desconfiança que não parece que será amenizada com as ações mitigatórias oferecidas pela Petrobras, operadora do Consórcio.

---

<sup>77</sup> A visualização de um campo de hidrocarbonetos ocorre a partir da geração de ondas elásticas artificiais (impulsos) em pontos específicos na superfície da área a ser mapeada. Essas perturbações mecânicas são geradas através da utilização de dinamite quando em terra, ou canhões de ar comprimido no caso de regiões marinhas. Detalhes no artigo baseado na Tese de Doutorado de Pedro Mário Cruz e Silva. Disponível em: <[http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG\\_0599.EXE/11341\\_3.PDF?NrOcoSis=36608&CdLinPrg=pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/11341_3.PDF?NrOcoSis=36608&CdLinPrg=pt)>. Acesso em: 16 Jan 2009.

Por enquanto, o relacionamento e a comunicação das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras se limitam à interação, em reuniões nem sempre sistemáticas, com a agente terceirizada que representa a empresa e negocia as medidas compensatórias previamente acertadas. Os comunitários reclamam que não há um contato, um nome de dentro da empresa que possa ser acessado em caso de dúvidas ou até mesmo para alerta de alguma ocorrência suspeita na área de influência da Plataforma, o que é negado pela empresa. Em 31 de outubro de 2008, as praias do Moreré amanheceram tomadas por placas de um material denso, negro e oleoso que parecia ser piche. Como a região do Baixo Sul da Bahia é rota de petroleiros, os moradores queriam se queixar à Petrobras, mas não sabiam como. Alguns dias depois, a imprensa baiana revelou que o derramamento de óleo havia ocorrido nos dias 26 e 27 de outubro, na Península de Maraú<sup>78</sup> – localizada no Baixo Sul -, mas não confirmou a responsabilidade da Petrobras.

Os moradores de Moreré e Monte Alegre têm consciência da possibilidade de risco que pode advir da atividade extrativista que é desempenhada na região em que vivem. Eles sabem também o quanto as condições de sua sobrevivência estão em jogo: suas atividades econômicas de subsistência, o meio ambiente e, como decorrência, o equilíbrio das forças sociais. Por conta disso, esperam construir um relacionamento e um canal de comunicação consistente com o representante do poder hegemônico em questão, de modo que a convivência através da cooperação seja viável e benéfica para ambos. Em resumo, Moreré e Monte Alegre querem ser vistos como parceiros e não apenas como público de interesse da corporação. E pretendem lutar por isso.

Ao contrário das comunidades baianas, a comunidade pesqueira de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro – citada anteriormente e estudada por mim durante o curso de Mestrado do PPGCOM da UFRJ –, também localizada em área de risco socioambiental, já está sofrendo as conseqüências dolorosas da modernidade reflexiva e não dispõe de modos de organização que possa enfrentá-las. Em 11 anos do marco regulatório federal que criou, no município de Arraial do Cabo, a primeira Reserva Extrativista Marinha (Resex-Mar) do país - e estipulou a figura da Unidade de Conservação, ou seja, de uma área cujos recursos naturais pudessem ser parcialmente usados de forma sustentável sem afetar a conservação da natureza -, nenhuma medida foi adotada. Ou seja, nem a comunidade e nem os poderes locais se movimentaram no sentido de executar o decreto-lei e efetivamente gerir a Reserva com o cadastramento dos

---

<sup>78</sup> Dados do Portal do Meio Ambiente, publicado pela Rebia – Rede Brasileira de Informação Ambiental. Disponível em: <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/noticias/2008/novembro/26/3.asp>>. Acesso em: 16 Jan 2009.



atores sociais, o estudo das potencialidades da região e a criação de oportunidades para o extrativismo sustentável.

No dia 11 de agosto de 2007, pescadores, pesquisadores, professores universitários e representantes da sociedade local se reuniram, no Centro Cultural Manoel Camargo, para o I Seminário Situação e Perspectivas da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, que pretendeu tornar público o Projeto Ressurgência idealizado pela COPPE/UFRJ. Nos depoimentos ouvidos durante as atividades interativas do I Seminário realizado pela COPPE/UFRJ, uma percepção saltou aos olhos: apesar de terem nas mãos um espaço delimitado e preservado para uso, os pescadores não sabem como utilizá-lo, gerenciá-lo, negociar suas atividades com o poder vigente. Antes, sabiam pescar e sobreviver livremente, transmitindo o conhecimento e deixando sua herança cultural, mas não sabem como fazê-lo na atual conjuntura, marcada pelo desinteresse dos jovens pelo ofício e pela pesca predatória que lhe rouba mercado. Como se tivessem perdido sua identidade e a capacidade de recuperá-la. Alguns seminários e fóruns de entidades civil realizados na região anteriormente também coletaram depoimentos recorrentes sobre o sentimento de desalento e de baixa auto-estima por parte dos pescadores.

Acredita-se que esta situação pode ser revertida a partir de um trabalho de conscientização e participação, através do qual a comunidade pesqueira da Resex-Mar daquela região redescubra suas potencialidades neste novo contexto socioeconômico e estruture uma identidade para os novos tempos. Para superar o estágio de hesitação e inércia que vem sendo verificado entre os habitantes da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo, os pescadores cabistas deveriam criar mecanismos de ação coletiva que reforçassem seu protagonismo e o sentimento de pertencimento - a fim de revigorar suas identidades individuais e coletivas dentro da esfera urbana já solidamente constituída. Essas ações poderiam, inclusive, serem reforçadas a partir do uso de estratégias e ferramentas de comunicação que estimulassem a participação comunitária.

A comunicação ambiental, por exemplo, pressupõe um engajamento no debate social sobre as questões ambientais – que, afinal, estão na ordem do dia na realidade vivida pelos pescadores de Arraial do Cabo. Entre suas atividades se encontram a formalização do discurso; táticas de mobilização e sensibilização do público; tomada de decisões; convocação e realização de debates entre os atores sociais; produção e distribuição de informações e articulação com os meios de comunicação de massa. A comunicação ambiental é ainda um

instrumento auxiliar da educação ambiental, ao divulgar formas de preservação e utilização sustentável dos recursos naturais.

Outra forma de comunicação essencial para a consolidação da identidade cultural da comunidade da Resex-Mar de Arraial seria a comunicação comunitária. Como já vimos, os meios de comunicação comunitários podem ser empregados no processo de organização popular, uma vez que seus mecanismos de produção solicitam a participação coletiva e sua prática é profundamente didática ao instigar o pensamento crítico e despertar a capacidade de construção da cidadania.

Ou seja, se utilizassem ferramentas como a organização popular, a comunicação comunitária e a negociação com representantes do sistema dominante, os pescadores cabistas poderiam criar um espaço transacional em que suas experiências fossem representadas simbolicamente e seus valores preservados ou revistos. Assim, entenderiam que a autonomia e a identidade de uma comunidade são sempre construídas a partir de um contexto de interatividade na relação com o outro – que será sempre o externo, o diferente e, muitas vezes, o que quer dominar.

## 5 CONCLUSÃO

Baseada no estudo de caso das comunidades de Moreré e Monte Alegre, localizadas na ilha de Boipeba, no litoral sul da Bahia, e na área de influência da plataforma de produção e escoamento de gás natural no Campo de Manati (Bloco BCAM-40) - empreendimento gerido em associação pelas empresas Queiroz Galvão Óleo e Gás, Norse Energy e Petrobras, sendo esta também a operadora do consórcio -, posso afirmar que a comunicação comunitária, ainda que em sua fase seminal de vinculação, é um instrumento fundamental para a sobrevivência de estruturas sociais comunitárias quando situadas em área de risco socioambiental.

De acordo com as entrevistas realizadas, mais as observações e a análise das formas de organização exibidas pelas comunidades baianas durante o trabalho de campo, pude constatar que tal ferramenta favorece a articulação política desse grupamento social específico e ainda contribui para o desenvolvimento de seu pensamento crítico. Ao mesmo tempo, alinhando em contraponto a experiência de outra comunidade estabelecida em área de risco socioambiental (os pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo), mas sem o mesmo legado de luta coletiva, verifiquei como o grau de vinculação influencia o nível de conscientização e participação popular de uma organização social. Especialmente no que se refere à negociação das demandas comunitárias com o sistema hegemônico, seja ele representado pelo poder público ou pelas instituições corporativas.

Ou seja, a pesquisa constata que a vinculação é utilizada pelas comunidades em áreas de risco socioambiental como um instrumento para transmitir e negociar suas necessidades, mobilizar os comunitários e conscientizá-los sobre sua condição de grupamento social formado por uma população excluída. Através de técnicas de expressão que também utilizam fundamentos educacionais (como o método da leitura crítica), as práticas envolvem o reconhecimento de valores, a preservação da identidade, cultura e o reforço de construções simbólicas que promovem a transformação social do grupo.

Um dos objetivos dessa pesquisa era a aferição do grau de consciência e da capacidade de interpretação da realidade por parte das comunidades escolhidas. Moreré e Monte Alegre são Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Ilha de Boipeba (localizada na Foz do Rio Inferno, onde este se encontra com o Oceano Atlântico, no arquipélago de Tinharé). Os povoados sofrem de um distanciamento que não é apenas geográfico (leva-se até seis horas para chegar às comunidades baianas, a partir da capital, Salvador), é ainda social,

econômico e tecnológico. Em Moreré e Monte Alegre não há rede de água e esgoto, saneamento básico, posto de saúde ou hospital. O transporte é feito por trator, mas sem qualquer garantia ou periodicidade. Não há telefonia fixa e nem celular e tampouco distribuição de jornais e revistas. Somente os proprietários de antenas parabólicas captam as transmissões televisivas.

Na região, segundo as entrevistas realizadas, eles percebem que a ameaça potencial da presença do Consórcio Manati, com base em episódios como um derramamento de parafina na região não suficientemente explicado e a mortandade de peixes logo após as explosões de canhões de ar comprimido empregadas no trabalho de sísmica. Esses casos contribuíram para que os moradores tomassem consciência da fragilidade da sua condição de comunidade excluída economicamente e exposta a riscos socioambientais que podem comprometer seriamente sua sobrevivência. Eles tiveram a percepção do risco de forma empírica, experimentando este tipo de impacto em seu próprio cotidiano.

A organização das comunidades para defesa seus interesses perante a grande corporação que as coloca em situação de risco também foi objeto deste estudo. Posso afirmar, nesse aspecto, que o processo de mobilização das comunidades de Moreré e Monte Alegre foi fortalecido em consequência da intervenção da Petrobras na Bacia de Cairu. Afinal, eles forçosamente se conscientizaram de que, para defender seu espaço e sua sobrevivência, um movimento coletivo e representativo teria mais relevância social do que as vozes isoladas e individuais de cada pescador. Antes desse evento, no entanto, a carência de recursos e a necessidade de ter acesso às instâncias de negociação com o poder público motivaram os moradores a criar a AMAMOS – Associação de Moradores de Moreré e Monte Alegre, em maio de 2002.

Outra finalidade da pesquisa sobre a comunicação comunitária em áreas de risco socioambiental era atestar se a existência de instrumentos de comunicação popular na região enfocada facilitou a criação de um espaço negocial com o principal agente de risco, a grande corporação. Com o trabalho de campo e entrevistas posteriores com executivos da Petrobras, averigüei que, por enquanto, o relacionamento e a comunicação das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras se limitam à interação, em reuniões nem sempre sistemáticas, com a agente terceirizada que representa a empresa e negocia as medidas compensatórias previamente acertadas. Os comunitários reclamam que não há um contato, um nome de dentro da empresa que possa ser acessado em caso de dúvidas ou até mesmo

para alerta de alguma ocorrência suspeita na área de influência da Plataforma, o que é negado pela empresa.

Como eles têm consciência da possibilidade de risco que pode advir da atividade extrativista que é desempenhada na região em que vivem, esperam construir um relacionamento e um canal de comunicação consistente com o representante do poder hegemônico em questão, de modo que a convivência através da cooperação seja viável e benéfica para ambos. Em resumo, Moreré e Monte Alegre querem ser vistos como parceiros e não apenas como público de interesse da corporação.

Contudo, mesmo com significativa participação social e capacidade de arregimentação, as duas comunidades carecem de uma política de comunicação comunitária que lhes dê voz e visibilidade através de uma produção midiática de impacto. Até hoje, elas se uniram em torno de causas básicas como o serviço de abastecimento de água e a coleta de lixo, mas não amadureceram seu pensamento no sentido de compreender que a posse de um veículo de comunicação lhes garantiria um poder político de barganha ainda maior. Já houve uma tentativa de implantação de uma rádio comunitária em Monte Alegre, com proposta de veiculação para toda a ilha de Boipeba e com alcance até o município de Cairu, a partir de um projeto da Fundação Onda Azul, em 2003. Porém, por desconhecimento técnico e divergências em relação à capacitação de pessoal, o projeto não foi adiante.

Neste momento, foi possível verificar que uma estrutura social mais organizada e que acusasse a presença de veículos de comunicação comunitária em sua estrutura poderia obter um resultado mais produtivo do que outra, que ainda não optou pela transformação de suas relações sócio-econômicas por meio deste caminho. A utilização da comunicação vinculativa pelas comunidades de Moreré e Monte Alegre – a comunicação “corpo-a-corpo”, com as convocações e transmissões de conteúdo sendo feitas *tête-à-tête* como forma de educação popular - tem, naturalmente, sua importância na decodificação do *modus operandi* da sociedade hegemônica e seus instrumentos de dominação por parte daquela população. Porém, jamais terá força suficiente para multiplicar o potencial transformador de suas insatisfações coletivas. Será ineficaz na grande luta pela garantia da sobrevivência na situação de risco socioambiental em que vivem.

Esse cenário é agravado ainda pelo modo como as situações de conflito são administradas no relacionamento entre as comunidades e o principal agente econômico externo, a Petrobras. O trabalho de comunicação desenvolvido pela empresa pode ser comprometido por fatores alheios ao projeto, o que provoca a retomada do sentimento de

desconfiança por parte da comunidade e desgasta a imagem da empresa. Vale lembrar que uma relação saudável e um sistema de comunicação azeitado entre empresa e comunidade são fundamentais para que ambas enfrentem com segurança os momentos de risco e crise. Portanto, há ajustes a serem feitos na interação empresa-comunidade, quando ela acontece.

Por último, o desenvolvimento da pesquisa levou a uma conclusão não prevista nos objetivos iniciais: as empresas do Consórcio Manati - ou a Petrobras, enquanto operadoras do Consórcio e responsáveis pela execução das ações mitigatórias -, não estão aparelhadas para manter um contato sistemático com as comunidades do entorno de seus empreendimentos, por três motivos básicos: as corporações não têm contato direto com os moradores que podem vir a sofrer as consequências de sua atividade econômica; a interferência na localidade, a aferição das necessidades, a negociação e o relacionamento com as comunidades são realizados, em geral, por profissionais de empresas terceirizadas e as empresas também não estão aparelhadas para suportar este relacionamento, seja do ponto de vista do planejamento estratégico ou da alocação de recursos humanos.

Tais fatores claramente prejudicam um possível aprofundamento das relações de cooperação com as comunidades, consideradas atualmente um público tão estratégico quando os investidores e a força de trabalho nas empresas. Do ponto de vista das comunidades, essa constatação também se reflete na percepção negativa que elas mantêm a respeito da Petrobras, captada, inclusive, por uma das análises das Oficinas Participativas de Diagnóstico. Segundo os moradores, a empresa “é muito lenta para tratar de questões sociais e não sabe lidar com as comunidades”:

Portanto, de tudo o que foi visto, pesquisado e elaborado, concluo que, em um cenário de confronto, no qual a proposta comunitária luta para afirmar sua identidade cultural coletiva, a comunicação comunitária assume um caráter essencial ao se transformar numa ferramenta para aglutinar as demandas sociais e lhes dar visibilidade. Sua utilização sempre deve ser pautada por um planejamento estratégico que leve em conta as necessidades locais e os objetivos a serem alcançados pela comunidade. Com isso, ela possibilitará que as comunidades se mantenham como um local de resistência, um contraponto possível à lógica mecanicista e mercadológica do sistema de reprodução do capital global.

## 6 REFERÊNCIAS

### Artigos e/ou matérias de jornais e revistas

Acidente com duto matou 93 em Cubatão. **Folha de São Paulo**, Jun. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u31220.shtml>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

AGUIAR, Pedro. Chernobyl: uma lição aprendida. **Revista Brasil Nuclear**, Ano 12, edição nº 30, Set. 2006. Disponível em: <<http://www.aben.com.br/>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

BROCKHOFF, Moritz Kleine. Explosão de Seveso. **Agência Deutsche Welle**. Disponível em: <<http://www.deutsche-welle.de/dw/article/0,2144,871315,00.html>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

CASON, Jim. Ruckus society : escola para rebeldes. **Rizoma.net**. Disponível em: <<http://www.rizoma.net/interna.php?id=191&secao=intervencao>>. Acesso em 11 Jan 2009.

Derramamento de petróleo no mar - Contaminação das praias de Marauá BA. **Portal do Meio Ambiente**, Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.portaldomeioambiente.org.br/noticias/2008/novembro/26/3.asp>>. Acesso em: 16 Jan 2009.

Exxon Valdez Oil Spill: Could it happen again? **Alaska Wilderness League**, Fev. 1999. Disponível em: <<http://www.jomiller.com/exxonvaldez/index.html>>. Acesso em: 20 Jan 2009.

Federação Internacional da Meia-Lua e Cruz Vermelha alerta sobre mudanças climáticas. **Agência ANSA**, Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.ansa.it/ansalatinabr/notizie/fdg/200801211836302453/200801211836302453.html>>. Acesso em: 11 Jan 2009.

FUCS, José. Como salvar o mundo: infográfico “O impacto da crise – Globalização em baixa”. **Revista Época**, edição nº 559, 2 de fevereiro de 2009, p.85.

NIEIRO, M.B.P.; ALENCAR, G.P.; BERGAMASCHI, D.P. Morbi-mortalidade por doença do aparelho respiratório em idosos antes e após a introdução da vacina contra influenza: Município de Cubatão, São Paulo, 1999-2005. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 22, n. 2, p. 46-54, jul./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v22n02/v22n02\\_04.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v22n02/v22n02_04.pdf)>. Acesso em: 19 Out 2009.

PAIVA, Raquel. Política de Minorias: Comunidade e cidadania. **Revista Agora:net nº 3**, do Labcom – Laboratório de Comunicação Online da Universidade da Beira Interior Covilhã, 2005. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/03/paiva-raquel-politica-de-minorias.pdf>>. Acesso em: 30 Jan 2009.

PAIVA, Raquel e SODRÉ, Muniz. O sequestro da fala comunitária. **Revista InterScience Place**, da Universidade Salgado de Oliveira. Disponível em: <[http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter\\_pdf/sequestro\\_da%20\\_fala.pdf](http://www.universo.g12.br/publicacoes/inter_pdf/sequestro_da%20_fala.pdf)>. Acesso em: 30 Jan 2009.

PERUZZO, Maria Cicilia Krohling. **Revista Digital Pensamento Comunicacional Latino-americano**. Volume 4 - número 1, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 08 Out 2008 e 15 Jan 2009)

### **Documentos sonoros**

GRAVAÇÃO. Reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras. Moreré: 2008. (aos 9 min 58s).

\_\_\_\_\_. Reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras. Moreré: 2008. (aos 13 min 40s).

\_\_\_\_\_. Reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras. Moreré: 2008. (aos 17 min 55s).

\_\_\_\_\_. Reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras. Moreré: 2008. (aos 27 min 30s).

\_\_\_\_\_. Reunião das comunidades de Moreré e Monte Alegre com a Petrobras. Moreré: 2008. (aos 45 min 23s).

### **Filmes cinematográficos**

ENCONTRO com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá. Direção: Silvio Tandler. Caliban Produções Cinematográficas Ltda., 2007. (89 min) son, cor, 35mm

### **Entrevistas**

ALEXANDRIA, Kátia. [**Historização das comunidades de Moreré e Monte Alegre**]. Moreré, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 29 de outubro de 2008.

GOMES, Jorge Luiz Bonfim. [**Opinião sobre a atuação da Petrobras, informações sobre a atuação da AMAMOS e as ameaças ao ecossistema local**]. Moreré, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 30 e 31 de outubro de 2008.

LOZOVEY, João Carlos. [**Informações sobre a política de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras**]. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 11 de janeiro de 2009.



MENESES, Vânia. **[Informações sobre o relacionamento da Petrobras com as comunidades da região do Baixo Sul da Bahia]**. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 12 de janeiro de 2009.

NERY, Luís Fernando. **[Informações sobre a política de responsabilidade social da Petrobras]**. Rio de Janeiro, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 29 de dezembro de 2008.

PÉ-DE-BOLO, Nilton Sebastião dos Santos. **[Opinião sobre a atuação da Petrobras e informações sobre o funcionamento da Cooperativa de Doces do Moreré]**. Moreré, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 30 e 31 de outubro de 2008.

PEREIRA, Silas Dias. **[Historização da comunidade pesqueira cabista]**. Arraial do Cabo, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 1º de dezembro de 2007.

SANTUÁRIO, Antonio do Rosário. **[Opinião sobre a atuação da Petrobras e informações sobre o funcionamento da Cooperativa de Doces do Moreré]**. Moreré, 2008. Entrevista concedida à pesquisadora Rosane Serro em 31 de outubro de 2008.

### Entidades

PETROBRAS. Mensagem do Presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli. Disponível em: < <http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/RelatorioAnual/relat07/port/rao2007.htm>>. Acesso em: 03 Jan 2009.

QUEIROZ GALVÃO ÓLEO E GÁS. Dados sobre a exploração do Campo de Manati. Disponível em: < <http://www.qgog.com.br/novoportal/eep/producao/camposmanati.html>>. Acesso em: 18 Out 2009.

\_\_\_\_\_. Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati – PIPP. In: **Relatório de Atividades Oficinas Participativas de Diagnóstico e Elaboração de Projetos Produtivos de Moreré/Monte Alegre, Município de Cairu-BA**. Documento Interno. Salvador, Julho de 2007. 141f.

\_\_\_\_\_. Programa Integrado de Projetos Produtivos de Desenvolvimento Sócio-ambiental com Comunidades da Área de Influência Direta do Projeto Manati – PIPP. In: **Projeto Participativo Compensatório de Moreré/Monte Alegre, Ilha de Boipeba, Município de Cairu-BA**. Documento Interno. Salvador, Outubro de 2007. 76f.

\_\_\_\_\_. **Guia de Comunicação de Crise**. Documento Interno. Rio de Janeiro, 2004. 204f.

### Eventos

AULA-ESPETÁCULO de Ariano Suassuna, Embaixada Pernambuco, Rio de Janeiro, 2008.

CONGRESSO CHERNOBYL: Looking back to go forwards – A United Nations Consensus on the Effects of the Accident and the Future, Chernobyl Forum, Viena, 2005.

SEMINÁRIO AS LINGUAGENS DO CONFLITO - 40 anos do movimento de 68, Academia Brasileira de Letras e Instituto Italiano de Cultura, Rio de Janeiro, 2008.

### **Publicações periódicas**

DOW JONES SUSTAINABILITY INDEXES ANNUAL REVIEW. Nova York: Dow Jones, 2008. Disponível em: [http://www.sustainability-indexes.com/07\\_html/reviews/review2008.html](http://www.sustainability-indexes.com/07_html/reviews/review2008.html)>. Acesso em: 27 Dez 2008.

PRESS RELEASES. Washington: Social Investment Forum, 2008. Disponível em: <http://www.socialinvest.org/news/releases/pressrelease.cfm?id=108>>. Acesso em: 28 Dez 2008

SÉRIE HISTÓRICA DA PESQUISA “AÇÕES SOCIAIS NAS EMPRESAS”. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id\\_article=244](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?id_article=244)>. Acesso em: 15 Dez 2008.

SÉRIE HISTÓRICA DA PESQUISA “PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO”. São Paulo: Instituto Akatu, 2008. Disponível em: [http://www.akatu.org.br/akatu\\_acao/publicacoes/responsabilidade-social-empresarial/rse-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2006-e-2007](http://www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/responsabilidade-social-empresarial/rse-percepcao-do-consumidor-brasileiro-2006-e-2007)>. Acesso em: 15 Dez 2008.

WORLD DISASTERS REPORT. Genebra: International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies, 2008. Disponível em: <http://www.ifrc.org/Docs/pubs/disasters/wdr2007/WDR2007-English.pdf>>. Acesso em: 11 Jan 2009.

### **Trabalhos acadêmicos**

ACSELRAD, Henri. Conflito Social e risco ambiental - o caso do vazamento do óleo na Baía de Guanabara. In: H. Alimonda. (Org.). *Ecologia Política - Naturaleza, Sociedad y Utopia*. Buenos Aires: CLASCO, 2002, v., p. 239-317.

BARBATO, Andréa. **Procedimentos legais, de projeto e de processo da embalagem e rótulo de alimentos: uma perspectiva na visão ambiental**. Florianópolis, 2004. 153f. Dissertação (Mestrado em Administração) Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

PROST, Catherine. Populações em situação de risco e petróleo em região costeira - discussão sobre a Costa Norte. In: Creuza Santos Lage; Catherine Prost; Hilda Carvalho Braga. (Org.). *Estratégias ambientais e territoriais*. Salvador: Fast Design, 2006, v., p. 213-228. Disponível em: <http://www.geoambiente.ufba.br/semin%C3%A1rio/Catharine%20Prost.pdf>>. Acesso em: 16 Out 2006.

SANTOS, João Antonio F. dos et al. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cairu**. Salvador, 2007. Monografia. Curso de Graduação em Turismo, Faculdade da Cidade de Salvador, 2007.

#### **Trabalhos apresentados em congressos e seminários**

CASTRO Vítor M. Perspectiva de comunicação cidadã no conjunto de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. In: CONECO III – CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2008, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos em CD-ROM. Rio de Janeiro: 2008.

FOUCAULT, Michel. De outros espaços. In: PALESTRA NO CERCLE D'ETUDES ARCHITECTURALES, 1967, Paris. Anais eletrônicos. Disponível em: <[http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault\\_pt.html](http://www.virose.pt/vector/periferia/foucault_pt.html)>. Acesso em: 08 Nov 2008.

SERRO, Rosane. A reafirmação da identidade na comunidade pesqueira de Arraial do Cabo (RJ). In: CONECO III – CONGRESSO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2008, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos em CD-ROM. Rio de Janeiro: 2008.

#### **Bibliografia**

ACSELRAD, H. e MELLO C. C. A. “Conflito Social e risco ambiental - o caso do vazamento do óleo na Baía de Guanabara”. In: H. ALIMONDA. (Org.). **Ecologia Política - Natureza, Sociedad y Utopia**. Buenos Aires, 2002, pp. 239-317.

AMARAL, Marcio Tavares D'. Sobre tempo: considerações intempestivas. In: M.DOCTORS. (Org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente, qualidade de vida e cidadania: algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, D. J., VIEIRA, P. F. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 193-210.

BARBOSA, Livia. **Cultura e empresas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização e as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

\_\_\_\_\_. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BECK, U. e ZOLO, D. **A sociedade global do risco. Uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo**. In: Prim@ Faci. João Pessoa: UFPB, ano 1, n. 1, jul./dez. 2002.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito da sociedade civil**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- MOULIER-BOUTANG, Yann. Riqueza, propriedade, liberdade e renda no capitalismo cognitivo. In: **Revista Lugar Comum** nº 13-14, p. 23-43, 2001.
- CHARAUDEAU P. e MAINGUENEAU D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.
- CLIFFORD, JAMES. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DANTAS, Rodrigo. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO E. (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DOWBOR, Ladislau. **O poder local**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994, Coleção Primeiros Passos, 35p.
- DUARTE J. e BARROS A. (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUPRAT, Carla. **A empresa na comunidade: um passo-a-passo para estimular sua participação social**. São Paulo: IDIS, 2005.
- FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global – Nacionalismo, globalização e modernidade**. Trad. Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GIDDENS, A.; BECK U. e LASH S. **Modernização reflexiva**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Volume 3**. Trad. Henriques, S.; Nogueira, M. e Coutinho, C. N.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUILHERME, M. L. “Urbanização, saúde e meio ambiente: o caso da implantação do Pólo Industrial de Cubatão e seus efeitos urbano e regional nos setores saúde e poluição ambiental”. In: **Espaço e Debates**, n. 22, 1987, pp. 42-53.
- HALL, STUART. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: DP&A, 2006.

- HARDT M. e NEGRI A. **Império**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Ed. Record, 2006.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MARX, Karl. **O Capital**. Trad. Joaquim Pinto de Andrade et al. Lisboa: Edições 70.
- MITCHELL, P. e SCHOEFFEL, J. **Para entender o poder – O melhor de Noam Chomsky**. Trad. Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MORAN, José Manuel Moran. **Leitura dos meios de comunicação**. São Paulo: Pancast, 1993.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum - Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003 (2ª ed.) e 2007.
- PERUZZO, Maria Cicilia Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PROST, Catherine. Populações em situação de risco e petróleo em região costeira - discussão sobre a Costa Norte. In: Creuza Santos Lage; Catherine Prost; Hilda Carvalho Braga. (Org.). **Estratégias ambientais e territoriais**. Salvador: Fast Design, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **As estratégias sensíveis**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- TAGLE, Sergio. Palabras de um poder emergente – Comunicación, movimientos populares y construcción política alternativa. In: PERUZZO C.; COGO, D. e KAPLÚN, G. (Org.) **Comunicação e movimentos populares: quais redes?**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.
- ZALLO, Ramón. Nuevas políticas para la diversidad: las culturas territoriales em riesgo por la globalización. In: BOLAÑO et al. (Org.). **Economía, política, comunicación y conocimiento**. Buenos Aires: La Crujía, 2005.